

ANAI S SIMFIP

SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc

JUNHO 2014



ANAIS SIMFIP
SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc
Número 04 – Junho 2014

DIRETORA EXECUTIVA
Profa. Ms. Maria de Fátima Turano

DIRETOR FINANCEIRO
Prof. Ms. Eliziário Pereira de Rezende

DIRETOR ACADÊMICO
Prof. Ms. Dalton Caldeira Rocha

DIRETORA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Profa. Ms. Rosina Maria Turano Mota

DIRETOR DE MAKETING
Prof. Rafael Silva Gontijo

DIRETOR DO CAMPUS
Prof. Clinton Xavier Rocha

COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Antônio Caldeira Prates

CORREÇÃO LINGÜÍSTICA
de responsabilidade dos autores

CAPA
Ilimitada Propaganda e Marketing

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO
Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc

COMISSÃO ORGANIZADORA
Andréa Maria Oliveira Versiane Santiago
Antônio Carlos Moreira da Costa Júnior
Antônio Prates Caldeira
Diogo Fabiano Ferreira
Carlos Eduardo Mendes D'angelis
Cynara Silde Mesquita Veloso
Dalton Caldeira Rocha
Dorothea Schmidt França
Ernestina Dourado S. C. Machado
Frederico Melo Lacerda
Halley Wanderbak Felix Quadros
Letícia Turano Trindade
Pablo Perón de Paula
Paula de Lima Sousa Alcântara
Ramon Alves de Oliveira
Ramon Risério Dourado Leite
Ricardo de Fernandes de Paula
Simone Monteiro Ribeiro
Thais Cristina Figueiredo Rego

NOTA AO LEITOR
A correção ortográfica e gramatical dos trabalhos apresentados é de inteira responsabilidade dos autores

FIPMoc
Av. Profa. Aida Mainartina Paraíso, 80 – Ibituruna - Montes Claros – MG – 39.400-000

SUMÁRIO

“DOS MUROS PRA DENTRO ELES ESTÃO PROTEGIDOS”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	11
A (IN)EFICÁCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PREVISTA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	11
A AUTONOMIA PRIVADA NA FLEXIBILIZAÇÃO DOS INTERVALOS INTRAJORNADAS.....	12
A CONCESSÃO DE ASILO POLÍTICO É UMA FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA?.....	12
A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMoc PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E PARA O ACESSO À JUSTIÇA EM MONTES CLAROS.....	13
A CULPABILIDADE NOS DELITOS DE TRÂNSITO.....	13
A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS.....	14
A EXPRESSÃO DA EXPERIÊNCIA ELEMENTAR DE PACIENTES FORA DA POSSIBILIDADE DE CURA	14
A GESTÃO DE RELACIONAMENTO INTERNO EM UMA EMPRESA DE SEGURO DE SAÚDE DE MONTES CLAROS – MG	15
A IMPORTÂNCIA DA COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS NO GERENCIAMENTO DE OBRAS.....	15
A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO DIAGNÓSTICO DA DISLEXIA.....	16
A IMPORTÂNCIA DA GEOMETRIA ANALÍTICA E ALGEBRA LINEAR NO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS	16
A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COMO AGREGADO DO CONCRETO	17
A IMPORTÂNCIA DOS EXAMES DE IMAGEM NO DIAGNÓSTICO DE HIDROSSALPINGE: RELATO DE CASO	17
A INFLUÊNCIA DO CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL NO COMPORTAMENTO DOS COLABORADORES DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL RELIGIOSA EM MONTES CLAROS-MG	18
A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS	19
A LEGITIMIDADE ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO FALIMENTAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA.....	19
A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO EFICAZ NA BUSCA PELA SOLUÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	20
A OBESIDADE NA ÓTICA DOS ESCOLARES.....	20

A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS MEDIANTE UMA MELHOR COMUNICAÇÃO ENTRE SEUS CUIDADORES.....	21
A PSICOLOGIA FACE À PRODUÇÃO ARTÍSTICA NA SAÚDE MENTAL: EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E CLÍNICA.....	21
A RELAÇÃO DOS DIREITOS DE SEGUNDA GERAÇÃO COM A ECONOMIA	22
A RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS CAUSADOS POR ACIDENTES AÉREOS.....	22
A TANATOLOGIA E O MANEJO CLÍNICO DA FINITUDE À LUZ DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL.....	23
A UTILIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ENXADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	23
AÇÃO PENAL 470: CONCURSO DE AGENTES OU ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (FORMAÇÃO DE QUADRILHA).....	24
ALEITAMENTO MATERNO COMO FATOR PROTETOR PARA NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA..	25
ALTERNATIVA TECNOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: APLICAÇÃO INTERNA DO DRYWALL EM EDIFICAÇÕES	25
ANALISE DA ARQUITETURA INOVADORA DO ARQUITETO SANTIAGO CALATRAVA	26
ANÁLISE DA OBRA DO HOSPITAL SARA KUBITSCHK A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS E DO CONHECIMENTO DA ARQUITETURA E URBANISMO.....	26
ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA CACHAÇA ARTESANAL PRODUZIDA NO NORTE DE MINAS GERAIS.....	27
ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROCESSOS MECÂNICOS EM INDÚSTRIAS PRESENTES NO NORTE DE MINAS GERAIS.....	27
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO OFERECIDO AOS USUÁRIOS DA SEPLAG, SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM MONTES CLAROS.....	28
ANEMIA ENCONTRADA NOS PACIENTES CARDIOPATAS ATENDIDOS EM HOSPITAIS DE MONTES CLAROS.....	28
APROVEITAMENTO DE ÁGUAS CINZAS EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS	29
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL ENGENHEIRO MECÂNICO.....	29
ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA CAPTADA POR TELHADOS.....	30
AS DECISÕES JUDICIAIS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30
AS DECISÕES JUDICIAIS QUANTO À ESPÉCIE, REQUISITOS E DEFEITOS OU VÍCIOS	31
AS GERAÇÕES DE DIREITOS E A EVOLUÇÃO DO ESTADO	32

AS GERAÇÕES DE DIREITOS	32
AS OFICINAS TERAPÊUTICAS COMO VALORIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS	33
AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA E A ISONOMIA NO NCPC	33
AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO FACE AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PROJETADO	34
ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NAS CAPITALS BRASILEIRAS ...	34
ASPECTOS FUNCIONAIS DE PACIENTES PÓS-ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO.....	35
ASSOCIAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA MEDICINA PARA O ESCLARECIMENTO DE FATOS DE INTERESSE DA JUSTIÇA	36
ATIVIDADE FÍSICA E A IMPORTÂNCIA DA INDICAÇÃO MÉDICA	36
ATIVIDADE FÍSICA E CARDIOPATIA.....	37
ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	37
AVALIAÇÃO DA CONFIABILIDADE E ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS PELA POPULAÇÃO DA CIDADE MONTES CLAROS-MG	38
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES CLIMATÉRICAS.....	39
AVALIAÇÃO DE CONFORTO DAS DEPENDÊNCIAS DA FIPMOC.....	39
AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA: TIPOS, FUNÇÕES E FINALIDADES	40
CAIXA SEPARADORA DE AGUA E ÓLEO: UM ESTUDO DA SUA EFICÁCIA NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO NORTE DE MINAS	40
CARACTERÍSTICAS DE UM LÍDER IMPRESCINDÍVEIS PARA A ATUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	41
CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE MARKETING NAS ORGANIZAÇÕES.....	41
CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE LAJES DE ISOPOR NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG	42
CARACTERIZAÇÃO DE MULHERES CLIMATÉRICAS COM DIABETES MELLITUS TIPO II QUANTO AO COMPORTAMENTO DE AUTOCUIDADO.....	42
CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DO BIODIESEL DERIVADO DO ÓLEO DE FRANGO	43
CARDIOMIOPATIA PERIPARTO: RELATO DE CASO	43
CAUSAS PRÉ, PERI E PÓS-NATAIS EM CRIANÇAS PORTADORAS DE PARALISIA CEREBRAL.....	44
COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – COMO DECIDE O STF	45

COMPARAÇÃO DO AUTOCUIDADO EM MULHERES PRÉ E PÓS-MENOPAUSADAS PORTADORAS DE DIABETES MELLITUS TIPO II	45
COMPARAÇÃO DO TEOR DE CLORETOS EM AMOSTRAS DE ÁGUA MINERAL ORIGINÁRIAS DE MINAS GERAIS E GOIÁS.....	46
COMPROMETIMENTO MOTOR EM PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL.....	46
CONCEPÇÃO DA POPULAÇÃO MONTES-CLARENSE ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS DOS FREQUENTADORES DA PRAÇA DR.CARLOS, MONTES CLAROS-MG	47
CONHECIMENTOS DOS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO ACERCA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO DE MINAS.....	48
CONTRIBUIÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA LEGAL E PERÍCIAS MÉDICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL MÉDICO	48
CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC PARA O ACESSO À JUSTIÇA..	49
CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E PARA O ACESSO À JUSTIÇA EM MONTES CLAROS	50
COOPERATIVAS DE RECICLAGEM COMO INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO VIVENCIADA NA ITCP=UNIMONTES.....	50
DECISÕES JUDICIAIS QUANTO À ESPÉCIE, REQUISITOS E DEFEITOS	51
DESENVOLVIMENTO DE UM REBOQUE PARA TRANSPORTE DE MOTO E SUA ADEQUAÇÃO A LEGISLAÇÃO DE TRANSITO BRASILEIRA.....	51
DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE GRÁFICO INTERATIVO PARA ANÁLISE DE ESTRUTURAS ESPACIAIS RETICULADAS	52
DETRAÇÃO E MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO	52
DIAGNOSTICO DOS DISPOSITIVOS DE MICRO DRENAGEM NA REGIÃO DE ENTRONCAMENTO DOS CÓRREGOS BICANO E VARGEM GRANDE ATÉ O ENCONTRO COM O RIO VIEIRAS	53
DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO MECÂNICO NO MERCADO ATUAL	53
DIFICULDADES DE GERENCIAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MONTES CLAROS	54
DIFICULDADES NO GERENCIAMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE'S) DA CIDADE DE MONTES CLAROS/ MG	54
DIREITOS FUNDAMENTAIS: O ACESSO À JUSTIÇA, NO ÂMBITO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, NAS JURISPRUDÊNCIAS DO STF.....	55
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) NO COMBATE E CONTROLE DA DIABETES.....	55

ESTRATÉGIAS ENCONTRADAS PELOS ADMINISTRADORES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA SUPERAR AS DIFICULDADES DE GESTÃO	56
ESTRESSE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DAS FIP-MOC E LOMBALGIA OCUPACIONAL. ..	56
ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE BARES/RESTAURANTES DA CIDADE DE MONTES CLAROS/ MG	57
ESTUDO COMPARATIVO DE LOCAÇÃO / AQUISIÇÃO DE PEQUENOS EQUIPAMENTOS EM OBRAS DE MONTES CLAROS / MG	57
FISIOTERAPIA NO PACIENTE ONCOLÓGICO	58
FORMAS DE TRANSMISSÃO DA HEPATITE B E PREVENÇÃO DA DOENÇA PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	58
GERAÇÕES DOS DIREITOS.....	59
GERADOR HIDROELÉTRICO	59
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS APLICADA AOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.....	60
GRAU DE ESCOLARIDADE E VARIABILIDADE COGNITIVA NA TERCEIRA IDADE.....	61
HIPERTENSÃO EM IDOSOS E SUA RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO FÍSICO	61
IDENTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA JOSÉ CORRÊA MACHADO	62
IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS-PROBLEMAS RELACIONADAS À DRENAGEM PLUVIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO CINTRA EM MONTES CLAROS-MG	62
IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS ERGONÔMICOS EM POSTOS DE TRABALHO EM UMA PADARIA NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG	63
IMPORTÂNCIA DA MATEMÁTICA PARA O ENGENHEIRO DE MINAS SOB O PONTO DE VISTA DE ALUNOS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO	64
IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS FILOSOFIA/SOCIOLOGIA PARA A FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO	64
INGESTÃO ALCOÓLICA EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA FACULDADE DE MONTES CLAROS – MG	65
INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DA ARQUITETURA E URBANISMO: UMA ANÁLISE DA ÓPERA DE ARAME DO ARQUITETO JAIME LERNER	66
JARDINS RESIDENCIAIS	66
LÂMPADAS: CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO	67
MEDIAÇÃO E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO NOVO CPC.....	67

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM: REFORMAS PROPOSTAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....	68
MINIMIZAR O CUSTO NA PRODUÇÃO DE CADEIRA DE RODAS.....	68
MOTIVAÇÃO PARA BEBER OU MANTER-SE ABSTÊMIO: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO	69
NÍVEL DE CONHECIMENTO DE FUNCIONÁRIOS DO NASPP DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG ACERCA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS.....	69
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC E PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	70
O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL FACE À CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	70
O DIREITO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO	71
O ESTATUTO DE ROMA E OS CONFLITOS APARENTES COM A CRFB/1988	71
O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	72
O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA EM MONTES CLAROS-MG: ESTUDO DE CASO DA BACIA DO CÓRREGO CINTRA	72
O USO DE BIODSÓLIDOS EM SOLOS AGRÍCOLAS: REVISÃO DE LITERATURA.....	73
O USO DO HIDROGÊNIO COMO FONTE DE ENERGIA LIMPA UTILIZADO COMO COMBUSTÍVEL EM VEÍCULOS AUTOMOTORES	74
O JUS CORRIGENDI E A LEI DA PALMADA: REPERCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	74
OFICINAS TERAPÊUTICAS EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	75
PAPÉIS DESEMPENHADOS PELOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS NAS ORGANIZAÇÕES.....	76
PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA QUÍMICA NO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS	76
PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ACERCA DE DISCIPLINAS DO PRIMEIRO PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS	77
PERCEPÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DAS FIPMOC EM RELAÇÃO À GRIPE INFLUENZA	77
PERCEPÇÃO DOS DIREITOS DE CIDADANIA DA POPULAÇÃO MONTES-CLARENSE	78
PERFIL DOS PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL ATENDIDOS EM CLÍNICAS DE MONTES CLAROS.....	78
PERSPECTIVA DO IDOSO ACERCA DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO	79

POSIÇÃO DOUTRINÁRIA ACERCA DA NOMENCLATURA USADA PARA REFERIR-SE À EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	79
POTENCIALIDADES DO EUCALIPTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA	80
PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS EM ADOLESCENTES DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG.....	80
PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS ENTRE ADULTOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG.....	81
PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS ENTRE IDOSOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG.....	82
PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES NO EXAME DE PAPANICOLAU NAS CAPITALS DA REGIÃO SUDESTE	82
PREVALÊNCIA DE ENTEROPARASIToses NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS.....	83
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS.....	83
PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DE ANSIEDADE EM UMA UNIDADE PRISIONAL DE MONTES CLAROS-MG/BRASIL	84
PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM UMA UNIDADE PRISIONAL DE MONTES CLAROS-MG/BRASIL	84
PRINCIPAIS CARDIOPATIAS ENCONTRADAS NOS PACIENTES ATENDIDOS EM HOSPITAIS DE MONTES CLAROS.....	85
PRINCIPAIS MÍDIAS UTILIZADAS POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE's) MONTES-CLARENSES PARA DIVULGAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.....	86
QUAL A RELAÇÃO DO ESTADO COM O DIREITO?.....	86
QUALIDADE DA ÁGUA MINERAL COMERCIALIZADA EM MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO DA ALCALINIDADE.....	86
RELAÇÃO DOS DIREITOS DE 2ª GERAÇÃO COM A ECONOMIA	87
RELAÇÃO ENTRE O PERFIL CLÍNICO E QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES PÓS-MENOPAUSADAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/M.G	87
RELEVÂNCIA DA FÍSICA E DA QUÍMICA NA ENGENHARIA MECÂNICA	88
SEQUELAS NEUROLÓGICAS APRESENTADAS EM PACIENTES PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL	89
SIGNIFICADO DE GERAÇÕES DE DIREITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE.....	89
TRABALHO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL	90

TRATAMENTOS UTILIZADOS EM PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL ATENDIDOS EM CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA DE MONTES CLAROS.....	90
TUBERCULOSE RELACIONADA AO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.....	91
USO DOS JARDINS RESIDENCIAS NA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	91
UTILIZAÇÃO DA ÁGUA EM UMA INDÚSTRIA DO RAMO VIDREIRO DE MONTES CLAROS.....	92
VERIFICAR A PREVALÊNCIA DE LOMBALGIAS OCUPACIONAIS DAS FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS DE MONTES CLAROS/FIPMOC	92
VISÃO DOS FISIOTERAPEUTAS EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS DA PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS	93

“DOS MUROS PRA DENTRO ELES ESTÃO PROTEGIDOS”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

RODRIGUES, Mariana Ruas¹; SANTIAGO, Érika Jordana Freitas¹; ROTA JÚNIOR, César²

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

A atenção à infância e adolescência, no Brasil, passou por grandes transformações ao longo do século XX, da perspectiva do movimento higienista do início do século passado às políticas públicas atuais na trilha dos direitos da criança e do adolescente. Atualmente, os conceitos de risco social e vulnerabilidade social são balizares na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com implicações cotidianas também nos campos da educação e saúde. Assim, investigar as representações construídas pelos trabalhadores do campo social e educacional, que lidam de forma direta ou indireta com estes sujeitos, se evidencia como fundamental no sentido em que possibilita uma reflexão acerca das práticas cotidianas desenvolvidas por estes trabalhadores, uma vez que, mediante a inserção dos Núcleos de Educação de Tempo Integral, criam-se novos espaços educativos de formação para crianças e adolescentes. O objetivo geral da pesquisa foi identificar as Representações Sociais dos trabalhadores do Núcleo de Educação de Tempo Integral acerca das crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. A presente pesquisa, de caráter qualitativo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizou como referência teórica de análise a teoria das Representações Sociais. Como cenário da pesquisa foi escolhido um Núcleo de Educação de Tempo Integral da cidade de Montes Claros, Minas Gerais, em virtude do lugar privilegiado ocupado por este serviço no contexto da atenção à infância e adolescente no campo das políticas públicas. Para tanto, tratou-se de identificar o perfil dos trabalhadores do Núcleo de Educação Integral, descrever as percepções destes acerca do Projeto Político Pedagógico de Educação de Tempo Integral, bem como verificar a compreensão dos trabalhadores sobre os conceitos de risco e vulnerabilidade social. A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc), por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, tendo sido aprovada sob o número 470.626. Foi possível notar que a criança, que historicamente foi considerada vítima da violência da rua, mediante o perigo que a mesma parece representar, passa a ser considerada vítima da sua própria família, que é percebida como perigosa e negligente, principalmente por não dar o carinho que essas crianças necessitam. Assim, pode-se notar uma tendência a afirmar as crianças como carentes, sobretudo de afeto, e marcar a escola como responsável por propiciar às crianças proteção, alimentação, socialização, cuidados com a higiene, aprendizagem e, principalmente, por suprir esse afeto que as mesmas não encontram na família. Diante disso, a escola é percebida pelos entrevistados como a oportunidade que as crianças têm para evitar o “mundo” em que elas vivem. Dessa forma, a visão acerca dos alunos atendidos no programa gira em torno de uma proteção, tanto em relação à rua quanto em relação à própria família.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Tempo Integral. Psicologia Escolar. Representações Sociais.

Financiamento: Projeto financiado com Bolsa de Iniciação Científica das FIPMoc (2013/2014).

A (IN)EFICÁCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PREVISTA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TEIXEIRA, Aurenice da Mota¹; CAMBUY, Jéssica Duque²; CAMPOS, Jéssica Gisele³; ROCHA, Igor Thiago⁴; SOUZA, Diego Henrique Silva⁵.

1Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade Estadual de Montes Claros;

2Discentes do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros;

O crescimento da criminalidade pelo ingresso cada vez mais precoce dos adolescentes na prática de delitos é um problema social como também de ordem jurídica, especialmente no que concerne à omissão Estatal em direcionar políticas públicas ao tal fim. A atual posição das crianças e adolescentes no Ordenamento Jurídico pátrio induz ao questionamento da efetividade das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo-se necessária uma análise da aplicação e execução destas medidas, bem como, os seus reflexos na vida do adolescente em conflito com a lei. Por estarem os adolescentes em uma fase peculiar de formação é de extrema importância que as medidas de ressocialização sejam adotadas de forma efetiva para impedir que ocorra a reincidência do menor na prática de delitos. O presente trabalho pretende analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente na ressocialização e reintegração dos jovens

brasileiros, considerando as necessidades peculiares do indivíduo nessa faixa etária, bem como examinar se a aplicação prática da medida é realizada em consonância com os ditames legais. A análise do tema é realizada através do método dedutivo e ainda o método histórico fazendo uma abordagem sobre o tema no passado e na atualidade. A técnica de pesquisa utilizada é a bibliográfica. Conclui-se que, apesar de o ordenamento jurídico pátrio trazer mecanismos formais para cumprimento da medida de internação objetivando a ressocialização dos jovens, a execução da medida socioeducativa ainda enfrenta inúmeras barreiras, como superlotação das casas, instalações deficitárias e constantes denúncias de abusos cometidos contra os adolescentes. A execução da medida não deve ser realizada em locais que atentem contra a idéia de reeducação, e respeitando acima de tudo a dignidade da pessoa humana, já que sistemas que incluem o confinamento e repressão incutem em sofrimento, e consequentemente na deficiência da execução da medida socioeducativa de internação. A resposta do Estado para coibição dos atos praticados por adolescentes que firam o ordenamento jurídico deve ser realizada com moderação e equilíbrio além de garantir que o adolescente não fique com a idéia de impunidade incutida. Por outro lado, atribui-se a pouca eficácia do sistema à ausência de investimento financeiro em estruturas físicas bem como em recursos humanos, além de políticas educativas específica.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas socioeducativas. Estatuto da Criança e do adolescente. Ressocialização.

A AUTONOMIA PRIVADA NA FLEXIBILIZAÇÃO DOS INTERVALOS INTRAJORNADAS

LOPES, Deborah Karoline Cardoso; MARQUES, Krisley Chaves; PINHEIRO, Lara Maria Alcântara; COTTA, Maria Clara Oliveira.¹; LOPES, Luis Roberto²

1 Acadêmicos do curso de Direito das FIPMoc; 2 Docente do curso de Direito das FIPMoc

A intrajornada, em qualquer trabalho contínuo, é o intervalo que acontece dentro das horas trabalhadas, cuja duração exceda a seis horas diárias, sendo direito do trabalhador um intervalo para repouso ou alimentação. O presente trabalho tem como objetivo de analisar o alcance da autonomia privada na flexibilização dos intervalos intrajornadas e das normas trabalhistas frente ao cenário do Direito do Trabalho e da sociedade atual. Foi realizada uma pesquisa documental, exploratória, de caráter qualitativo baseado em artigos da internet, juntamente com o artigo 7º da Constituição Federal e da Súmula 437 do TST. Os resultados obtidos mediante análises é que os intervalos intrajornadas são ordem de interesse público, pois manutenção da segurança do trabalho a fim de proteger o trabalhador dos possíveis riscos ocupacionais, evitando assim maiores gastos para o Governo, como por exemplo, a previdência social. Assim, a autonomia privada não pode sobrepor-se à vontade estatal, ou seja, as normas de ordem pública. Conclui-se, contudo, após análise relacionada ao limite da flexibilização do direito do trabalho, a existência de um confronto entre o princípio da autodeterminação coletiva com os princípios da dignidade da pessoa humana, o da proteção, o da norma mais favorável, e o da indisponibilidade dos direitos trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: Colisão de Princípios. Flexibilização. Intrajornada. Princípio da Proteção.

A CONCESSÃO DE ASILO POLÍTICO É UMA FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA?

AMARAL, Rodrigo Santos²; LADEIA, Fabianna Lima¹; NEVES, Anna Paula Oliveira¹; MOSQUEIRA, Lúcia Oliveira¹; SANTOS, Jaqueline Silva¹; SIMÕES, Lígia Almeida De¹; LADEIA, Emanuelle Torres¹; VELOSO, Kessia Karoline Silva¹.

1 Discente das FIP Moc. 2 Docente das FIP Moc.

A presente pesquisa tem por objetivo verificar se a concessão de asilo político é uma forma de acesso à justiça. Trata-se de uma pesquisa explicativa com abordagem qualitativa, e quanto à coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, nesse sentido ela tem como objetivo interpretar e dar significados aos fenômenos analisados. O asilo político é fundamentalmente, um instituto humanitário, que visa proteger a pessoa humana sendo responsável pelos direitos e garantias do indivíduo que procura refúgio. O instituto jurídico do asilo compõe uma prática humanitária pertencente ao Direito Internacional Público sendo regulamentado por convenções internacionais específicas, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, e entre outras. A concessão de asilo tem como um dos principais objetivos proteger uma pessoa que por motivos políticos ou ideológicos, está sendo perseguida. No que se refere aos crimes comuns, reprováveis em qualquer sociedade, os Estados se ajudam mutuamente visando a sua repressão internacional, sendo o instituto da extradição um importante instrumento para essa prática. Existem várias modalidades de asilos, porém os dois principais são o asilo territorial e o diplomático,

sendo que o primeiro se caracteriza pelo recebimento de estrangeiro em território nacional para residir, evitando punição ou perseguição baseada em crime de natureza política ou ideológica geralmente, cometido em seu país de origem. Já o asilo diplomático é uma modalidade provisória e ultrapassada do asilo político, originado de um costume praticado no cenário regional latino-americano no século XIX, ao contrário de asilo territorial onde o asilo é concedido somente dentro do território nacional, no asilo diplomático, o Estado o concede fora do seu território. Portanto, nesse sentido, o direito de asilo é uma forma de acesso à justiça, uma vez que vários tratados visam proteger o asilado, assegurando a dignidade, a liberdade, a vida e a integridade física e pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Asilo Político. Proteção. Convenções Internacionais

A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMoc PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E PARA O ACESSO À JUSTIÇA EM MONTES CLAROS

VELOSO, Cynara Silde Mesquita²; LADEIA, Emanuelle Torres¹ LADEIA, Fabianna Lima¹; NEVES, Anna Paula Oliveira¹; MOSQUEIRA, Lúcia Oliveira¹; SANTOS, Jaqueline Silva¹; SIMÕES, Lúcia Almeida De¹; VELOSO, Kessia Karoline Silva¹.
1 Discente das FIP Moc. 2 Docente das FIP Moc.

A presente pesquisa tem como tema o acesso à justiça por meio do Núcleo de prática jurídica das FIPMoc tendo como objetivo específico verificar a contribuição do Núcleo de prática jurídica das FIPMoc (NPJ) para a efetivação dos direitos e para o acesso à justiça em Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa explicativa com abordagem qualitativa, e quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados foi utilizada a pesquisa de campo. O NPJ das FIP-Moc é um órgão destinado a supervisionar as atividades de estágio fornecidas aos acadêmicos dos dois últimos anos do curso de Direito, desenvolvendo prática de audiências, aulas de arbitragem, mediação, procedimentos civis e criminais, visitas, estudos orientados e análise de autos findos, essas atividades desempenhadas no NPJ das FIP-Moc é um instrumento que garante àqueles que têm até dois salários mínimos mensal, a possibilidade de exercer seus direitos, uma vez que, por falta de oportunidades ou recursos financeiros, acabam não tendo condições ou meios para isso, o que os priva de viverem plenamente a cidadania e exercerem o seu direito ao acesso à justiça. O acesso à Justiça está intimamente ligado à cidadania e aos direitos fundamentais garantidas pela constituição a todos os cidadãos. Todavia, a maioria da população encontra dificuldades para se inserir no meio jurídico devido às desigualdades sociais, e diante desse obstáculo o Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc viabiliza o acesso à Justiça, por meio do desenvolvimento de atividades junto ao Poder Judiciário, sempre utilizando todos os meios necessários ao cumprimento satisfatório de seus objetivos, desse modo, confronta a realidade social com as instituições, o direito material com o processo, no intuito de consolidar e confirmar na prática o auto padrão de qualidade do ensino e da pesquisa realizados no curso de Direito das FIPMoc. Apesar de atuar somente em pequenas causas o NPJ das FIPMoc exerce sua função social, e por tal razão é considerado um meio eficaz de acesso à justiça para a população de baixa renda e, portanto, tem como finalidade a contribuir pra a diminuição de fatores dificultosos do acesso à justiça, buscando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Acesso à justiça. Núcleo de prática jurídica.

A CULPABILIDADE NOS DELITOS DE TRÂNSITO

TEIXEIRA, Aurenice da Mota¹; SILVEIRA, Alysson Klem².
1 Docente da Unimontes; 2 Discente da Unimontes.

O conceito de crime independe de fatores naturais, considerada uma definição artificialmente criada pela sociedade. A própria sociedade é responsável pela criação inaugural do crime, sendo que as condutas ilícitas mais graves são também merecedoras de maior rigor punitivo. Dentre as condutas criminalmente tipificadas, ganharam destaque nos últimos tempos, aquelas praticadas na direção de veículos automotores. Nesse contexto, muito se tem discutido a respeito da diferença entre culpa consciente e dolo eventual, quanto da prática de delitos de trânsito. Grande parte da doutrina e da jurisprudência não mantém entendimento uniforme no que diz respeito a essa distinção. O entendimento jurisprudencial dá maior valor à teoria da vontade, que defende que o dolo eventual e a culpa consciente devem ser diferenciados mediante os elementos do conhecimento e da vontade do agente e não unicamente do conhecimento. A pesquisa tem como intuito de analisar a aplicabilidade dos institutos do dolo eventual e culpa consciente nos delitos de trânsito. A metodologia aplicada na pesquisa utilizou-se do método dedutivo, partindo-se de uma concepção ampla do assunto até uma visão mais minuciosa, por meio da consulta a pesquisa bibliográfica, a partir de autores nacionais, da legislação, da jurisprudência,

de periódicos, bem como da análise de circunstâncias que podem configurar o dolo eventual e a culpa consciente nos crimes praticados na direção de veículos automotores. Para tanto, valeu-se de Estudo de Caso em que foi analisado um processo judicial paradigmático por ser o primeiro na Comarca de Montes Claros/MG, em que foram levados a júri popular indivíduos envolvidos em homicídio cometido na condução de veículo automotor. O estudo realizado mostra que aplicação dos institutos do dolo eventual e da culpa consciente em relação aos delitos praticados na direção de veículos automotores é um ponto de grande discussão no Direito Penal Brasileiro. A importância de se reconhecer quando a conduta é praticada com dolo eventual e culpa consciente tem reflexos diretos na punição que incidirá sobre o agente. Para que se possa definir qual o instituto normativo a ser aplicado nos crimes de trânsito, no que se refere dolo eventual e culpa consciente, é necessário que se observe além do elemento subjetivo do agente, os indícios e circunstâncias do fato. Dessa forma, nas condutas relativas a acidentes de trânsito, esses elementos, de forma conjunta, indicarão em qual espécie de dolo ou culpa que o agente se enquadra em determinado caso concreto, principalmente no que diz respeito ao dolo eventual e a culpa consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Código de Trânsito Brasileiro. Dolo eventual. Culpa consciente.

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS

MELLO, Ana Cecília Santos Freitas¹; TORRES, Vânia²; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O objeto de estudo de todo historiador é o tempo e, acima de tudo, o homem, pois o homem se transforma e transforma o mundo ao seu redor. O Direito, como produto cultural do homem, também se transforma com o passar do tempo para se adequar às necessidades do homem em cada momento da história. (CASTRO, 2007). A presente pesquisa busca analisar a evolução do Direito, desde suas primeiras manifestações nas sociedades antigas. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, sendo a pesquisa bibliográfica o procedimento técnico de coleta de dados. Após a análise e interpretação dos dados, observa-se que apesar da ausência da escrita em comunidades antigas, esses povos já desenvolviam normas e regras reguladoras da convivência em sociedade. Nota-se também que o Direito de povos antigos, como o dos hamurabianos ou dos gregos, exerce influência na construção de um Direito mais justo na modernidade. Através desse estudo, conclui-se a história do Direito pode-se contribuir para aperfeiçoar o Direito atual, buscando reduzir injustiças e alcançar a paz e o bem comum.

PALAVRAS-CHAVE: História. Direito. Evolução.

REFERÊNCIA:

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

A EXPRESSÃO DA EXPERIÊNCIA ELEMENTAR DE PACIENTES FORA DA POSSIBILIDADE DE CURA

MEDEIROS, Mara Cristina Silva¹; COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O modo como o paciente terminal – fora da possibilidade de cura – responde à evidência da própria finitude diz do sentido que atribui à sua existência e influi nas relações consigo e com o mundo, portanto, nos cuidados paliativos a que é submetido. Buscou-se identificar como esses pacientes expressam a experiência elementar diante do morrer. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada no método fenomenológico de Edmund Husserl e Edith Stein. Para análise foi utilizada categoria teórica da Experiência Elementar proposta por Miguel Mahfoud. Partiu-se de depoimentos de pacientes terminais, publicados em pesquisas fenomenológicas, porquanto guardam maior fidelidade ao significado da elaboração que tais pacientes manifestam. O tema Experiência Elementar é discutido em Psicologia por Miguel Mahfoud, baseado nas obras do filósofo italiano Luigi Giussani. Trata-se de um conjunto de evidências e exigências estruturais que distinguem o ser humano e com o qual este se lança no real, regendo seu pensar, agir e sentir para responder às questões fundantes, a partir dos critérios de realidade, razoabilidade e moralidade. Ignorar tais premissas gera atitudes não razoáveis e causa ruptura com o passado, incomunicabilidade e solidão, perda da liberdade. Morte é finitude da existência, provocação do real em que o ser é instado a se posicionar frente à experiência. Constatou-se que pacientes fora da possibilidade de cura respondem à evidência da finitude segundo o sentido que dão à própria vida. Constatou-se que muitos desses pacientes expressem a experiência elementar demandando escuta e presença, mas respondem à exigência de ser de modo não razoável. Por não vislumbrarem um horizonte de totalidade, entregam-se à alienação. Concluiu-se que o psicólogo pode beneficiar-se dos estudos sobre

Experiência Elementar, enriquecendo e ampliando sua compreensão do ser humano e de suas exigências, evidências e valores mais radicais, de modo a oferecer ao paciente terminal não apenas a escuta de suas questões fundantes como intervenções que o ajudem respondê-las de modo mais autêntico e significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia. Morte. Experiência Elementar.

A GESTÃO DE RELACIONAMENTO INTERNO EM UMA EMPRESA DE SEGURO DE SAÚDE DE MONTES CLAROS – MG

SANTOS, Gilda Aparecida¹; MACEDO, Leila Pinheiro de²; MARTINS, June Marize Castro Silva³

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Docente das FIPMoc

Estudos empíricos mostram que atualmente um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento organizacional está diretamente interligado ao processo de desenvolvimento do relacionamento com o público interno. Nada obstante, por mais que pareça fácil desenvolver essa ferramenta, existe uma condição muito mais complexa. Isso, porque o relacionamento vai além do ato de conversar entre si. Objetivou-se analisar se o relacionamento interno pode influenciar na produtividade dos colaboradores de uma empresa de Seguro de Saúde de Montes Claros – MG. Diante do que se pretendeu, a pesquisa se classificou como uma pesquisa descritiva de característica quantitativa, que teve como instrumento de coleta de dados o questionário direcionado a uma população de amostra da pesquisa se compôs por 16 (dezesesseis) colaboradores que compõem a empresa em estudo e as respostas foram tabuladas no sistema Excel e apresentadas em forma de gráficos, tendo em vista que a coleta de dados, tomou por empréstimo o método de escala de Likert sendo determinada por cinco conceitos que variam entre a concordância e a discordância dos colaboradores à determinadas afirmativas conforme a realidade e as situações vivenciadas e conforme a empresa se enquadrava dentro da afirmação. Na pesquisa ficou constando que 56% dos colaboradores concordam parcialmente que o relacionamento interno contribui para melhorar os aspectos motivacionais que, por sua vez influenciam em sua produtividade e 13% se mostraram indiferentes à mesma. Mas, apesar da tendência à positividade dessa afirmativa, ainda assim, fica visível a necessidade de melhorar a gestão dessa ferramenta, posto que em alguns momentos o fato de se colocarem como indiferentes a algumas afirmações que são essenciais para se desempenhar um relacionamento interno eficaz e eficiente, ficaria intersubjetivado a indiferença destes colaboradores com a missão e a visão da empresa. Mas isso não impede em dizer que o clima organizacional da empresa em estudo tende a executar-se à melhoria constante da produtividade, pois, observou-se que esse processo de desenvolvimento interno já vem sendo implementado pensando principalmente no processo de integração que hoje é tido como um dos principais objetos de desenvolvimento do relacionamento interno eficaz. Concluiu-se que o relacionamento interno é considerado de grande importância para o processo de crescimento produtivo do tipo de empresa em estudo, tendo em vista que os seus processos devem ser integrados para que se efetivem com maior eficácia e eficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Relacionamento interno. Colaboradores. Produtividade.

A IMPORTÂNCIA DA COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS NO GERENCIAMENTO DE OBRAS

LOPES, Cássio Cardoso ¹; SANTOS , Renata Katielle dos¹; COSTA JUNIOR, Antônio Carlos Moreira da²; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das das FIPMoc; ² Docentes das FIPMoc.

A compatibilização de projetos de uma obra na construção civil visa integrar todos profissionais envolvidos no desenvolvimento dos projetos que derivam do arquitetônico, dentre eles, estrutural, elétrico, hidráulico, incêndio e o Sistema Proteção e Descargas Atmosféricas (SPDA). Sob esta ótica, o presente trabalho tem o objetivo de identificar a importância da compatibilização no desenvolvimento dos projetos. Para atingir os objetivos foi realizado um estudo bibliográfico sobre a importância do gerenciamento de obras tendo como principal ferramenta a compatibilização de projetos em obras de pequeno e médio porte. Os resultados do estudo revelam que os principais problemas que ocorrem em canteiros de obras são devido a falhas ou a falta de compatibilização dos projetos. Se realizada adequadamente essa compatibilização poderá auxiliar o gerenciamento da obra promovendo a obtenção de melhores padrões de acabamento, produtividade, diminuindo prazos e aumentando os lucros. Conclui-se que a compatibilização de projetos torna eficaz todo o processo de gerenciamento do empreendimento, atendendo as expectativas do cliente e garantindo uma qualidade total, em todos os processos desde o estudo de viabilidade a entrega na data fixada pelo planejamento e gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Compatibilidade. Construção Civil. Projetos.

A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO DIAGNÓSTICO DA DISLEXIA

SANTOS, Elisângela Maria dos¹; SOUZA, Amanda Danielle²; ASSIS, Kerley Oliveira Aquino Rabelo³; ASSIS, Jadson Rabelo⁴

1Discente da FASI/FUNORTE; 2Discente da FASI/FUNORTE; 3 Docente da FASI/FUNORTE e

4Docente das FIPMoc/ FASI/FUNORTE

Dislexia é uma dificuldade de aprendizagem caracterizada por problema na linguagem receptiva e expressiva, oral ou escrita. Consiste ainda, em alterações e limitações sensoriais caracterizada por problemas na linguagem expressiva, receptiva, oral e escrita. Podendo ser considerada de origem neurológica, congênita e hereditária, classificada em: Dislexia Disfonética (dificuldade da leitura oral), Dislexia Superficial (dificuldade na leitura relacionada a um problema visual) e Dislexia Mista (quando se é apresentado os dois subtipos). No caso dos distúrbios específicos do aprendizado, e em especial na dislexia do desenvolvimento, a troca de informações entre as áreas médica, neuropsicológica, fonoaudiológica e educacional, é fundamental para promover a interdisciplinariedade e, consequentemente, ampliar o conhecimento acerca dessas disfunções. O objetivo deste estudo é contribuir para a discussão sobre a importância da equipe multidisciplinar no diagnóstico da dislexia, entendendo que um único profissional não basta para analisar esses vários aspectos e fornecer diagnóstico preciso e seguro, e que os profissionais tanto da educação quanto da área da saúde entendam que o processo diagnóstico e intervenção é realizado por uma equipe interdisciplinar. Foi realizada uma pesquisa de revisão literária, de cunho descritiva-exploratória através na busca das bases de dados, LILACS, CAPES e Scielo. Foram utilizados 7 artigos publicados entre 2009 e 2013. A dislexia do desenvolvimento é disfunção do sistema nervoso central, frequentemente de origem constitucional, caracterizada pela dificuldade na aquisição ou no uso da leitura e/ou escrita, que acomete crianças com inteligência normal, sem *déficits* sensoriais, com instrução supostamente adequada e na ausência de problemas físicos ou emocionais significativos. Concluiu-se a relevância de conhecer a dislexia, suas manifestações e o correto tratamento e intervenção, que deverão realizados pela equipe interdisciplinar, da qual faz parte o fonoaudiólogo, pelo seu conhecimento na área de linguagem oral, leitura/escrita. Verificou-se também, que existe a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto e, principalmente, que os profissionais, tanto da educação quanto da área da saúde, entendam que o processo diagnóstico e intervenção é realizado por uma equipe interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinariedade. Dislexia

A IMPORTÂNCIA DA GEOMETRIA ANALÍTICA E ALGEBRA LINEAR NO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS

LUZ, Bruno Oliveira¹; ALVES, Matheus Henrique Rodrigues¹; RIBEIRO, Edmon¹; MARINHO, Gabriel¹; VINICIUS, Marcos¹; REGO, Thais Cristina Figueiredo².

1Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc. 2Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc

O engenheiro é um profissional que usa constantemente o raciocínio lógico, a criatividade e os diversos tipos de linguagem (oral, escrita e gráfica). Por isso a Geometria Analítica e a Álgebra Linear (GAAL) são tão importantes na formação desse profissional. Este estudo teve como objetivo : Verificar o conhecimento de concluintes do Ensino Médio de escolas da cidade de Montes Claros acerca da importância da GAAL para o engenheiro de minas. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário estruturado a 263 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de 07 escolas particulares da cidade de Montes Claros que têm intenção de frequentar um curso superior de engenharia, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que 85,5% consideram a disciplina GAAL importante em um curso de Engenharia de Minas, enquanto 14,5% não reconhecem essa importância. Quando perguntados se esse conteúdo poderia ser aplicado no dia a dia, não só de um engenheiro de minas mas no cotidiano das demais pessoas obteve-se os seguintes percentuais, 46,39% sim; 34,22%, parcialmente aplicáveis; 18,25% não são aplicáveis e 1,14% não responderam. Concluiu-se com esse estudo que apesar de a grande maioria dos alunos do Ensino Médio reconhecerem a importância da disciplina GAAL na matriz curricular de um curso de Engenharia de Minas não são todos os que conseguem relacioná-la ao cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia de Minas. Geometria Analítica. Álgebra Linear

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COMO AGREGADO DO CONCRETO

PEREIRA, Diogo Caldeira ¹; OLIVEIRA, Euclides Viana de ¹; HACHEM, Cynthya Hassan ²; MOURÃO, Sheila Abreu²

Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc: ² Docente das FIPMoc.

O grande crescimento vivido pela indústria da construção civil ocasiona a geração de uma quantidade significativa de resíduos sólidos de construções, demolições e reformas, necessitando cada vez mais soluções diversas de forma a reduzir o material excedente descartado e levado para os aterros sanitários bem como reutilizá-los na geração de matérias-primas secundárias como o concreto, visando reduzir a exploração dos recursos naturais não renováveis de tal forma que contribuam nas condições ambientais dos espaços urbanos. Para atingir os objetivos foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória através de uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto. Neste sentido, objetivou-se por meio deste trabalho identificar a importância da utilização dos resíduos sólidos como agregado do concreto. Os impactos causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos podem resultar na contaminação das águas, do ar ou do solo. A produção de concreto a partir desses resíduos torna-se uma alternativa interessante, uma vez que, o produto gerado apresenta várias finalidades. Entretanto, os custos de produção, bem como a aceitação de mercado, devem ser analisados. A utilização de concretos reciclados, pelo menos em parte como uma fonte de agregados no futuro, mostra significativo potencial. O grande desafio é estabelecer uma política de utilização desses materiais em larga escala, possibilitando assim uma redução de custos e um planejamento estratégico de sua produção, de acordo com os materiais disponíveis e as necessidades de cada região.

PALAVRAS-CHAVE: Concreto reciclado, Reciclagem de resíduos sólidos, Construção civil.

A IMPORTÂNCIA DOS EXAMES DE IMAGEM NO DIAGNÓSTICO DE HIDROSSALPINGE: RELATO DE CASO

GANDRA, Sarah Francelli Alves¹; CARNEIRO, Jarbas Batista²; AMARIZ, Álcio Antunes²; CAMARGOS, Moises Figueiredo²; RODRIGUES, Rosangela Lopes Miranda³.

1Discentes das FIPMoc; 2. Discente das Funorte; 3. Docente das FIPMoc.

Hidrossalpinge é uma dilatação crônica da tuba uterina, composta por uma coleção líquida e cilíndrica, comumente sendo o resultado de uma doença inflamatória pélvica crônica, endometriose ou de uma cirurgia prévia. A hidrossalpinge pode ser observada em pacientes assintomáticas durante o exame da pelve ou durante ultrassonografia (US) realizada por outras indicações. A ultrassonografia é ferramenta importante na avaliação e diagnósticos diferenciais de massas anexiais. Objetivou-se relatar o caso de uma paciente que ao realizar consulta de rotina ao clínico geral apresentou ao US massas anexiais à esclarecer. Relato de caso: MGAP, 49 anos, feminino, parda, G3P2n1cA0, último parto há 24 anos, menarca aos 13 anos de idade, menopausa há um ano e meio, refere ligadura de trompas aos 26 anos de idade. Informa ser hipertensa e fazer uso de losartana 50mg/dia, hidroclorotiazida 25mg/dia. Nega etilismo e tabagismo. No momento assintomática. Procura atendimento médico para consulta de rotina e com alguns exames já realizados para esclarecimento. Ao exame físico apresentava-se em bom estado geral, normocorada e hidratada, anictérica, afebril, acianótica, boa perfusão tissular. Sat O2 97%, PA: 140/80 mmHg, frequência cardíaca de 78bpm, ritmo cardíaco regular sem sopros e ausculta respiratória com presença de murmúrio vesicular fisiológico, edema em membros inferiores (1+/4+), abdome globoso, ausência de ascite, livre, presença de ruídos hidroaéreos. Exames realizados: US pélvica: estruturas císticas anexiais bilaterais a esclarecer. Com a US pélvica evidenciando estruturas císticas anexiais bilaterais a esclarecer foi sugerido US endovaginal com Doppler que demonstrou: Útero: em anteversoflexão, centrado, apresentado forma e contornos regulares, medidas: 8,3 x 4,2 x 4,6cm respectivamente em seus diâmetros longitudinal, Antero-posterior e transversal e volume de 84,3cm³. Apresenta textura miometrial levemente heterogênea pela presença de pequenos nódulos miomatosos intramurais. Endométrio: Regular, central, com espessura máxima de 6,0mm. Ovários: Direito medindo 2,5 x 1,3 x 1,7cm, com volume de 2,8cm³ e o esquerdo 2,9 x 1,6 x 2,3cm com volume de 5,8cm³. O ovário direito apresenta textura sólida, sem folículos. Em região anexial à direita, nota imagem tubular anecoica (em forma grosseira de “oito”), medindo 8,8 x 4,4 x 6,0cm, (122,0 cm³), sem elementos sólidos ou fluxo ao Doppler. Em ovário esquerdo, nota-se pequena imagem anecoica, medindo 1,5cm, sem septos ou vegetações, sem fluxo ao Doppler. Em região anexial esquerda, nota-se imagem tubular anecoica (em forma grosseira de “oito”) medindo 7,3 x 3,1 x 3,4cm (41,4cm³); não apresenta elementos sólidos ou

fluxo ao Doppler. A dosagem de CA - 125 e RM da pelve não foram realizados no caso exposto, pois, o US endovaginal com Doppler não deixou dúvidas quanto ao diagnóstico de hidrossalpinge, ou seja, de massa anexial benigna não sendo necessário outros exames complementares. Ultrassonografista ou o radiologista devem estar, portanto, bem preparados e cientes das distintas apresentações usuais das massas anexiais para, desta forma, estarem aptos a interatuar com o médico adjunto, a fim de sugerirem estratégias que possam melhor conduzir a terapêutica específica da paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Ultrassonografia. Hidrossalpinge. Massas anexiais.

A INFLUÊNCIA DO CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL NO COMPORTAMENTO DOS COLABORADORES DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL RELIGIOSA EM MONTES CLAROS-MG

SANTOS, Amanda Silva; FONSECA Fernanda Larissa; MARTINS, June Marize C. S.

As instituições de ensino buscam contribuir para o crescimento, aperfeiçoamento e desenvolvimento integral dos indivíduos nos espaços escolares. Para que este objetivo seja alcançado dois dos tópicos se destacam: é o estudo do clima e cultura organizacionais. O desenvolvimento de uma organização é baseado em sua história, sua identidade e sua cultura. Tanto o clima quanto a cultura organizacional são importantes na organização, pois o clima organizacional mostra se o ambiente de trabalho está influenciando na satisfação, motivação, produtividade e comportamento das pessoas; e a cultura organizacional da mesma forma, porém ela influencia através dos costumes e tradições. Nesse contexto, é importante a pesquisa sobre o tema proposto, pois através dela pode-se analisar os aspectos que influenciam nos comportamentos dos colaboradores nela inserida. O estudo teve como objetivo geral avaliar os principais aspectos organizacionais vinculados à cultura e clima organizacional que influenciam no comportamento dos colaboradores em uma instituição educacional de cunho religioso na cidade de Montes Claros – MG. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, descritiva, de abordagem quali-quantitativa. Os métodos de coleta de dados foram o questionário e uma entrevista semi-estruturada. A amostra não probabilística intencional por conveniência foi composta por 31 colaboradores e a entrevista foi respondida pela gestora de Recursos Humanos da instituição. Os dados foram coletados durante o mês de março do corrente ano, posteriormente tabulados no Excel®, interpretados e analisados pelos pesquisadores. Já a entrevista foi analisada. Por meio da pesquisa realizada foi possível conhecer os alicerces da empresa pesquisada através de sua missão, visão e valores e consequentemente a cultura organizacional da instituição de ensino que consiste em transmitir seus valores e educar crianças e jovens baseados nos ensinamentos cristãos. A instituição possui 68% profissionais não só católicos, mas também evangélicos e todos conhecem os valores religiosos da instituição. 45% dos colaboradores adaptaram totalmente à instituição e 3% não se adaptaram. Grande parte dos colaboradores afirmaram que a cultura adotada pela instituição não influenciou em nada no seu comportamento, em contrapartida 3% dos colaboradores afirmam que influenciou totalmente. A contratação dos colaboradores é influenciada pela sua cultura apenas para os educadores das séries iniciais, nas quais são contratados apenas católicos. Os colaboradores da instituição consideram que a religião adotada por eles não altera no relacionamento com os demais membros da sua equipe, bem como na sua produtividade. Considera-se que a pesquisa alcançou o objetivo proposto. A principal característica percebida relacionada à cultura e clima organizacionais foi a presença de uma forte cultura religiosa, enraizada à organização e aos seus processos. A instituição possui uma forte estratégia de disseminação da cultura quando contrata educadores católicos para o corpo docente das séries iniciais, fazendo com que sua principal missão seja cumprida. Não existe uma estratégia bem delineada para trabalhar com aqueles colaboradores que não se adaptam à cultura da organização. Bem como, poucos colaboradores sofrem influência no comportamento.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento Organizacional. Clima Organizacional. Cultura Organizacional. Instituição de Ensino. Religião.

A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

TEIXEIRA, Aurenice da Mota¹; PEREIRA, Igor Thiago Rocha; CAMPOS, Jéssica Gisele; CAMBUY, Jéssica Duque; SOUZA, Diego Henrique Silva ²

1Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros ; 2 Acadêmicos de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

A Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência), substituta do antigo Decreto-lei 7.661/45, introduziu no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da Recuperação Judicial de Empresas, cuja finalidade é viabilizar a reestruturação da empresa em dificuldades econômico-financeiras, evitando, deste modo, sua provável falência. A nova lei elegeu como baluartes da recuperação judicial, os princípios da função social e da preservação da empresa e atribuiu aos credores, reunidos em assembléia geral e sob a gerência do poder judiciário, a faculdade de aprovar, modificar ou reprovocar o plano de recuperação apresentado pelo devedor em crise. Nesse diapasão, discutem-se quais seriam os limites do poder de deliberação dos credores na recuperação judicial face ao papel do poder judiciário nesse processo. Esta pesquisa visa analisar o instituto da recuperação judicial de empresas, notadamente, a faculdade do poder judiciário de intervir nas deliberações emanadas da assembléia geral de credores na apreciação do plano de recuperação. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo; quanto ao método de procedimento, empregou-se o monográfico, e a técnica de pesquisa usada foi bibliográfica. Concluiu-se que a interpretação da Lei 11.101/05 deve ser sistemática, devendo, pois, ser aplicada em consonância com a Constituição Federal de 1988, com o Código Civil e Código de Processo Civil, com a Lei 6.404/76, bem como, com fulcro nos princípios e objetivos norteadores da Lei de Recuperação de Empresas e Falência, sobretudo aqueles elencados no art. 47 da aludida lei. Sob esta perspectiva, a participação do credor na assembléia geral não deve basear-se, tão somente, no fito de recuperar seu crédito, de modo que, tal atitude pode refletir manifesto abuso no exercício do direito de voto, uma vez que, se afasta nitidamente do objetivo do instituto que é promover a reorganização da atividade empresarial em crise. O poder judiciário, por sua vez, possui competência para intervir nas deliberações dos credores em relação ao plano de recuperação judicial, frente à sua função precípua de Estado-juiz, sobretudo, em havendo qualquer indício de ilegalidade ou abuso, seja na manifestação dos credores ou no conteúdo do plano de recuperação apresentado pelo devedor em crise. Logo, o magistrado não exerce um papel meramente homologatório na recuperação judicial, competindo-lhe, dentre suas atribuições ordinárias, analisar desde a viabilidade da execução do plano de recuperação e da reestruturação da empresa em crise, até o mérito das deliberações da assembleia geral de credores, em face da predominância dos princípios da função social e preservação da empresa frente às liberdades da iniciativa privada.

PALAVRAS-CHAVE: Recuperação Judicial. Poder Judiciário. Intervenção. Assembléia Geral de Credores.

A LEGITIMIDADE ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO FALIMENTAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

SILVEIRA, Tatiana Magalhães¹; ANDRADE, Francielle Cristina Santos¹, TAVARES, Felipe de Oliveira¹, SILVA JÚNIOR, Edmilson Pereira da¹. TEIXEIRA, Aurenice da Mota²

1 Discente do Curso de Direito da Unimontes;

2 Doutoranda em Ciências Sociais pela UERJ. Mestre em Direito pela UFSC. Docente do Curso de Direito da Unimontes

Para que o Estado possa realizar as suas funções, se faz necessário a arrecadação de tributos que financiem a sua atuação, mas, nem sempre esses tributos são pagos de forma voluntária. No momento em que os contribuintes se tornam inadimplentes, a Fazenda se vê diante de uma situação em que deverá inscrevê-los em Dívida Ativa, para que com isso, possa cobrar dos mesmos o seu crédito. No entanto é questionável se o Estado, para satisfação de seu crédito, tem legitimidade através da Fazenda Pública para propor ações falimentares em desfavor de seus contribuintes insolventes. Através da análise da Lei 11.101/05, a nova de Lei de Falência e Recuperação de Empresas, bem como entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema, objetiva-se verificar até que ponto a Fazenda Pública seria parte legítima para propor ações falimentares em desfavor de seus contribuintes insolventes. A metodologia empregada foi a do método indutivo e o procedimento e técnicas adotadas, foram levados a efeito através de pesquisa bibliográfica, tendo como resultado um trabalho descritivo. A Lei 11.101/05, não prevê explicitamente se a Fazenda Pública teria legitimidade ou não, inexistindo qualquer restrição legal que a excepcione, bem como, a Fazenda não tem interesse processual, pois busca, tão-somente, a satisfação do crédito, que deve

ser encontrada no executivo fiscal. A Fazenda Pública não é parte legítima, visto que, esta já detém a Execução Fiscal, como instrumento para recebimento de seus créditos, bem como, lhe falta interesse de agir, não necessitando da execução concursal para satisfazer seu crédito. A esses argumentos de natureza jurídica, não lhe são alheios outros de ordem econômica, moral e política. O fato de conferir ao Estado uma medida judicial, que provoca tanto impacto na sociedade, vai contra o princípio da função social da empresa, que passou a permear a nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio da Função Social da Empresa, Legitimidade, Interesse de Agir.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO EFICAZ NA BUSCA PELA SOLUÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

SOUZA, Amanda Gil de; MENDES, Vivian Azevedo.
Discentes do 6º período de Direito da Unimontes.

A alienação parental é fruto do conflito estabelecido entre os genitores, ou daqueles que possuam a guarda, e consiste na atitude egoísta e desleal de um deles, no sentido de afastar os filhos do convívio com o outro. Tal problema é crescente e nem sempre consegue ser resolvido pelo judiciário, pela limitação que este possui em conhecimentos multidisciplinares. Os objetivos da presente pesquisa foram estudar quais os fundamentos que tornam a mediação familiar um instrumento eficaz na resolução dos conflitos decorrentes da alienação parental, demonstrando a importância deste no instituto do direito de família no âmbito do direito brasileiro. Com o advento da Lei 12.318/2011 - Lei da alienação parental - tornou-se questionável a procura por uma solução acerca dessa problemática. Tratando-se, pois, de um assunto que envolve não só o campo jurídico como também disciplinas auxiliares do direito, a mediação, forma extrajudicial de resolução de conflitos, surge como uma alternativa que possibilita maior celeridade em um ambiente de diálogo. Esse instituto abre novos horizontes, atuando na origem do problema e sendo, dessa forma, uma opção à via litigiosa na resolução de controvérsias envolvendo questões psicológicas do convívio familiar. Através do método dedutivo e de pesquisas a partir do campo monográfico e o histórico, foi possível a percepção de que frente ao atual sistema jurídico brasileiro, que desconsidera a complexidade existente em situações que envolvem vínculos afetivos, a mediação dos conflitos familiares é uma oportunidade para o crescimento e a transformação dos indivíduos, o que torna esse instituto o instrumento mais eficaz na resolução da alienação parental.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Síndrome da Alienação Parental. Alienação Parental. Mediação.

A OBESIDADE NA ÓTICA DOS ESCOLARES

SANTOS, Roberta Fonseca¹; OLIVA, Suélem de Jesus Ferreira de¹; PIMENTA NETA, Terezinha Macedo¹; SOUZA, Ana Augusta Maciel de².
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A obesidade infantil é bastante preocupante, pois à associação da obesidade com alterações metabólicas, como a dislipidemia, hipertensão e a intolerância à glicose, são considerados fatores de risco para o Diabetes Mellitus 2 e as doenças cardiovasculares, vista há alguns anos em adultos, e sendo evidentes hoje na faixa etária mais jovem. O objetivo deste estudo foi identificar a presença do fator obesidade nos escolares de um colégio particular de Montes Claros, MG. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativa. Foram utilizados como instrumentos um questionário semi-estruturado, balança e fita métrica. Foram entrevistados 79 estudantes na faixa etária de 10 a 14 anos, sexo masculino e feminino. Os critérios de inclusão foram: serem estudantes de ambos os sexos e fazer parte do corpo discente do Colégio, não participaram da pesquisa os estudantes com idade superior a 14 anos de idade e que não se encontravam no momento da coleta. Em relação ao IMC 46,8% apresentaram o peso ideal, sendo que 16,4% estão acima do peso; uma taxa de 21,5% passam mais de 4 horas em frente a TV e computadores; 15,1% disseram ter familiares próximos obesos; 53,5% disseram que o maior fator para a obesidade é a alimentação inadequada; 58% responderam que a melhor forma de perder peso é a atividade física e obtêm orientações sobre a obesidade dos seus pais, além disso 25,3% disseram conhecer o papel do enfermeiro na prevenção da obesidade. Os resultados apontam que a prevalência de obesidade na escola está fortemente relacionada com fatores etiológicos para o estabelecimento da obesidade na infância que são: desmame precoce, alimentação inadequada, mais tempo em frente à televisão e jogos de computadores, inatividade física, hereditariedade e o ambiente familiar. Faz-se necessário mais investigações sobre a temática em escolares, com o intuito de promoção precoce à prática de exercício físico e incentivo à alimentação adequada, buscando consequentemente, melhor qualidade de vida à vida adulta.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade infantil. Fatores etiológicos da obesidade. Atividade física. Obesidade.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, Cecília L. de; FISBERG, Mauro. Obesidade na infância Adolescência: uma verdadeira epidemia. *Arq Bras Endocrinol Metab*, São Paulo, v. 47, n. 2, Abr. 2003.

**A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS
MEDIANTE UMA MELHOR COMUNICAÇÃO ENTRE SEUS CUIDADORES**

AMARAL, Lílían Ramos Veloso¹, CASTRO, Daniella Martins Furtado Vasconcelos de¹, DURÃES, Mário Luís Alves¹; REIS, Renilda Soares da Silva¹; SOUZA, Karoline de¹, SOUZA, Vilmar Alencar de¹; SANTOS, Lílían²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O presente trabalho objetiva desenvolver uma melhor comunicação entre os cuidadores de idosos funcionários de uma instituição asilar filantrópica, com o intuito de elevar a qualidade de vida dos idosos que ali residem. Nesse alinhamento, buscou-se identificar variáveis sócio-históricas positivas e negativas que afetam o envelhecimento de idosos institucionalizados e compreender a relação entre as emoções básicas e as motivações desses idosos. Além disso, foram investigadas as doenças próprias do envelhecimento o que contribuiu para esclarecer alguns dos desafios vividos no cuidado com o idoso. Objetivou-se desenvolver uma melhor comunicação entre os cuidadores de idosos, com o intuito de elevar a qualidade de vida dos idosos que ali residem. Para a elaboração da presente pesquisa, optou-se pelo método qualitativo adotando como estratégia de coleta de dados a observação participante. O público alvo foi composto por cinquenta cuidadores de idosos de uma instituição asilar divididos em dois grupos, trabalhados em dias diferentes, em oficina de três horas de duração, estruturada em dinâmicas que desenvolveram a temática comunicação entre cuidadores. Na vivência do grupo estão presentes sintomas e conflitos causados tanto por razões internas quanto externas das pessoas, a conscientização desses processos contribuem para o maior envolvimento do grupo favorecendo um melhor desempenho das tarefas, assim como, a convivência humaniza quando identifica-se os conflitos através da relação com o outro, assim tem-se a capacidade de alterar a conduta alcançando o processo de autoconhecimento. Nesse sentido foi possível perceber que houve uma crescente interação entre os participantes na medida que os cuidadores foram conhecendo um pouco mais da subjetividade uns dos outros, gradativamente, surgia um clima de maior tolerância entre eles, pareciam ressignificar a representação que um cuidador tinha do outro. A proposta das oficinas se revelou significativa para desencadear nos cuidadores um processo de reflexão e produção de sentidos a cerca da necessidade de melhoria na comunicação interpessoal para promoção de um ambiente favorável ao aumento da qualidade de vida aos idosos. No entanto, faz-se mister que aconteçam encontros sistematizados e periódicos, uma vez que tais reflexões são determinantes no processo de autoconhecimento e transformação da pessoa humana. A presente pesquisa não teve a pretensão de elucidar todas as questões levantadas a cerca da comunicação entre cuidadores na promoção da qualidade de vida dos idosos institucionalizados. Portanto, os objetivos do Estágio foram alcançados no sentido de iniciar uma contribuição para o afloramento desse processo. Diante do que foi encontrado, nota-se que é necessário desenvolver o cuidado ao cuidador para que o idoso tenha uma vida de maior qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetividade. Envelhecimento. Comunicação. Qualidade de vida.

**A PSICOLOGIA FACE À PRODUÇÃO ARTÍSTICA NA SAÚDE MENTAL: EXPERIÊNCIA
ESTÉTICA E CLÍNICA**

COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves¹, PIRES JÚNIOR, Roberto Carlos²

¹Docente do Curso de Psicologia das FIPMoc; ²Acadêmico do Curso de Psicologia das FIPMoc.

Diante à atual inquietação da Psicologia em assegurar ações eticamente comprometidas com a subjetividade, a arte têm garantido espaço potencial da atuação clínica, confirmando-se nas diversas áreas de atuação. Objetivou-se, neste trabalho, analisar a relação histórica da Estética com a Psicologia, especificamente no âmbito da saúde mental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja discussão embasou-se em autores da fenomenologia (Edmund Husserl; Angela Ales Bello), da experiência estética (Mikel Dufrenne), da psicologia da arte (João A. Frayze-Pereira, Arley Andriolo) e psicologia da cultura (Miguel Mahfoud). Para o tratamento dos dados, empregou-se o método fenomenológico, visando identificar a estrutura, coerência e elementos invariáveis nas literaturas, prosseguindo no delineamento

essencial da temática. Constatou-se um imbricado panorama histórico, onde questões provenientes da Estética coadjuvaram à constituição da ciência psicológica. Contextualmente, nos asilos psiquiátricos, configurou-se no olhar interpretativo perante as atividades artísticas dos internos, orientada pelo método comparativo da psiquiatria do século XIX. Deduzia-se que tais obras corresponderiam a projeções de conflitos internos, servindo de registro psicopatológico. Por longo período, produções científicas resultantes destas análises referenciaram diagnósticos de profissionais na saúde mental. Essas avaliações, contudo, atestam posicionamentos etnocêntricos da época, ideais de normatização declarados, somado à concepções moralistas. A patologização da expressão artística insiste no paradigma dicotômico, padronizador e reducionista do ser humano. Em fenomenologia ressalta-se que o fazer artístico, como a sua apreciação, demanda do sujeito não somente o exercício psicológico, senão todos os níveis da experiência, evidenciando sua unidade através da corporeidade, dimensão primordial da experiência sensível. Antes de uma interioridade, a experiência estética revela o vínculo intencional do homem pleno com o mundo sensível, sugerindo sua dimensão ontológica da consubstancialidade. Conclui-se, portanto, a urgência de retificação da clínica frente ao trabalho artístico. Do profissional psicólogo é exigida a disposição de espectador, retornando à materialidade do objeto estético, autorizando-se vivenciar a própria experiência estética. Atitude que oportuniza reconhecer, com maior fidedignidade, a realidade do outro expressa no fazer artístico, em sua dinâmica singular, essencial à abertura de consciência.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Psicologia. Fenomenologia. Experiência estética.

A RELAÇÃO DOS DIREITOS DE SEGUNDA GERAÇÃO COM A ECONOMIA

QUADROS, Guilherme Augusto Ferreira Gonçalves de1; SILVA, Lindon Jonhson Dias da2

1.Discente das FIPMoc; 2 Docente do curso de Direito das FIPMoc

Os direitos sociais, econômicos e culturais ou direitos de segunda geração ou dimensão, referem-se ao conjunto de direitos fundamentais, que tiveram o caso no contexto político e econômico do pós segunda guerra, na tentativa de mitigar a profunda crise social instalada no cenário mundial em tal período. Ao adentrarem à respectiva categoria jurídica, essa dimensão de direitos é responsável por garantir, em execução por parte do ente estatal, a igualdade sócio-econômica dos hipossuficientes. A presente pesquisa propôs verificar a efetividade dos direitos de segunda dimensão com a situação econômica qual se encontra o Estado. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, foi realizada ampla pesquisa bibliográfica. A situação econômica favorável determina de maneira direta e explícita a garantia dos direitos de segunda dimensão, haja vista que o objetivo da economia é a diminuição dos problemas e a maximização dos benefícios sócio-econômicos. Conclui-se através deste estudo que a situação econômica favorável é determinante para a efetividade dos direitos de segunda geração.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos sociais. Economia. Efetividade.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS CAUSADOS POR ACIDENTES AÉREOS

NETTO, Roniele Ferreira; RAMOS, Rafael Barbosa. RUAS, Renata Magalhães. SALVIANO, João Paulo

Discentes da Unimontes

Com o aquecimento da economia e o significativo aumento do poder de compra da população, o transporte aéreo de passageiros tem se tornado cada vez mais acessível no Brasil. Ainda, as empresas nacionais têm seguido a tendência mundial de redução de tarifas e oferecem aos passageiros voos cada vez mais baratos e, portanto, com menos serviços agregados, de baixo custo, gerando uma acentuada queda na qualidade dos serviços. Nesse contexto, o Brasil vem enfrentando uma grande crise no transporte aéreo, agravada ainda mais pelos trágicos acidentes que vitimaram centenas de pessoas. E, diante desse "caos aéreo", surgem questões a serem esclarecidas acerca da responsabilidade civil pelos danos causados pelos acidentes aéreos. Acerca desta responsabilidade, existe um conflito de normas utilizadas para resolver os litígios relativos ao tema, assim como divergências doutrinárias para definir conceitos necessários. Além disso, há uma complexidade de temas pertinentes a tal responsabilidade, como a relação de consumo existente entre passageiro e empresa aérea e a relação afetiva do passageiro fatal com o familiar que requer indenização. O presente trabalho tem por objetivo analisar responsabilidade no transporte aéreo de passageiros no Brasil, demonstrando quais os direitos cabíveis e quem responderá por ela observando os interesses daqueles que sofreram o dano. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando, para tanto os mais diversos meios, tais como doutrina, jurisprudências e legislações. Sendo o transporte aéreo um serviço e a empresa aérea um fornecedor, têm-se os usuários de serviços aéreos como consumidores. Desse modo, presente a relação de consumo, os problemas

decorrentes dessa prestação de serviço será amparados pelo código de despesa do consumidor. Ao longo desse trabalho buscou-se demonstrar que em se tratando de relações de consumo, a responsabilidade civil do transportador é objetiva e os Tribunais e a maior parte da doutrina entendem que o Código de Defesa do Consumidor prevalece sobre a Convenção de Varsóvia e o Código Brasileiro de Aeronáutica, tendo em vista que a relação entre o passageiro e a empresa é de consumo. Além disso, a teoria do risco integral aplicada a acidentes aéreos fatais pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo Código Brasileiro de Aeronáutica traz uma segurança jurídica grande aos lesados reflexamente por acidentes fatais.

PALAVRAS-CHAVE: Transporte aéreo. Responsabilidade Civil. Direito do consumidor

A TANATOLOGIA E O MANEJO CLÍNICO DA FINITUDE À LUZ DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL

COSTA, Gláucia Josiane Leite¹; JORGE, Maria Nazareth da Silva¹; MEDEIROS, Mara Cristina Silva¹; SANTOS, Lilian Maria²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A morte pode ser revestida de diversos sentidos e fatores que despertam variados sentimentos e atitudes, constituindo-se, assim, como um acontecimento que provoca estranheza, medo, pavor e mal estar no ser humano. Ao ser simbolizada e retratada de diferentes formas, de acordo com cada cultura, a morte é considerada por quase todos os povos como assunto complexo e misterioso, sendo um fenômeno central na existência humana. Objetivou-se discutir o manejo clínico em Psicologia Hospitalar de pacientes em contexto de internação, sob a ótica fenomenológico-existencial. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada nas contribuições dadas à Fenomenologia, à Psicologia Fenomenológica e à Tanatologia pelos autores Edmund Husserl, Karl Jaspers, Viktor Frankl, José Paulo Giovanetti, Elizabeth Kübler-Ross e Maria Julia Kovács; e artigos científicos de pesquisadores sobre o tema e autores citados, indexados nas bases SCIELO e PEPSIC, publicados no idioma Português, no período entre 1999 e 2012, sob os descritores Fenomenologia, Psicologia Fenomenológica, Psicologia Clínica, Tanatologia e Morte. Buscou-se, através do método fenomenológico empregado para tratamento dos dados, identificar os aspectos essenciais concernentes à temática nos textos. Constatou-se que o paciente internado percebe sua condição de vulnerabilidade, pois o adoecimento o coloca mais próximo da condição finita do ser humano. A assistência psicológica pode contribuir significativamente no auxílio ao doente que necessita de maior implicação no processo de autocuidado e aceitação do tratamento. O trabalho da psicologia clínica de cunho fenomenológico-existencial, adequado à situação e ao contexto hospitalar, pode ser de grande relevância na abordagem de sintomas psicossomáticos, na orientação do paciente e de sua família, bem como no trabalho com a equipe de saúde envolvida no tratamento. A atuação do psicólogo, para além da formação técnica, deve se fundamentar, sobretudo, na realidade vivenciada pelo paciente. A dimensão simbólica do adoecer no homem deve ser considerada, sendo importante conhecer os aspectos psicossociais envolvidos no processo do adoecimento, bem como do próprio doente, através da escuta – parte essencial do apoio de que este necessita, no sentido de acolher suas queixas e atendê-lo sopesando aspectos ignorados por outros profissionais. O manejo clínico do profissional da Psicologia, orientado pelos pressupostos teóricos de matriz fenomenológico-existencial, parte de uma abordagem compreensiva do significado da morte para seu paciente, propiciando a expressão de sentimentos e a aceitação das emoções e condições advindas do adoecer. Favorece, ainda, melhor compreensão dos envolvidos – paciente e seus familiares e equipe responsável pelo tratamento – acerca da realidade suscitada pela internação hospitalar.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia. Morte. Tanatologia. Psicologia Clínica. Psicologia Fenomenológico-Existencial.

A UTILIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ENXADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

OLIVEIRA, Amanda Amaral de¹; SANTOS, Bruna Pires dos²; SANTOS, Laiany Moreira Pinto dos³; SANTOS, Mariana Fernandes Oliveira⁴; SIMÕES, Victor Alberto Marques⁵; LIMA, Yris Tânia Pereira⁶; COSTA, Antônio Carlos Moreira da⁷

1-6 – Discentes do curso de Engenharia Civil das FIPMoc; Docente das FIPMoc

A enxada consiste em uma ferramenta muito utilizada, inclusive na construção civil, mesmo que sua imagem sempre esteve vinculada a áreas rurais. O objetivo desta pesquisa é identificar os avanços que ocorreram na enxada ao longo do tempo, outras ferramentas que a substituíram e sua utilização em grandes e pequenas construções. A pesquisa desenvolvida foi do tipo aplicada, de caráter qualitativo. Realizou-se um estudo de campo em que foi produzido um questionário estruturado

contendo 4 perguntas (feitas a pedreiros, supervisores de obra e engenheiros), em 6 obras (3 obras de grande porte e 3 obras de pequeno porte) escolhidas intencionalmente. Realizou-se também, pesquisas bibliográficas (artigos científicos, livros, *sites* especializados) acerca da temática em estudo. Apurou-se que a enxada consiste em uma das ferramentas agrícola e de construção civil mais antigas que conhecemos e também a mais simples, já que sempre teve a mesma forma (cabo de madeira adaptado a uma lâmina). Apenas houve mudanças no material constituinte da lâmina, que antes era fabricada de pedra polida. As primeiras aparições dessa ferramenta na história do homem estão no Período Neolítico. Durante essa época desenvolveu-se a técnica do entalhe de pedra. Isso tornou possível a produção de artefatos, como a enxada, que possuía como principal função cavar a terra. Era utilizada também na construção das primeiras moradias, caça de animais e separação de carnes para alimentação, pele e ossos. Através da análise dos questionários, foi possível observar que todos os entrevistados afirmaram que a enxada é mais utilizada para a limpeza em obras de grande porte e que houve diminuição na sua utilização após a invenção da betoneira. Já em obras de pequeno porte, 53% dos entrevistados optaram pela utilização em mistura de materiais e justificaram dizendo que o custo da utilização de uma betoneira é alto para obras de pequeno porte. Além disso, 40% dos entrevistados disseram que o principal benefício dos novos instrumentos que substituíram a enxada foi a diminuição do esforço físico, 15% diminuição de lesões corporais, 37% agilidade. Conclui-se que a principal utilização da enxada está concentrada na limpeza de resíduos em obras e também na mistura de materiais. Essa ferramenta não é tão utilizada atualmente quanto antes, devido às novas ferramentas que foram inventadas, como a betoneira, com a qual pedreiros diminuem o esforço físico e não adquirem lesões corporais durante o trabalho. No entanto, concluiu-se, ainda que a enxada é de importância substancial na construção civil.

PALAVRAS-CHAVE: Enxada. Construção Civil. Obras.

AÇÃO PENAL 470: CONCURSO DE AGENTES OU ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (FORMAÇÃO DE QUADRILHA)

MENDES, Camilla Rielli S. D.1; TORRES, Vânia2; SILVA, Leandro Luciano3
1Discente do curso de Direito das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc; 3Doutorando FAE/UFMG-
Procuradoria/ UNIMONTES – Docente Curso de Direito/ FIPMoc

O crime de Associação Criminosa, de acordo com o Código Penal Brasileiro, artigo 288, ocorre quando três ou mais pessoas se associam com o propósito específico de cometer crimes, redação dada pela Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. O presente estudo objetivou analisar os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento dos onze indiciados nos autos da Ação Penal 470, conhecido como “caso mensalão” pelo crime de formação de quadrilha/associação criminosa. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental. Utilizou-se os votos, na íntegra, dos ministros do STF disponíveis no sítio oficial do Tribunal. Apurou-se que, na primeira fase do julgamento, os ministros Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Dias Toffoli entenderam que não houve uma associação estável e permanente com o propósito de cometimento de crime, havendo apenas distribuição de tarefas determinadas aos agentes, não caracterizando, portanto, a formação de quadrilha. Outro posicionamento, dos ministros Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Celso de Mello, Marco Aurélio, Ayres Britto e Gilmar Mendes foi o de que a associação criminosa restou clara, uma vez que a associação formada pelos réus enquadrar-se-ia, perfeitamente, na descrição do tipo penal de associação criminosa. Em segundo juízo, os ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber mantiveram sua posição, acompanhados pelos ministros recentemente empossados, Luís Roberto Barroso e Teori Zavascki, compreendendo haver a cooperação em concurso de agentes e não uma associação permanente para fins criminosos. Em contraposição, os ministros Joaquim Barbosa, Marco Aurélio, Celso de Mello, Luiz Fux e Gilmar Mendes votaram pela condenação dos réus, com o entendimento de que havia permanência, estabilidade e entrosamento na conduta antijurídica. Concluiu-se que a questão central das divergências entre os ministros se deu acerca do núcleo do tipo do crime de associação criminosa que é “associar-se”. A interpretação dada ao núcleo associar-se, que absolveu os agentes, foi a de que houve uma coparticipação para obter vantagens individuais e não uma reunião. Por fim, essa interpretação, do ponto de vista jurídico, pode, além das respectivas consequências no caso concreto, significar uma nova dimensão para a compreensão do tipo penal do artigo 288 do Código Penal Brasileiro

PALAVRAS-CHAVE: Supremo Tribunal Federal. Ação Penal 470. Mensalão. Formação de Quadrilha.

ALEITAMENTO MATERNO COMO FATOR PROTETOR PARA NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA

OLIVEIRA, Isabela Marangoni¹; OLIVEIRA, Danilo Rodrigues²; SANTOS, Elinéia Ferreira³; SANTOS, Gabriela Argôlo⁴; SANTOS, Daniely Bruna Rodrigues dos⁵; PINHEIRO, Ugo Borges⁶.

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc; 5Discente das FIPMoc; 6Docente das FIPMoc.

A prática da lactação é apontada pelo American Institute for Cancer Research (AICR) e World Cancer Research Fund (WCRF) como fator protetor eficaz para a neoplasia maligna de mama, tanto em mulheres na pré-menopausa quanto na pós-menopausa, esta proteção pode estar associada à diferenciação celular, curta exposição a hormônios sexuais causada pelo período de amenorreia, desta forma, células que tenham sofrido algum dano no seu DNA sofrem apoptose epitelial, devido à intensa esfoliação do tecido mamário no período de amamentação (INUMARU; SILVEIRA; NAVES, 2011). Porém, ainda não há consenso sobre o tempo de amamentação que exerce esta proteção contra o câncer de mama e se esta proteção acontece por toda vida reprodutiva ou só na menopausa. A amamentação apresenta relação positiva tanto para o não desenvolvimento de câncer de mama, quanto para câncer de ovário, osteoporose, fraturas ósseas e retorno precoce do peso gestacional (BELLINI; SANTOS; OSELAME, 2013). Sanar a dúvida se é necessário um tempo de amamentação para que haja proteção para neoplasia maligna de mama, e se essa proteção acontece somente na menopausa ou por toda a vida reprodutiva. Será aplicado um questionário a 50 mulheres com câncer de mama, com idade a partir de 35 anos, e que já amamentaram ou não, estas irão responder por quanto tempo amamentaram e desde quando apresenta o câncer de mama. Os resultados esperados são que a proteção acontece tanto antes quanto depois da menopausa, e acima de dois anos de amamentação. Concluiremos a partir das informações, se a amamentação é uma forma eficaz como proteção primária para o câncer de mama e como acontece essa proteção.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação. Câncer de mama. Menopausa.

REFERÊNCIAS:

INUMARU, L. E; SILVEIRA, E.A; NAVES, M.M.V. Fatores de risco e de proteção para câncer de mama: uma revisão sistemática. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(7):1259-1270, jul, 2011.

BELLINI, V.B.S; SANTOS, C; OSELAME, G.B. Fatores de risco e de proteção para câncer de mama na mulher. **Revista UNIANDRADE**; 14(1): 45-64 45, 2013.

ALTERNATIVA TECNOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: APLICAÇÃO INTERNA DO DRYWALL EM EDIFICAÇÕES

OLIVEIRA, Aluizio Rocha Martins de¹; MATOS, Luiz Eduardo Oliveira¹; MONTEIRO, Rodney Soares²; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc.

Há muito tempo a alvenaria cerâmica é utilizada na construção civil como a única solução para as edificações de paredes internas dos empreendimentos imobiliários. Na busca de alternativas, no início da década de 70, os técnicos brasileiros em construção civil trouxeram das empresas européias a técnica de aplicação do Drywall (gesso acartonado) como alternativa para construções rápidas. O objetivo deste estudo foi em apresentar o Drywall, suas vantagens e desvantagens e o que tem levado a não utilização do mesmo como alvenaria de vedação. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa basearam-se essencialmente por meio de análises bibliográficas, boletins informativos das áreas das engenharias, artigos científicos publicados em sites acadêmicos. Verificou-se que o Drywall é superior a alvenaria na questão do conforto térmico já que as propriedades das chapas contribuem para regular e estabilizar a temperatura e que a proteção sonora é no mínimo igual ao da alvenaria cerâmica, além da agilidade na execução. Para aplicação dessa tecnologia o planejamento é de fundamental importância, vezes que as placas deverão ser dimensionadas e quantificadas de acordo os projetos a executar. Como desvantagem aponta-se o custo elevado em relação a alvenaria convencional. Conclui-se que o gesso acartonado quando aplicado em grande escala proporciona maior produtividade, bem como, construções rápidas, econômicas e mais limpas tornando-as eficientes.

PALAVRAS-CHAVE: Gesso acartonado. Alvenaria. Sustentabilidade.

ANALISE DA ARQUITETURA INOVADORA DO ARQUITETO SANTIAGO CALATRAVA

CRUSOÉ, Isabella¹; CARACAS, Jessica Xavier¹; PAULINO, Victoria¹; LEITE, Amanda¹; Thayane, Dayse¹; PIRES, Lara Laressa¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc.

O complexo da Cidade das Artes e das Ciências projetado pelo arquiteto Santiago Pevsner Calatrava Vall, localizado em Valencia é composto por 5 edifícios: Umbracle, Palácio das Artes Rainha Sofia, Museu das ciências Príncipe Filipe, Oceanográfico e o objeto desse estudo o Hemisfério. Objetivou-se analisar essa obra a partir da integração das áreas da arquitetura e urbanismo e de conhecimentos básicos do curso. Optou-se por uma abordagem qualitativa e exploratória. Sendo assim para a análise foram realizadas pesquisas em sites, revistas, fotos e entrevistas. Santiago Calatrava é referência, não só na Espanha (país onde nasceu), mas em todo o mundo. Considerado um profissional que cria obras de arquitetura e engenharia impressionantes, é dono de um estilo inconfundível e inovador. Os projetos dos edifícios de Calatrava realmente impressionam, mas provavelmente o arquiteto seja ainda mais reconhecido e associado pelas suas várias pontes criadas e distribuídas em inúmeros locais pelo mundo. Ele procura associar arquitetura e natureza, atendendo o quesito Sustentabilidade. (PRADO, 2012) Constatou-se que o Hemisfério projetado por Santiago Calatrava apresenta, Paisagismo (o prédio foi construído sobre duas piscinas que dão o efeito ótico do olho), Conforto Ambiental (sua estrutura foi pensada para suprir as necessidades dos visitantes em relação a iluminação e ventilação), Interiores (Calatrava projetou o interior da obra para ser harmônico com seu exterior), Técnicas Construtivas (o projeto em si é baseado em uma estrutura articulada). Está presente também diversos conhecimentos como: Plástica (a obra é baseada em uma arquitetura orgânica), Desenho (croquis em forma de olho, desenho preliminares e desenho definido), Geometria (formas retangulares das piscinas, ovóides das pálpebras, esfera da pupila). Concluiu-se através desse estudo que, Calatrava é dono de um estilo único e inovador no mundo. Suas obras são exemplo de exuberância, principalmente nas formas que apresentam movimento, assimetria, harmonia, criando um aspecto moderno e futurista. Além disso, foi possível perceber a integração das áreas da arquitetura e urbanismo e dos conhecimentos básicos do curso no projeto analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Inovadora. Santiago Calatrava. Hemisfério. Integração das áreas e dos conhecimentos da arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIA:

PRADO, Alexandre. **Santiago Calatrava: design e arquitetura de hoje!**, 2012. Disponível em: <<http://homem.net/2012/10/04/santiago-calatrava-design-e-arquitetura-de-hoje/>> Acesso em: 02 maio 2014

ANÁLISE DA OBRA DO HOSPITAL SARA KUBITSCHKE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS E DO CONHECIMENTO DA ARQUITETURA E URBANISMO

GOMES, Marijam Veloso¹; MACHADO, Jéssica Mottini¹; LOPES, Thaís Rodrigues¹; REZENDE, Maria Clara¹; LOPES, Maria Laura¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. ²Docente das FIPMoc

A obra do hospital Sarah Kubitschek projetada pelo arquiteto João da Gama Filgueiras Lima, localizada em Brasília/DF, é decorrente do projeto apresentado ao Congresso Nacional pelo Presidente Juscelino Kubitschek e inaugurada em 1960. Esse estudo teve como objetivo analisar essa obra a partir da integração das áreas e dos conhecimentos iniciais da arquitetura e urbanismo. Como metodologia optou-se por uma abordagem qualitativa e exploratória. Sendo assim, realizou-se primeiramente uma pesquisa bibliográfica, buscando informações que ajudassem a responder às questões em estudo. Para análise da obra foram analisadas fotos e plantas caracterizando esse estudo como documental. João Filgueiras foi capaz de adequar seus projetos às necessidades tecnológicas e ambientais do programa hospitalar, estruturando todos os edifícios da rede Sara a partir da: flexibilidade e extensibilidade da construção, criação de áreas verdes, iluminação natural e conforto térmico nos ambientes por méis de sistemas naturais de ventilação, o que ajudam no processo de recuperação e cura dos pacientes. (ITAÚ CULTURAL, 2014) No projeto arquitetônico do hospital em estudo observa-se a presença dos diversos conhecimentos como: cálculo (nos ângulos, na montagem dos painéis, no pré-fabricado de laje, na construção de vigas duplas em pilares também duplos, na viga do tipo vierendeel etc); geometria (nos painéis de argamassas em formas retangulares, nos janelões em formas octogonais, no formato do hospital retangular); física (no estudo da economia de energia, no conforto ambiental relacionada, por exemplo, a temperatura, velocidade dos ventos, nos elevadores, nas inclinações das rampas) e desenho (desenhos específicos dos painéis, no croqui da obra, no desenho preliminar, no desenho definitivo e na construção do paisagismo). Concluímos através dessa pesquisa que há integração entre as áreas da

Arquitetura e Urbanismo nesse projeto. Os diversos conhecimentos (geometria, cálculo, desenho e forma), são importantes para a prática profissional dos arquitetos desde o primeiro período do curso. Além disso, percebemos nessa obra, em particular, como a complexidade e criatividade, marca registrada desse arquiteto, contribuem para que, mesmo obras antigas sejam consideradas inovadoras em qualquer época.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura de âmbito hospitalar. João da Gama Filgueiras Lima. Integração das áreas e conhecimentos da arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIA:

ITAÚ CULTURAL. Enciclopédia Artes Visuais, 2014. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=6245&cd_item=1&cd_idioma=28555> Acesso em: 02 maio 2014.

ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA CACHAÇA ARTESANAL PRODUZIDA NO NORTE DE MINAS GERAIS

MOURA, Bárbara Francielle da Silva¹; RESENDE, Isabela Fernanda Dantas; PIMENTEL, Poliana Santos¹; OLIVEIRA, Polyara Luiza Fernandes¹; VIEIRA, Kely Cristy Cardoso¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves².

¹Discentes do curso Engenharia de Produção das FIPMoc. ²Docente das FIPMoc.

A aguardente de cana é a terceira bebida destilada mais consumida no mundo e a primeira no Brasil, a sua produção é em torno de 1,3 bilhões de litros por ano, sendo que cerca de 75% desse total é proveniente da fabricação industrial e 25%, da forma artesanal, segundo o Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Aguardente de Cana, Caninha ou Cachaça (PBDAC). O presente trabalho objetivou-se analisar o processo de produção da cachaça artesanal em uma fábrica no Norte de Minas Gerais, levando em consideração todas as suas operações unitárias e suas correntes de fluxos. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se um estudo de caso qualitativo cujo instrumento de coleta de dados foi o questionário estruturado aplicado ao proprietário da empresa. De acordo com a observação e a análise dos dados coletados constatou-se que a fabricação da cachaça artesanal da indústria em estudo possui 10 operações unitárias que são: plantio e colheita da cana, moagem, filtragem, fermentação, destilação, armazenamento, envelhecimento, envase e rotulagem. Dentre essas a fermentação, o armazenamento e o envelhecimento são os mais importantes para qualidade e valorização do produto, pois essas operações são responsáveis pelo sabor, cor e aroma da bebida. Constatou-se o comprometimento ambiental da empresa utilizando o bagaço para abastecimento da caldeira e, após a destilação, utiliza as frações “cauda” e “cabeça” para produção de álcool combustível a fim de fechar o ciclo de balanço energético da produção. Além disso, o referido processo produtivo possui certificação de produto orgânico por não utilizar nenhum aditivo químico na fabricação da cachaça.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de cachaça artesanal. Operações unitárias. Produto orgânico.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROCESSOS MECÂNICOS EM INDÚSTRIAS PRESENTES NO NORTE DE MINAS GERAIS

FARIA, Rafael Rodrigues de¹; SILVA, Alessandro Evair Oliveira¹; SANTOS, Michael Bruno Leite dos¹; SOUZA-SILVA, Herbert¹²; AGUIAR, João Carlos de Andrade²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Processos de fabricação estão relacionados com materiais e produtos, cujo principal destino é o consumidor final. Losekkan (2001) descreve o processo global de fabricação como sendo uma série de interações complexas entre materiais, máquinas, pessoas e energia, começando com a criação de peças individuais que irão finalmente constituir, através de operações de montagem, um produto final. Os processos industriais são os componentes chave da indústria pesada e são de fundamental importância para a área da Engenharia Mecânica, seus profissionais e acadêmicos. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo conhecer os principais processos mecânicos utilizados pelos setores industriais presentes na região norte de Minas Gerais. Através de pesquisa bibliográfica, procurou-se compilar os dados mais relevantes que pudessem esclarecer os principais processos mecânicos desenvolvidos pelas indústrias da região norte de Minas Gerais. Foram selecionados seis setores industriais voltados para a atuação do profissional engenheiro mecânico, localizadas na região geográfica foco deste estudo, sendo elas: Indústria Metalúrgica, Indústria Alimentícia, Indústria de Cimento, Indústria Têxtil, Indústria

Farmacêutica e a Indústria de Biocombustíveis. No total, foram descritos 41 processos mecânicos divididos entre os seis diferentes tipos de indústria estudados. Cada setor apresentou processos específicos adequados à todas as fases de produção, como a redução, refino e laminação do minério na indústria metalúrgica; beneficiamento, elaboração, conservação e armazenamento na indústria alimentícia; extração, trituração e moagem na indústria de cimento; fiação e tecelagem na indústria têxtil; processamento e estocagem na indústria farmacêutica; esterificação e transesterificação na indústria de biocombustíveis. Além disso, observou-se que há uma grande diversidade de processos mecânicos nos ramos de indústrias estudados, evidenciando assim a versatilidade do engenheiro mecânico, podendo exercer diversas funções em processos mecânicos, inclusive numa mesma indústria. Este estudo possibilitou que acadêmicos do curso de Engenharia Mecânica pudessem visualizar os diferentes processos mecânicos desenvolvidos pelas indústrias norte mineiras, como forma de aproximar os estudantes do provável mercado de trabalho no qual estarão inseridos nos próximos anos. Novos estudos podem empregar diferentes metodologias de pesquisa ao redor do tema, e investigar, além de, preencher o déficit de informações científicas existente no campo da Engenharia Mecânica.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia Mecânica. Processos mecânicos. Indústrias.

REFERÊNCIAS

LOSEKANN, Cláudio Roberto – **Processos de Fabricação**. Campus VII - São José UNIVALI Direção do Centro de Educação Superior. Unidade 1,2001.

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO OFERECIDO AOS USUÁRIOS DA SEPLAG, SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM MONTES CLAROS.

MARTINS, June M. C. S.; CORDEIRO, João Paulo

A administração pública vem passando por constantes transformações que buscam modernizar e evidenciar a transparência da gestão. Neste sentido a busca pela qualidade vem se tornando cada vez mais constante, por isso realizar uma pesquisa que releve questões voltadas para a satisfação é fundamental para compreender qual a visão do usuário diante dos serviços prestados. O objetivo deste estudo foi verificar o grau de satisfação no atendimento oferecido aos usuários da Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais em Montes Claros. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quantitativa. Para isso, foram aplicados questionários a cinquenta usuários dos serviços oferecidos pela SEPLAG. Mesmo não atendendo o critério de representatividade em termos estatísticos, a amostra atende de forma adequada aos objetivos desse estudo. Pois foi possível constatar a insatisfação de 60% dos usuários em relação ao tempo de espera, e que mesmo diante desta situação 80% dos usuários consideraram o atendimento como satisfatório, uma vez que mesmo aguardando muito tempo de espera 70% não identificaram a falta de relacionamento interpessoal ou falta de treinamento como sendo um problema do órgão. Por fim, podemos concluir que o principal problema existente em relação ao atendimento oferecido pela Secretaria de Planejamento e Gestão, volta-se ao tempo de espera e que mesmo diante disso os usuários estão satisfeitos com o serviço oferecido.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento. Qualidade. Satisfação.

ANEMIA ENCONTRADA NOS PACIENTES CARDIOPATAS ATENDIDOS EM HOSPITAIS DE MONTES CLAROS

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²
¹Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; ²Docente das FIPMoc

A anemia é a condição na qual o conteúdo de hemoglobina no sangue está abaixo do normal como resultado da carência de um ou mais nutrientes essenciais, seja qual for a causa dessa deficiência (FAILACE, 2009). Muitos estudos demonstraram que a anemia é um importante preditor independente de mortalidade e de hospitalizações em pacientes com Insuficiência Cardíaca (IC) sistólica ou diastólica. Na disfunção diastólica, a presença de anemia está associada com aumento de mortalidade, aumento de hospitalizações e redução da capacidade de exercício (BARRETO *et al.*, 2010). Objetivou-se identificar a presença de anemias em pacientes cardiopatas nos hospitais de Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa descritiva e transversal, realizada com pacientes cardiopatas internados em hospitais de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliados 61 pacientes. A coleta de dados foi realizada através de um questionário. Dos 61 entrevistados 80% não tiveram anemia e 20% tiveram. Quanto aos sintomas apresentados estão desânimo e fraqueza com 67%,

fraqueza com 17%, desânimo com 8% e tontura com 8%. Em 12 pacientes que apresentam anemia 50% deles apresentaram palidez, 40% nenhum sinal/sintoma associado e 10% apresentaram icterícia. Embora a maioria dos cardiopatas não apresentem anemia, faz-se necessário a conscientização dos mesmos em relação à prevenção e ao tratamento da anemia. A implantação de programas com estratégias de prevenção e tratamento é indispensável, pois possibilitará uma melhor qualidade de vida e bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia. Pacientes cardiopatas. Hospitais.

REFERÊNCIAS:

BARRETO, A. C. P., CARDOSO, M. N., CARDOSO, J. N. Deficiência de ferro na insuficiência cardíaca. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.** v.32, supl.2, p.89-94, 2010.

FAILACE, R. **Hemograma-Manual de Interpretação**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

APROVEITAMENTO DE ÁGUAS CINZAS EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

BRITO, Blenda Jessyca Silva e ¹; LIMA, Renata Caíres Martins ¹; HACHEM, Jaber Ismail²; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc: ² Docente das FIPMoc.

Uma das maneiras de se aproveitar água nas residências é empregando fontes alternativas de fornecimento. Este estudo teve como objetivo explicar a implantação de reuso de água em edifícios e condomínios residenciais, o chamado aproveitamento de água cinzas, tais como as águas utilizadas no banho e lavagem de roupas, com a finalidade de buscar a redução do consumo de água potável para fins não potáveis e da produção dos esgotos sanitários em edificações, minimizando as despesas dos usuários com água. Essa pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica abordando a análise do sistema de reuso em edifícios e as qualidades técnicas para o reuso de águas cinzas. Pode-se demonstrar no reuso de águas cinza para fins não-potáveis, como o exemplo em descarga de vasos sanitários, para a lavagem de veículos, varandas e garagens e para rega de jardins. A conclusão deste trabalho consubstancia-se em sugestões que possam tornar menor o consumo de água, neste caso em edificações e ou condomínios residenciais e procurar a sustentabilidade por meio do seu reaproveitamento.

PALAVRAS-CHAVE: Não-potáveis. Reuso. Consumo.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL ENGENHEIRO MECÂNICO

MAURICIO, Anderson Corrêa Baliza¹; SILVA, Jonas Sena da²; DIAS, Gilmara Aparecida de Freitas³
1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Docente das FIPMoc

O presente trabalho versa sobre o campo de atuação do profissional Engenheiro Mecânico, que é capaz de atuar desde a área de automação de processos e desenvolvimento de tecnologia, até questões ambientais, energéticas e administrativas. Deste modo, observa-se a abrangência desta profissão e sua relevância no mercado de trabalho. O objetivo geral deste estudo é conhecer as áreas de atuação do profissional Engenheiro Mecânico. Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, tabulada em duas etapas, sendo: passo a passo construção do projeto científico através dos parâmetros prepostos e pôr fim a análise dos resultados obtidos ao longo da pesquisa. Foram identificadas 12 áreas da engenharia. Sendo elas: Engenharia Biomédica; Engenharia Automobilística; Engenharia Aeroespacial; Energia Renovável; Engenharia Naval; Engenharia Metalúrgica; Mecânica Industrial; Engenharia Dos Materiais; Engenharia De Produção; Indústria Têxtil; Nanotecnologia; Mecânica Computacional; e Mecatrônica. Bem como, seis setores de atuação do Engenheiro Mecânico: Projetista; Manutenção; Orçamento de produção; Pesquisa e desenvolvimento; Marketing e vendas; e Montagem. Observou-se, que a maior concentração desses profissionais atua nas áreas: automobilística; projeto mecânico; e automação e robótica. Entretanto, para manter-se no mercado de trabalho, considerando as diversas áreas em que o engenheiro mecânico pode atuar, é necessário manter-se qualificado para estar apto às práticas da profissão e ter destaque no mercado de trabalho. Isso implica à uma boa formação acadêmica, conhecimento adequado e diferenciado, consciência social, econômica e política da profissão, bem como, entendimento acerca das possíveis áreas de atuação. Para tanto, conclui-se que o profissional engenheiro mecânico pode colaborar, de forma relevante, tanto para o mercado de trabalho quanto para a sociedade. Uma vez que, atuando em áreas diversas da engenharia, apresenta em sua profissão, responsabilidade com a sustentabilidade social e ambiental de modo geral. Deste modo, alcançou-se o objetivo geral da pesquisa, de conhecer as áreas de atuação deste profissional, sua amplitude e diversidade, em um mercado de trabalho exigente, em que o

profissional deve estar cada vez mais qualificado, possibilitando-o construir uma carreira profissional promissora.

PALAVRAS-CHAVE: Engenheiro Mecânico. Engenharia Mecânica. Mercado de trabalho.

ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA CAPTADA POR TELHADOS

MENEZES, Elvis Teles; SOUZA, Leonardo de Almeida; SANTOS, Júneo Vitor; BATISTA, Paulo Abigael; VAZ; Talysson Daniel Vieira; CRUZ, Tiago Alves; MOURÃO, Sheila Abreu

Esta pesquisa busca demonstrar a geometria em diversos tipos de telhados de captação de água pluvial na construção civil, de forma a potencializar o uso de água da chuva, e demonstrar os melhores modelos de telhados utilizados em edificações, sendo assim o presente estudo abordou diversos modelos de telhados e telhas, verificando que a forma mais positiva e de melhor captação, são os telhados de duas quedas com telhas de zinco, alumínio ou aço galvanizado, obtendo maior escoamento e aproveitamento da água, assim também torna-se fundamental os cuidados de conservação do local de armazenamento para qualidade da água. Tudo em busca de uma água de qualidade e boa para consumo humano, este projeto é incentivo do governo, pois até locais onde a seca ainda não está atingindo, como o nordeste brasileiro, a captação de água da chuva já está sendo utilizada para preservação da água na terra, além de ser um método que contribui para reduzir retirada de água dos rios e lagos, assim favorecendo vantagens ao meio ambiente e a vida do homem. Esta pesquisa tem como objetivo explorar e avaliar os tipos de telhados para captação de água, de modo a aprofundar e conhecer as tecnologias implantadas para solucionar problemas de escassez de água, e também o aproveitamento de água da chuva, assim reduzindo o consumo de água armazenada em rios e barragens, e contribuindo pela sustentabilidade na vida das pessoas. A metodologia deste trabalho tem como base em pesquisas realizadas em matérias na internet e estudo do assunto, de tal forma a avaliar e verificar os resultados que traz à implantação desse projeto de captação de água pluvial, visando indicar o melhor projeto destinado a captação de água da chuva a partir dos telhados residenciais, também somando na abordagem de aperfeiçoamento desta tecnologia. De acordo com este estudo, buscamos esclarecer sobre o assunto de captação da água da chuva, e a preservação da água disponível em terra, reduzindo custos elevados e consumo de água potável, de modo a melhorar a qualidade de vida da sociedade em aspectos de eliminar riscos de enchentes, minimizar o desperdício de água, obtendo até melhoria na economia da sociedade, pois temos esse recurso natural que antes poderia ser visto como um vilão em grandes cidades, e recurso no qual pode ser utilizado de forma benéfica. Esse projeto de implantação da captação da chuva tem alcançado bom resultados a sociedade, quando se trata de conscientização ambiental. Concluimos que para uma bom armazenamento da água da chuva, requer uma implantação de projeto eficaz da captação e conservação. Diante do crescimento desorganizado da população mundial, e o contínuo crescimento das cidades e centros industriais, aumenta a demanda de água potável, e seu uso irracional, vem causando sua escassez, sendo que o investimento mais significativo é o armazenamento das águas pluviais por meio de telhado.

PALAVRAS-CHAVE: Escassez da água, captação da água de chuva.

AS DECISÕES JUDICIAIS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LOPES, Deborah Karoline Cardoso; MARQUES, Krisley Chaves; PINHEIRO, Lara Maria Alântara; COTTA, Maria Clara Oliveira.¹

¹ Acadêmicos do curso de Direito das FIPMoc.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) elevou a criança e o adolescente à condição de sujeitos de direitos, assegurando-lhes inúmeras direitos e mecanismos de proteção. O presente trabalho tem como objetivo verificar de que maneira as decisões das varas da infância e juventude contribuem para a promoção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no Brasil. Foi realizada uma pesquisa documental, exploratória, de caráter qualitativo baseado em decisões judiciais, juntamente com o artigo o artigo 90, incisos I a IV do ECA e artigos publicados na internet. Em análise de decisões das varas da infância e juventude, obteve-se a conclusão de que há uma devida promoção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como por exemplo, a existência de um estatuto para cuidar dos interesses dessa classe, ainda assim muitas crianças no país encontram-se desamparadas, a função desses órgãos é de tutelar pelos direitos desses indivíduos. Apesar desse arranjo normativo, a prática institucional de proteção à criança e ao adolescente, enfocando a política de atendimento, observa-se que não tem recebido a devida atenção nem do poder público, nem da sociedade civil. Conclui-se, assim, ainda que existam leis e mecanismos para a proteção das crianças e adolescentes e que os avanços obtidos no

processo de construção das políticas públicas sejam evidentes, o Brasil ainda precisa avançar mais e mais, especialmente no que diz respeito à municipalização dessas políticas públicas e sobre a prioridade absoluta em relação às crianças e adolescentes, além disso o alcance dessas leis e da atuação dessas varas é limitado pela situação de desigualdade do país. Assim, o país fica devendo quanto a estes aspectos fundamentais para uma melhoria considerável no atendimento às necessidades de crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais. Criança e adolescente. Decisões judiciais. ECA. Promoção de direitos.

AS DECISÕES JUDICIAIS QUANTO À ESPÉCIE, REQUISITOS E DEFEITOS OU VÍCIOS

ARAÚJO, Gracia Rodrigues¹, COSTA, DINIZ, Marília Miranda¹, JÚNIOR, Jovino Pereira de Brito¹, LÉLIS, Camila Dias¹, MARTINS, Jéssica de Oliveira¹, PEREIRA, Neli Raquel Alves¹, RAMOS, Cláudia Márcia Ruas Dias¹; FREITAS, Andressa Mendes de².
¹Discentes das FIPMoc; ²Docente do curso de Direito das FIPMoc.

O presente trabalho apresenta uma desprezensável análise conceitual das decisões judiciais quanto à espécie, requisitos, defeitos ou vícios. Embora conceituar de forma precisa as modalidades de decisões existentes, como se tem visto, seja uma tarefa árdua, porém é de suma importância. Antes, pelo disposto no art. 162, § 1º a “sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa”. Alterando esta disposição em 2005, a Lei nº. 11.232, modifica sua redação para: § 1º, “Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos artigos 267 e 269 desta Lei”. Frente à nova redação, ao conceituar sentença impõe uma análise conjunta dos arts. 162, §1º, 267 e 269, todos do CPC. Para a doutrina, a sentença além de um ato lógico, é especialmente um ato de vontade decorrente do direito, o qual o juiz concretiza aplicando-o ao caso em espécie. O disposto nestes Arts 267 e 269 dividem as sentenças em terminativas e definitivas, a primeira não resolve o mérito da questão, mas tende a por fim no processo por ser inadmissível a tutela jurisdicional, como ausência de condições da ação, ou que homologa o requerimento da desistência. Já as definitivas solucionam o litígio, sendo assim virão a formar coisa julgada, já que decidem o mérito. Os elementos essenciais da estrutura da sentença, encontram-se nos ditos do artigo 458, do Código de Processo Civil, a inobservância dos mesmos vicia a sentença. O relatório, por exemplo, o juiz resume o processo, ele apresentará um histórico de toda a relação jurídica processual, desde o seu início até o momento da decisão, de modo claro, preciso e sintético. Na fundamentação, o juiz analisará as alegações das partes, para motivar sua decisão. Mas a sentença, não é uma decisão arbitrária, o juiz ao decidir a lide, precisa justificar porque acolheu a posição do autor ou a do réu. E é no dispositivo, parte final, que o órgão jurisdicional, fundado na motivação, aplica a lei ao caso concreto, para colher ou rejeitar, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor, segundo o art. 459, CPC. Assim, toda sentença deve conter os limites do pedido, ou seja, deve ser precisa. Caso o órgão jurisdicional não fizer essa observância, ocorrerão três diferentes tipos de sentenças: A Sentença *ultra petita* que ocorrerá quando o juiz concede a mais do que foi pedido; a *extra petita*, refere-se a sentença que defere prestação diferente da que foi pedida e a *citra petita* que é aquela que não examina todas as questões pedidas pela parte. Há de se lembrar aqui dos casos de anulabilidade da sentença, que se dá por simples inatividade ou omissão do interessado, sendo vetado ao juiz decretá-la de ofício. A partir do exposto, pode-se concluir que, em que pese a mudança trazida pela Lei 11.232/2005 nos dispositivos que definem a sentença no Código de Processo Brasileiro, esta continua sendo o ato que finaliza um processo.

PALAVRAS-CHAVE: Decisões judiciais. Sentenças. Vícios. Espécies. Defeitos.

REFERÊNCIA

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios, **Novo Curso de Direito Processual Civil 2**. 7 ed., São Paulo, Saraiva, 2013.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**, São Paulo, Saraiva, 1990.

AS GERAÇÕES DE DIREITOS E A EVOLUÇÃO DO ESTADO

AGUIAR, Isabela Mesquita Veloso de¹; VELOSO, Verônica Barcelos¹; FREITAS, Andressa Mendes²
de²; TORRES, Vânia²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente do curso de Direito das FIPMoc

As gerações ou dimensões de direitos referem-se aos direitos que vêm surgindo para suprir as necessidades do homem de acordo com o avanço da sociedade, abrangem as esferas individuais, sociais, solidárias ou fraternas e tecnológicas, visando acolher os interesses de cada uma (CARIGÉ, 2006). A seguinte pesquisa tem o propósito de relacionar e adequar as dimensões de direito com a evolução do Estado, desde sua fase liberal até se tornar democrático de direito. Trata-se de uma pesquisa explicativa com abordagem qualitativa. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. A partir da Revolução Francesa é iniciado um processo de revoluções liberais, como forma de defesa do indivíduo perante o poder, que desencadeou a primeira geração de direitos, defendendo a ideia de liberdade individual irrestrita; diz respeito ao Estado Liberal, não interventor na autonomia do sujeito. O Estado Social liga-se diretamente à segunda dimensão de direitos, que busca a realização do bem-estar social a partir do princípio de isonomia material, o Estado se torna menos livre, mais justo e garantidor de direitos. Essa dimensão aborda os direitos sociais, econômicos e culturais. Além de ser o aprimoramento das versões anteriores, o Estado Democrático apresenta a predominância da vontade popular na sua sistematização política, social, econômica e ideológica. Marcado por um poder voltado para os interesses do povo, exercido diretamente ou por intermédio de representantes. A terceira geração preocupa-se com os direitos difusos e coletivos referentes à defesa dos elementos condicionadores de uma melhor qualidade de vida. A quarta e quinta geração abrangem direitos relativos à bioética e ao ciberespaço, respectivamente, no contexto da sociedade atual. Essas três gerações e as que estão por vir se inserem no Estado Democrático. A eclosão das gerações de direito e seu constante aperfeiçoamento resulta na garantia da eficiência dos direitos, na busca da justiça e da harmonia social. Conclui-se que a Revolução Francesa deu início à indagação acerca dos direitos fundamentais inerentes ao ser humano e que o desenvolvimento do Estado é intimamente ligado às dimensões de direito.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Francesa. Gerações de direitos. Evolução. Estado.

REFERÊNCIAS:

CARIGÉ, Augusto Nascimento. **O Estado Democrático de Direito e as Gerações de Direitos**. Disponível em: <<http://www.juspodivim.com.br>>. Acesso em: 7 mai. 2014.

AS GERAÇÕES DE DIREITOS

SILVA, Loren Rodrigues¹; FREITAS, Andressa Mendes de²; TORRES, Vânia²

¹Discente das FIPMoc; ²Docentes do curso de Direito das FIPMoc

Os direitos fundamentais doutrinariamente estão separados em gerações levando em conta a ordem cronológica de suas conquistas. A presente pesquisa busca conhecer a evolução e as características das Gerações de Direitos, além de analisar suas relações com o Estado. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica para a obtenção de dados e seu conteúdo foi analisado, estabelecendo uma relação com a leitura feita. Os direitos surgiram de acordo com as necessidades do homem e as Gerações de Direitos nasceram como forma de positivizar esses Direitos Naturais. Os movimentos históricos da sociedade moldam esses direitos e fazem com que eles evoluam, uma nova geração complementa a anterior na busca pela melhor qualidade de vida. Há entre os autores uma divergência de pensamento acerca da terminologia: alguns afirmam que o termo “gerações” significa que a atual estaria anulando o conteúdo da anterior e que o correto seria “dimensões”. Porém, percebeu-se que alguns concordam no que diz respeito à quantidade atual de gerações: 5. Sendo elas, cronologicamente, referente à: liberdade, igualdade, fraternidade, vida e privacidade. Sendo a primeira delas iniciada durante a Revolução Francesa de 1789. Esses direitos encontram-se hoje positivados nas Constituições e Leis de diversos países. Através da pesquisa, conclui-se que as Gerações de Direitos serviram para moldar as principais leis brasileiras, porém, é perceptível que o Estado ainda não tem cumprido efetivamente seu papel para ter esses direitos assegurados de forma a garantir ao cidadão uma vida plena e em perfeito convívio social.

PALAVRAS-CHAVE: Gerações. Dimensões. Direitos. Estado.

AS OFICINAS TERAPÊUTICAS COMO VALORIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS

GONÇALVES, Maria Anthonielle Rodrigues¹; OLIVEIRA, Amanda Ferraz¹
MENDONÇA, Andreia Guisoli²

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

As oficinas terapêuticas ocupam lugar privilegiado nos serviços de atenção psicossocial uma vez que se configuram como uma via de expressão da subjetividade, criatividade e inventividade dos usuários. Não objetivando uma criação artística, elas proporcionam uma estabilização possível dos conflitos intrapsíquicos, um enlaçamento para o sujeito. É importante destacar que a operacionalidade das oficinas se encontra na ocasionalidade, não existindo um planejamento *a priori*. É no inesperado, no acidente, que o sujeito irá criar, reinventar e dar ao material um lugar exclusivo. Através da escrita, da arte, da música, do artesanato, a história de vida do sujeito ganha lugar não apenas na via do discurso (SILVA e ALENCAR, 2009) Objetivou-se Investigar os discursos que sustentam as oficinas de saúde mental no Caps II Dr. Hélio Sales, situado no bairro Cidade Nova em Montes Claros – MG. Trata-se de uma pesquisa intervenção, de caráter qualitativo sob o enquadre teórico- metodológico da pesquisa participante. As oficinas foram desenvolvidas em 10 encontros, no CAPS II Dr. Hélio Sales, do bairro Cidade Nova de Montes Claros. O material utilizado nas oficinas incluiu uma caixa de jogos com a finalidade de aumentar as possibilidades de atividades para os usuários, valorizando a interação e expressão da subjetividade. As oficinas realizadas pelos acadêmicos corroboram com o que Silva e Alencar (2009) afirmam, uma vez que os pacientes praticam atividades de acordo com seu desejo, não havendo uma oficina *a priori*. Elas proporcionam aos usuários um espaço para expressão de seus sentimentos e emoções e também viabilizam interações sociais, respeitando os limites de cada um nesse processo. A partir do que foi experienciado pode-se identificar que o discurso orientador das oficinas terapêuticas realizadas no CAPS II Dr. Hélio Sales foi marcado pela inventividade, pois as atividades não tinham um planejamento prévio; não havia uma oficina *a priori*. Marcadas pelo acaso e pelo acidente, as oficinas terapêuticas deram espaço para que os sujeitos criassem e expressassem suas singularidades com os materiais disponíveis à sua maneira.

PALAVRAS-CHAVE: Oficinas terapêuticas. Saúde mental. Subjetividade.

REFERÊNCIA:

SILVA, Thiago José de Franco da; ALENCAR, Maria Lídia Oliveira de Arraes. Invenção e endereçamento da oficina terapêutica em um centro de atenção diária. **Latinoam. Psicopat. Fund.** São Paulo, v. 12, n.3, p. 524-538, setembro 2009.

AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA E A ISONOMIA NO NCPC

FOSENCA, Raul Alencar Soares¹; SOUTO, Matheus Martins;1
VELOSO, Cynara Silde Mesquita².

1 Discentes na UNIMONTES; ² Docente do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e Coordenadora e docente do curso de Direito das FIPMoc

A manutenção das prerrogativas da Fazenda Pública no Novo Código de Processo Civil como afronta ao princípio da isonomia. Buscou-se estudar a compatibilidade entre os prazos em dobro concedidos à Fazenda Pública, no projeto do Novo Código de Processo Civil e o princípio da isonomia consagrado Constitucionalmente. Utilizou-se do método dedutivo, pois se partiu do estudo dos princípios constitucionais do processo e do modo como foram concebidos os benefícios, relativos aos prazos, para só então fazer uma breve exposição acerca da compatibilidade ou não entre eles. A existência das prerrogativas fundamenta-se na primazia do interesse público e, por isso, foi mantida no NCPC, entretanto fere a isonomia processual pelo tratamento diferenciado concedido a alguns entes de direito público. O NCPC manteve as prerrogativas processuais, ou seja, a distinção *inter partes* continua. Nos moldes da mais justa aplicação do princípio constitucional da isonomia, deve-se aplicar ao particular, quando em litígio frente a algum órgão governamental que goze dos referidos prazos, as mesmas garantias processuais. Portanto, não restaria ferida a igualdade preconizada no texto constitucional se ambas as partes tivessem as mesmas oportunidades e garantias na relação processual.

PALAVRAS-CHAVE: Isonomia Processual. Fazenda Pública. Novo Código de Processo Civil.

AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO FACE AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PROJETADO

VELOSO, Cynara Silde Mesquita¹; LEITE, Ewerton Franklyn Antunes²; BRITO, Thaís Rodrigues de³.
1 Docente da Unimontes; 2 e 3 Discentes da Unimontes.

A efetividade do princípio da celeridade processual (art. 5º, inc. LXXVIII, CRFB/1988) é a grande preocupação e entrave na prestação da tutela jurisdicional rápida e eficiente, sobretudo com as vultosas demandas que envolvem o Poder Público, o que leva ao descrédito na justiça e na concepção massiva de sua morosidade. Foi, então, que, no intuito de conferir efetividade a esse mandamento e de buscar a solução para o problema, diversas reformas legislativas foram traçadas. Assim, o Código de Processo Civil Projetado (PLS nº 166/2010 e PL nº 8.046/2010) foi elaborado e apresentado ao Congresso Nacional, aprovado em ambas as Casas, mas não definitivamente. O texto traz a previsão das prerrogativas da Fazenda Pública em juízo e, diante disso, suscita o debate, enquanto prerrogativas ou privilégios conferidos ao Poder Público. A pesquisa tem como intuito analisar as prerrogativas conferidas à Fazenda Pública e se elas podem, da forma como empregadas no citado projeto, atribuir à prestação jurisdicional a razoabilidade necessária, na qual sejam respeitados os princípios do acesso à justiça e da utilidade, ou seja, o acerto do direito, bem como a satisfação deste, e, ainda, se os projetos PLS nº 166/10 e o PL nº 8.046/2010 guardam compatibilidade com o devido processo legal previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), a qual proclama o país como um Estado Democrático de Direito. A metodologia aplicada na pesquisa utilizou-se do método indutivo, partindo-se de uma concepção ampla do assunto até uma visão mais minuciosa, por meio da consulta bibliográfica, legal, das produções legislativas em tramitação, do estudo da produção científica sobre o tema e da aplicação efetiva do instituto na norma processual vigente, dentro do paradigma do Estado, tal como prevê a CRFB/1988, sobretudo pelo espectro histórico dos prazos conferidos à Fazenda Pública e dos Projetos de lei do Congresso Nacional. O estudo realizado mostra que as prerrogativas à Fazenda Pública quando parte em processo judicial, consagradas tanto no PLS 166/2010 quanto no PL 8.046/2010, têm como respaldos, dentre outros, a defesa do interesse público, a singularidade da estruturação de seus órgãos e o contingente de processos em que figura como parte. Esclarece, no entanto, que tais prerrogativas nem sempre encontram amparo na razoabilidade e proporcionalidade, o que faz do Direito Processual Civil, nesse casos, um instrumento a serviço do Estado, em detrimento de sua finalidade essencial, qual seja, servir à cidadania. É plausível conferir prerrogativas à Fazenda Pública em juízo, pretendendo-se, com isso, zelar pela defesa da coletividade. Entretanto, as garantias constitucionais do devido processo legal e do processo legislativo exigem do Estado Democrático Brasileiro a participação e discussão sistemática a fim de se garantir o respeito ao princípio da vedação ao retrocesso e a defesa do que dispõe a Constituição Federal. Logo, um Novo Código de Processo Civil só será relevante se assegurar a efetividade da prestação da tutela jurisdicional, bem como a isonomia necessária para uma disputa equânime de recursos entre as partes.

PALAVRAS-CHAVE: Prazos no processo civil. Código de Processo Civil Projetado. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública.

ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NAS CAPITALS BRASILEIRAS

NEPOMUCENO, Marcela Oliveira¹; GANDRA, Sarah Francelli Alves¹; ARAÚJO, Aneliza Fernandes de¹; COSTA, Caroline de Almeida¹; MORAIS, Priscila do Couto¹; POPOFF, Daniela Araújo Veloso².
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O câncer de colo do útero constitui um sério problema de saúde pública nos países em desenvolvimento, devido às altas taxas de incidência e morbimortalidade, principalmente entre as mulheres de nível socioeconômico baixo e em fase produtiva de suas vidas, constituindo a terceira causa de morte, por câncer, no sexo feminino. Objetivou-se identificar os aspectos epidemiológicos do câncer de colo de útero nas capitais brasileiras no período de 2006 a 2012. Foram coletadas informações referentes ao câncer de colo de útero nas Capitais brasileiras, notificados no Sistema de Informação do câncer do colo do útero-SISCOLO entre 2006 a 2012. Posteriormente os dados foram tabulados e confeccionados gráficos para análise no programa Excel 2010. Algumas capitais não possuíam dados completos no SISCOLO como Florianópolis e Amapá. Na capital Rio Branco em 2006 nos itens quantidade de exames realizados e em alterações celulares os valores obtidos foram muito superiores aos demais anos avaliados o que pode sugerir erro de tabulação dos dados. Foram notificados 16.372.965 exames Citopatológico Cérvico-vaginal, destes 151.497 (0,92%) foram descartados porque as lâminas eram insatisfatórias. A capital que

contemplou a maior porcentagem de exames alterados foi Boa Vista (10,56%), e a que apresentou a menor foi João Pessoa (0,94%). Belo Horizonte, apresentou o menor índice (0,21%) de insatisfatoriedade das amostras, em contra partida a capital que apresentou maior índice foi Rio Branco (2,82%). A maior incidência de HPV-NIC I e Lesão Intraepitelial de Baixo Grau foi constatada na faixa etária de 25 a 49 anos (52%) assim como NIC II - NIC III ou Lesão Intraepitelial de Alto Grau que apresentou maior incidência nessa mesma faixa etária (66,67%). Nota-se um maior número de casos de Lesão intra-epitelial de alto grau, não podendo excluir micro-invasão no ano de 2008 (915 casos) e uma menor incidência no ano de 2006 (356 casos). A faixa etária mais acometida foi de 25 a 49 anos (52,47%) e a menos acometida foi de mulheres com menos de 25 anos (2,65%). Em relação à análise da incidência de Adenocarcinoma incluindo “in situ” e invasor foi averiguado uma maior incidência no ano de 2006 (6857 casos), que pode sugerir algum erro na tabulação de dados, pois os outros anos apresentaram uma redução em média de 22%, e a faixa etária que essa lesão prevaleceu foi de 25 a 49 anos (61,55%). Sobre Células atípicas de significado indeterminado foi verificado uma maior incidência no ano de 2009 (60.773 casos) e um menor número de casos no ano de 2006 (44.381 casos) nas capitais brasileiras. Os resultados da presente análise evidenciam a necessidade de mais estudos para avaliação da qualidade dos programas de rastreamento para o câncer de colo de útero no País.

PALAVRAS-CHAVE: Neoplasias do Colo do Útero. Programas de Rastreamento. Sistemas de Informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA).

Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 2011; 118.

GOMES, C. H. R. et al. Câncer cervicouterino: correlação entre diagnóstico e realização prévia de exame preventivo em Serviço de Referência no Norte de Minas Gerais. **Rev bras cancerol.** 2012; 58(1): 41-5.

ASPECTOS FUNCIONAIS DE PACIENTES PÓS-ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO

DIAS, Kamilla Freitas¹; XAVIER, Joicymara Magaly Mendes¹; ALCÂNTARA, Hortênsia Vitória Pereira¹; BERNARDO, Katarine Maria da Cruz¹; CALDEIRA, Roseane Durães²; MOURA, Paula Maria Silveira Soares²

1 Acadêmicas de Fisioterapia das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O acidente vascular encefálico (AVE) é uma alteração da circulação cerebral que ocasiona um déficit transitório ou definitivo no funcionamento de uma ou mais partes do cérebro, podendo ser por meio hemorrágico ou isquêmico que pode resultar em perda da função neurológica. O AVE representa a terceira causa de morte em vários países do mundo e a principal causa de incapacidade física e mental, acometendo, particularmente, indivíduos com mais de 55 anos (COSTA *et al.*, 2011). Objetivou-se analisar os aspectos funcionais de pacientes pós Acidente Vascular Encefálico. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva de abordagem quantitativa onde foram avaliados 28 portadores de sequelas do Acidente Vascular Encefálico (AVE) atendidos em clínicas de Fisioterapia de Montes Claros onde foram submetidos a responder um questionário estruturado. Dos pacientes avaliados 71,5% apresentaram AVE do tipo isquêmico, 61% não apresentavam disfagia. A hemiplegia e as alterações de equilíbrio foram as principais sequelas neurológicas apresentadas pelos pacientes. 57,1% deambulam sem utilização de acessórios e 43% apresentaram elevação da pelve durante a marcha. O paciente com AVE apresenta diversas alterações osteomusculares bem como alteração da marcha. Nesse estudo, houve predominância do AVE do tipo isquêmico e pequena prevalência de utilização de acessórios para auxílio da deambulação.

PALAVRAS-CHAVE: AVE. Déficit. Hemorrágico

REFERÊNCIA:

COSTA, F. A; SILVA, D. L. A; ROCHA, V. M. Severidade clínica e funcionalidade de pacientes hemiplégicos pós-AVC agudo atendidos nos serviços públicos de fisioterapia de Natal (RN). **Ciênc. saúde coletiva.** v.16, suppl.1, pp. 1341-1348. 2011.

ASSOCIAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA MEDICINA PARA O ESCLARECIMENTO DE FATOS DE INTERESSE DA JUSTIÇA

VIEIRA, Débora Ribeiro^{1,5}; SILVA, Rennato Miranda Fernandes^{1,5}; GOMES, Alana Andrade^{1,5}; SANTIAGO, Marcelo Coutinho^{1,5}; FREITAS, Ronilson Ferreira^{2,5}; SANTOS, Max Rogério Vieira dos³; BICALHO, Marlon Xavier Oliva⁴

¹Graduandos em Medicina pelas FIPMoc; ²Especialização em andamento em Farmacologia e Toxicologia; Clínica pelas FIPMoc; ³Docente das FIPMoc; ⁴Docente da FUNORTE

⁵Membros da Liga Acadêmica de Medicina Legal e Perícias Médicas - LAMELP/FIPMoc

A medicina legal está bem caracterizada na sua definição, uma vez que visa contribuir através dos conhecimentos técnico-científicos do profissional médico para a elaboração, interpretação e aplicação das leis. Objetivou-se discutir a contribuição da associação entre conhecimentos técnico-científicos da medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da justiça. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. O estudo incluiu livros na área de medicina legal e perícias médicas, bem como artigos de revisão e originais que discutiam o assunto em foco. Os principais assuntos do presente estudo referem-se a aplicabilidade de conhecimentos técnicos-científicos na resolução de problemas de interesse jurídicos. A realização de estudos interdisciplinar voltados para a medicina legal e perícias médicas no curso de medicina é justificada tendo em vista a evidente essencialidade de acadêmicos de medicina ter acesso amplo e aprofundado, tanto em teoria como na prática, em temas relacionados ao exercício legal e ilegal da medicina, responsabilidade profissional do médico, código de ética médica, documentos médico-legais (notificações, atestados, pareceres e depoimento-oral), definições e tipos de perícias médico-legais, entre outras temáticas cabíveis às competências do profissional médico no auxílio de resolução de fatos da justiça. Sendo que o médico deve ter conhecimento da matéria para principalmente, saber pedir, formular os quesitos duvidosos e, muito mais, saber interpretar os laudos periciais. Quando há separação entre a medicina e o direito, os fatos não são bem elucidados, uma vez que os conhecimentos médicos são provas científicas inquestionáveis que auxiliam diretamente na aplicação da justiça. A medicina legal é uma especialidade pluralista, por que aplica o conhecimento de diversos ramos da medicina às necessidades do direito. É ciência e arte ao mesmo tempo. É ciência por que coordena e sistematiza verdades gerais em um conjunto ordenado e doutrinário, e arte porque aplica técnicas, métodos e táticas, que resultam na missão prática requerida, daí a contribuição da associação entre conhecimentos técnico-científicos da medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento Técnico-Científico. Fatos Jurídicos. Medicina Legal. Perícias Médicas.

ATIVIDADE FÍSICA E A IMPORTÂNCIA DA INDICAÇÃO MÉDICA

SANTOS, Elinéia Ferreira¹; BRITO Geová Philipe Leão; FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; OLIVEIRA, Isabela Marangoni¹; SANTOS, Gabriela Argôlo¹; SANTOS, Daniely Bruna Rodrigues¹; JORGE, Adriana Caldeira²

¹Discentes das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Atividade física apresenta uma grande importância na vida de todo ser humano, em especial nos idosos devido à deterioração dos tecidos e dos ossos de todo o organismo, é considerada eficaz para melhorar o estado de saúde atuando nos sistemas metabólicos, fisiológicos e psicológicos. A atividade física deve ser precedida da indicação médica determinando a existência de limitações físicas que contra-indiquem tipos específicos de exercícios, a partir de um exame clínico detalhado, inclusive teste ergométrico (ROCHA, 2013; TRIBESS, 2012). Objetivou-se identificar na população idosa praticantes de atividade física se a mesma foi precedida por indicação médica. Trata-se de um estudo descritivo e transversal. A população deste estudo foi composta de 130 idosos que frequentam academias de praças, SESI – Minas, Asilo e SESC - Minas na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, no período de março a abril de 2014. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os idosos responderam se praticavam atividade física e se houve indicação médica. Dos 130 idosos, 104 (80%) responderam que praticam atividade física, dentre estes 59 (57%) responderam que tiveram indicação médica e 45(43%) não tiveram indicação médica. Os resultados obtidos não foram significativos quando observamos a participação médica perante a indicação de exercícios físicos, sendo este um resultado preocupante, pois estes profissionais conhecem as alterações do processo de envelhecimento, assim bem como os benefícios da atividade física regular nos idosos, e também os riscos da atividade física realizada de forma inadequada.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso. Atividade Física. Indicação médica.

REFERÊNCIA

ROCHA, S.V *et al.*, Fatores Associados à Atividade Física Insuficiente no Lazer entre Idosos. **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 19, N o 3 – Mai/Jun, 2013.

TRIBESS, S. *et al.*, Atividade Física como Preditor da Ausência de Fragilidade em Idosos. **Rev Assoc Med Bras.** 58(3): 341-347. 2012.

ATIVIDADE FÍSICA E CARDIOPATIA

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

1Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; 2Docente das FIPMoc

O sedentarismo é um dos mais importantes fatores de risco modificáveis associado à morbi-mortalidade da coronariopatia isquêmica, afecção responsável por grande parte dos casos de doença cardiovascular (DCV) no Brasil e no mundo. A realização de atividades ao longo da vida que envolva alto gasto energético nos períodos de lazer também tem sido considerada como um estilo de vida ativo e tem sido associada a níveis mais elevados de condicionamento físico e prevenção de DCV, com benefícios ainda mais significativos para os cardiopatas (SPANNA *et al.*, 2010). Objetivou-se identificar a prática de atividade física por pacientes cardiopatas nos hospitais de Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa descritiva e transversal, realizada com pacientes cardiopatas internados em hospitais de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliados 61 pacientes. A coleta de dados foi realizada através de um questionário. Dos 61 entrevistados, 71% não possuem hábitos da prática de atividade física e 29% relataram fazer esta atividade. Dos 18 pacientes que realizam atividade física, 78% praticam a caminhada, 10% ciclismo, 6% musculação e 6% futebol. Embora haja estudos que comprovem os benefícios da atividade física na saúde dos cardiopatas, a maioria não a pratica. Portanto, é necessário a conscientização dos mesmos quanto à importância da atividade física. A implantação da atividade física como estratégia de tratamento é indispensável, pois possibilitará uma melhor qualidade de vida e bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física. Cardiopatia. Hospitais.

REFERÊNCIA

SPANNA, T. M. *et al.* Comportamento de atividade física de cardiopatas isquêmicos segundo perfil sociodemográfico e clínico. **Rev. bras. enferm.** v.63, n.5, 2010.

ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

LIMA, Jéssica F. Rodrigues¹; TEIXEIRA, Lorena Martins¹; ARAÚJO, Thamiris Corrêa¹; MOREIRA, Carlos André²

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Apesar de constituírem fases fundamentais na constituição dos sujeitos, o histórico brasileiro desde a época colonial, está repleto de exemplos de exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Diante disso, programas governamentais e de iniciativa privada foram criados na tentativa de mudar essa realidade, buscando garantir, por exemplo, momentos de atividades lúdicas, o estudo e a transferência de renda para suas famílias (CAMPOS E FRANCISCHINI, 2003; RIZZINI 2007). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e práticas como essas representam o início de mudanças nesse cenário, mas há ainda um longo percurso a ser percorrido até que o trabalho infantil seja de fato erradicado. Diante disso, faz-se importante avaliar as formas de como as estratégias estão sendo desenvolvidas para maior entendimento acerca dos direitos da criança e do adolescente. Objetivou-se analisar como as estratégias de enfrentamento do trabalho infantil são desenvolvidas pelas políticas sociais de erradicação do trabalho infantil em Montes Claros (MG); investigar o papel das brincadeiras no desenvolvimento do córtex pré-frontal bem como suas funções executivas; identificar o lugar das brincadeiras nas ações desenvolvidas na comunidade; analisar o fenômeno da criminalização da pobreza no contexto da erradicação do trabalho infantil; e investigar o papel dos dispositivos de proteção aos direitos da criança e do adolescente (Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e Gestão CREAS) na política de erradicação do trabalho infantil. Este trabalho valeu-se de pesquisa qualitativa e utilizou como técnicas de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas com crianças e adolescentes integrados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Bairro Morrinhos, juntamente com outros moradores da comunidade. Foram

realizadas um total de cinco visitas à comunidade, incluindo reconhecimento de campo, levantamento de dados sobre as crianças, suas famílias e o PETI, oficinas e entrevistas. Para uma maior compreensão sobre o fluxo da assistência na rede envolvida na política de erradicação do trabalho infantil, valeu-se também de dados coletados em entrevistas com um oficial de justiça da Vara da Infância e Adolescência de Montes Claros (MG). Foi possível perceber que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não está sendo posto em prática, devido a falhas da administração municipal e ao cancelamento temporário das atividades do PETI em decorrência da reestruturação nos programas do governo. Observou-se que as atividades predominantes no programa não estimulavam o desenvolvimento do córtex pré-frontal bem como suas funções executivas, que as brincadeiras estão sendo substituídas por atividades remuneradas, possivelmente devido ao fenômeno da criminalização da pobreza e da defesa do valor moral do trabalho. Pode-se verificar falhas no fluxo da rede de assistência, especificamente a Vara da Infância e Juventude, o que contribui com a burocratização e falta de efetivação das políticas. Práticas de assistência ainda precisam ser melhoradas para haver consonância com o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e mudanças precisam vir desde as representações sociais acerca do trabalho infantil, para que a erradicação deste seja efetivada.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil. Políticas públicas. Representações sociais. Brincadeiras.

REFERÊNCIAS:

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 376-404.

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. **Trabalho Infantil Produtivo e Desenvolvimento Humano**. Maringá: Psicologia em Estudo, v. 8, p.119-129, jan/jun, 2003.

AValiação da Confiabilidade e Aceitação dos Medicamentos Genéricos Pela População da Cidade Montes Claros-MG

MOREIRA, Dalex Ronny Cardoso ¹; PANIAGUA, Igor Fernando Malveira ¹; SPÓSITO, Pollyanna Álvaro², PINHEIRO, Thales de Almeida²

¹Acadêmicos do Curso de Farmácia das Faculdades Integradas Pitágoras/FIPMoc, Montes Claros (MG), BRASIL; ² Docente das Faculdades Integradas Pitágoras/FIPMoc, Montes Claros e Docente das Faculdades de Saúde e Desenvolvimento Santo Agostinho/FASA, Montes Claros

Medicamentos genéricos são aqueles que contêm o mesmo princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, indicação terapêutica e podem ser intercambiáveis com o medicamento de referência sem nenhum risco ao paciente, além de apresentar menor custo. O objetivo deste estudo foi avaliar a confiabilidade e aceitação dos medicamentos genéricos pela população da cidade de Montes Claros- MG. O estudo se caracterizou por uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa onde foram entrevistados 197 indivíduos. Os dados foram analisados pelo programa SPSS 17.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*) for Windows. A análise dos resultados permitiu afirmar que 81,72% dos pacientes tinham conhecimento acerca dos medicamentos genéricos e 83,25% já fizeram uso desse tipo de medicamento, no entanto apenas 65,49% acreditavam que o medicamento genérico apresentava o mesmo efeito que o de referência. Verificou-se também oferta satisfatória desses medicamentos a população e que 44,17% da classe médica faz referência aos medicamentos genéricos durante as consultas enquanto 80,71% dos farmacêuticos durante a dispensação. Os resultados ainda mostraram que 69,03% dos pacientes confiam no farmacêutico para efetuar a intercambialidade e que o preço do medicamento é fator determinante na escolha de genéricos em relação ao medicamento de referência. Dessa forma, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas educativas direcionadas as classes médica e farmacêutica já que são esses os profissionais responsáveis pela prescrição e dispensação respectivamente dos medicamentos, além da população em geral com o objetivo de alcançar o melhor custo benefício durante a farmacoterapia das diversas doenças que acometem a população.

PALAVRAS-CHAVE: Medicamentos genéricos. Confiabilidade. Aceitação.

AValiação DA QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES CLIMATÉRICAS

ALMEIDA, Ana Carolina Tavares¹; GONÇALVES, Fernando de Azevedo², AMARAL, Gustavo Santos³; ALVES, Thauan Gomes⁴

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc ;3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc

O climatério é uma fase da vida feminina em que os ovários entram em processo de esgotamento e pode ser acompanhada por sintomas característicos, como alterações psicológicas e sociais (ALDRIGHI *et al.*, 2002; DE LORENZI *et al.*, 2005). Diante disso, esse estudo se mostrou importante visto que esses distúrbios alteram significativamente as atividades da mulher. Objetivou-se avaliar a qualidade de vida a partir da percepção individual acerca dos sintomas recorrentes desse período. Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e descritivo. A qualidade de vida foi avaliada pelo Menopause Rating Scale - MRS, sendo um questionário dividido em domínios: sintomas somato-vegetativos, sintomas urogenitais e sintomas psicológicos. Foram avaliadas 626 mulheres de 40 a 65 anos inseridas nas estratégias de saúde da família filiadas às FIPMoc. O trabalho foi submetido ao CEP/FIPMoc, sendo aprovado sob parecer de N° 311628. A amostra analisada apresentou em sua maioria ausência de sintomas. Contudo, mesmo com prevalência de nenhuma queixa relatada, 357 (57,1%) apresentaram ansiedade de modo moderado a muito severo. No que tange a problemas musculares e nas articulações 266 (42,5%) manifestam de modo severo. Ainda com uma maioria sem queixas relevantes, um grande número de mulheres demonstraram alguma alteração dos fatores analisados. Portanto, a ação conjunta dos profissionais com ações de promoção em saúde é fundamental tendo em vista um aumento significativo desse grupo populacional nas próximas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Climatério. Qualidade de vida. Mulher.

REFERÊNCIAS:

ALDRIGHI, J.M.; ALDRIGHI, C.M.S.; ALDRIGHI, A.P.S. Alterações sistêmicas do climatério. **Revista Brasileira Médica**, vol.59, p.15-21, 2002.

DE LORENZI, Dino Roberto Soares; DANELON, Claudia; SACIOTO, Bruno e PADILHA JR., Irineu. Fatores indicadores da sintomatologia climatérica. **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia**, v.27, n.1, pp. 7-11, 2005.

AValiação DE CONFORTO DAS DEPENDÊNCIAS DA FIPMOC

MENEZES, Elvis Teles de; SOUZA, Leonardo de Almeida; SANTOS, Júnio Vitor dos; BATISTA, Paulo Abigail; VAZ, Talysson Daniel Vieira; CRUZ, Tiago Alves da

Quanto maior a preocupação com o conforto físico ambiental aos alunos de uma instituição pública, maior será o ganho de transmissão de conhecimento absorvida, pois a sensação de bem estar eleva a capacidade preceptora das pessoas, aumentando dessa maneira sua produtividade, instituições de ensino superior são importantes na sociedade, pois têm como função: a transmissão, criação e desenvolvimento do saber e tecnologias. Alunos, professores e funcionários passam grande parte do seu cotidiano nesses locais, e diante disso torna-se imprescindível que as suas instalações possuam um bom conforto térmico e acústico. As pessoas passam cerca de 20% de suas vidas em salas de aula (países desenvolvidos), daí a preocupação do conforto ambiental como contribuição para o processo ensino-aprendizagem, melhorando as condições e organização do trabalho, pois “[...] projetos inadequados de salas de aula influem no desempenho e rendimento de professores e alunos.” (CASAS, 1999, Apud, DANTAS, 2003). Assim a presente pesquisa teve como objetivo examinar a referida instituição através de uma avaliação quantitativa e qualitativa do conforto ambiental nos espaços utilizados pelos alunos, de modo a avaliar o conforto térmico, luminoso e acústico das dependências, buscando certificar as condições necessárias para a ocupação humana, sem risco de causar danos à saúde das pessoas. Para tal, foi utilizada uma metodologia de caráter exploratório, baseada em avaliações quantitativas com aparelhos eletrônicos para medições de ruído, luminosidade e temperatura, com uma abordagem quantitativa, e também através da aplicação de questionários para verificar a satisfação dos usuários. Através das análises realizadas pela pesquisa, conclui-se que as condições de conforto físico ambiental da instituição são de boa qualidade. As avaliações quantitativas e avaliativas foram tabuladas em dados, em formato de relatórios de avaliações quantitativas, e tabulações de dados dos questionários aplicados aos alunos da faculdade, assim representando os resultados alcançados para melhor verificação das condições ambientais da FIPMoc, trazendo bons resultados que contribui na vivências dos alunos no período das aulas, somando para o ensino de qualidade. O objetivo maior da avaliação ambiental quanto à iluminação e ruído é proporcionar

melhor conforto e segurança aos alunos das FIPMoc, a fim de quantificar, avaliar e propor adaptações necessárias para enquadrar aos níveis aceitáveis pelas ABNT's NBR 10152 Níveis de ruído para conforto acústico e NBR 5413 Iluminância de interiores, assim melhorando a qualidade no ensino e eliminando insalubridades aos alunos nas dependências da faculdade, tendo como métodos de avaliações quantitativas com aparelhos eletrônicos e entrevistas em forma de questionários com todos os alunos da faculdade, potencializando o foco de avaliação em método quantitativo e qualitativo, englobando varias informações que será positiva para um resultado impar.

PALAVRAS-CHAVE: Conforto ambiental. Satisfação dos alunos. Instituição. ensino de qualidade.

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA: TIPOS, FUNÇÕES E FINALIDADES

SILVA, Francislene Soares¹; SILVA, Keyla Nunes da¹; SOARES, Francielle Pereira¹; SOUZA, Kelly Dayane Gomes¹; QUEIRÓZ, Ana Paula Ruas¹; TORRES, Vânia²

1 Discentes do curso de Pedagogia das FIPMoc; 2 Docente do curso de Pedagogia das FIPMoc

A avaliação é um instrumento que propicia os ajustes pedagógicos às características e necessidades dos alunos e permite determinar até que ponto as intenções educativas foram alcançadas, tendo em vista que ela possibilita a coleta de dados, a sua análise e conclusão e a tomada de decisões a partir dessa conclusão. O estudo propôs analisar os tipos, funções e finalidades da avaliação pedagógica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados em livros, revistas e artigos da Internet. A análise e interpretação dos dados foram feitas à luz da literatura pertinente ao assunto. Há três tipos de avaliação: diagnóstica ou inicial, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica ou inicial ocorre no início de uma nova etapa de aprendizagem, com a função de diagnóstico. Ela permite estabelecer se o aluno apresenta ou não os conhecimentos que são necessários para aprender algo novo, bem como identificar as causas das dificuldades de aprendizagem. Essa é uma prática que não só propicia informações ao professor para determinar o nível de profundidade de abordagem dos novos conteúdos, mas também possibilita aos alunos refletir e tomar consciência de suas dificuldades e da necessidade de superá-las. A avaliação formativa é realizada durante o processo de aprendizagem, com a função de regular a atuação pedagógica, possibilitando informar o aluno e professor sobre os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades e também verificar as deficiências no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, para corrigi-las. Essa avaliação centra-se mais nos procedimentos do que nos resultados e requer uma prática mais formal, com o uso de instrumentos sistemáticos, na medida em que se busca um ajuste progressivo da ajuda pedagógica às necessidades do aluno. A avaliação somativa é aplicada no final de cada etapa da aprendizagem, com a função de classificar. Esse tipo de avaliação propicia classificar o aluno segundo o nível de aproveitamento alcançado para comprovar se ele atingiu o nível exigido. A finalidade última dessa avaliação não deveria ser a conscientização do grau de êxito ou do fracasso do aluno, mas do controle do processo educacional. A função da avaliação somativa pode ser considerada simétrica à da avaliação diagnóstica, se seus resultados forem utilizados para saber se o nível de aprendizagem alcançado pelo aluno é suficiente para a abordagem de outros conteúdos relacionados com os primeiros. Essa avaliação deve respeitar os princípios de significatividade e funcionalidade da aprendizagem em detrimento da memorização mecânica. Conclui-se que, conforme a ótica adotada, as três avaliações são igualmente úteis como instrumento de controle e de ajuste da ação pedagógica. As informações coletadas em cada uma delas podem ser objeto de estudo para compreender o “funcionamento” do aluno frente as atividades propostas e para ajustar o processo didático.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação pedagógica. Tipos. Funções. Finalidades.

CAIXA SEPARADORA DE AGUA E ÓLEO: UM ESTUDO DA SUA EFICÁCIA NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO NORTE DE MINAS

SOUZA, Francisco Flaber Alves de ¹; BARBOSA, José Ricardo ¹; OLIVEIRA JUNIOR, Frederico Alvarenga de ² ; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc.

A problemática deste trabalho partiu com o crescimento da atividade de comércio de combustíveis na região Norte de Minas aliado a preocupação com os danos ambientais possíveis desta atividade. Entendendo que é necessário conhecer um dos seus equipamentos de proteção ambiental que é o separador de água e óleo. O objetivo deste estudo foi verificar a eficiência dos separadores destacando sua função e as consequências caso não esteja funcionando. A pesquisa foi realizada em 14 postos de

combustíveis, localizados no Norte de Minas, analisando os efluentes das caixas separadoras, sendo os parâmetros DBO, DQO, Ph, óleos e graxas, detergente, sólidos dissolvidos e sólidos suspensos, em períodos diferentes. O estudo teve uma abordagem quantitativa. Após os resultados das análises realizadas pode-se observar que a maioria dos parâmetros ficaram dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente. O único parâmetro que não atendeu em 100% foi o detergente. Os resultados coletados nos postos de gasolina apontaram para a importância dos separadores para impedir possíveis danos ambientais para a sociedade, vale ressaltar, que se faz necessário uma maior consciência dos proprietários de postos a respeito de uma gestão eficiente para às necessidades ambientais, melhor contribuindo para uma sociedade sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Caixa Separadora, Meio ambiente, Sustentabilidade.

CARACTERÍSTICAS DE UM LÍDER IMPRESCINDÍVEIS PARA A ATUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

ARAUJO, Loredan Rodrigues de¹; BISPO, Hygor de Araújo¹; SILVA, Fagner Richards da¹; SOUZ A, Tanísia Gusmão¹; XAVIER, Hudo Frederyck Mendes Oliveira¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²; PERES, Leandro Pimenta²

Um líder é alguém que busca com o exemplo guiar sua equipe para atingir os objetivos e metas propostas. Este estudo teve como objetivo identificar as características de liderança imprescindíveis a um administrador. Utilizou-se uma pesquisa quantitativa com uma abordagem descritiva. Como um instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado aplicado a 15 bacharéis de Administração de Empresas, escolhidos intencionalmente. Constatou-se na pesquisa que as características mais importantes para o líder são: inteligência emocional com 15,15%, três características obtiveram o mesmo percentual de 13,64%, são elas: líderes produzem grandes líderes; líderes delegam e sabem quando soltar; líderes reconhecem e aconselham os seus funcionários constantemente. Duas também obtiveram o mesmo percentual, 10,61% (líderes cometem erros e se responsabilizam por ele e líderes são autênticos e honestos); líderes conseguem ficar “neutros” e não externalizam seus problemas, 9,1%; 9,09% consideraram que os líderes têm um alto senso de propósito e, apenas 3,03% opinaram que os líderes têm níveis altos de paciência e compreensão. Houve 1,52% de brancos. concluiu-se que, uma parcela significativa dos respondentes entende ser de extrema importância liderar com inteligência emocional, pois essa característica é imprescindível para o líder que deseja, juntamente com sua equipe, atingir os objetivos da organização.

PALAVRAS-CHAVE: Líder. Características. Administrador de empresas

CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE MARKETING NAS ORGANIZAÇÕES

MEIRA, Ederson¹; JUNIOR, Getulio¹; RAMOS, Luís Guilherme Ruas Dias¹; JUNIOR, Nelson Alves¹; PEREIRA, Rodrigo¹; DIAS, Hélen Janine Miranda²; REGO, Thaís C. Figueiredo³.

¹Discente do curso de Administração das FIPMoc; ²Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; ³Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc.

“Gerentes de marketing procuram influenciar o nível, a velocidade e a composição da demanda para alcançar os objetivos da organização” (KOTLER, 2000, p.27), por isso precisam de uma formação holística que acompanhe as exigências dos clientes e do mercado. Objetivou-se identificar as características de um gestor de marketing nas organizações empresariais. Esse estudo caracterizou-se como quantitativo e descritivo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se um questionário estruturado, a 15 bacharéis de administração de empresas, escolhidos intencionalmente. Os respondentes consideraram como principais características de um gestor de marketing: o ESPÍRITO CRÍTICO E ANALÍTICO para formular alternativas de soluções adequadas à realidade de mercado das organizações (23,26%) seguido da FORMAÇÃO PRÁTICA e consciência da necessidade de busca de atualização permanente sobre os conteúdos de Marketing (20,93%) e da FORMAÇÃO CONCEITUAL adquirida na sua academia (16,28). Além disso, consideraram como menos relevante a capacidade de GERENCIAR CONFLITOS de interesses dentro da empresa (4,0%). As demais características foram assim consideradas: ACOMPANHAR AS MUDANÇAS no ambiente em que a empresa está inserida, 13, 95%; COMPREENDER A INFLUÊNCIA DA LOGÍSTICA e da distribuição em uma estratégia de marketing, 6,98%; COMPREENDER O PAPEL DA ECONOMIA, dos custos e da formação de preços dentro de uma organização, 9,30%; e, COMPREENDER OS PRINCÍPIOS ÉTICOS que regem a profissão, 5,03%. A partir dessa pesquisa podemos concluir que mais importante que a teoria é a experiência e a capacidade de raciocínio analítico que permite selecionar das

diversas informações disponíveis aquelas mais importantes posicionando-se criticamente. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da amostra para que os resultados possam ser generalizados a toda população.

PALAVRAS-CHAVE: Gestor de marketing. Competências. Características do profissional de marketing.

REFERÊNCIA:

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE LAJES DE ISOPOR NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG

MENDES, Cássio Alessandro¹; SOUZA, Rafael Camilo Lima¹; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc.

A utilização de lajes treliçadas com enchimento de poliestireno expandido (EPS), que é conhecido como isopor, tem ocupado um lugar destaque entre os métodos aplicados em obras de edifícios no Brasil, desde meados da década de 90. O objetivo dessa pesquisa foi demonstrar o uso do EPS em obras de edificações na cidade de Montes Claros-MG. Para tanto foi realizada um levantamento de campo onde aplicou-se questionários em 30 obras em fase de acabamento na referida cidade, aos responsáveis pelo acompanhamento (engenheiros civis, mestres de obras, Projetistas etc.), com intuito de verificar o uso da tecnologia em suas lajes. Dentre as empresas entrevistadas 88% estão utilizando o EPS como preenchimento dos vazios em suas lajes, sendo 60% residencial, 16,7 % Comercial, 20 % Mistas e 3,4% Industrial. Isto demonstrou a aceitabilidade dos agentes envolvidos no setor construtivo na cidade foco deste estudo, que estão substituindo a lajota cerâmica e outros materiais convencionalmente utilizados nesse setor pelo EPS. Concluiu-se que o EPS vem se destacando no ramo da construção civil, mas com o desenvolvimento de sistemas construtivos modernos a sua adoção foi intensificada, especialmente, pela leveza do material, redução de cargas estruturais, facilidade de transporte e manuseio, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Poliestireno expandido. EPS. Isopor. Construção civil.

CARACTERIZAÇÃO DE MULHERES CLIMATÉRICAS COM DIABETES MELLITUS TIPO II QUANTO AO COMPORTAMENTO DE AUTOCUIDADO

VIEIRA, Débora Ribeiro^{1,5}; FREITAS, Ronilson Ferreira^{2,5}; GOMES, Guilherme Veloso³; REIS, Vivianne Margareth Chaves Pereira⁴; ROCHA, Josiane Santos Brant Rocha⁴

¹Graduanda em Medicina pelas FIPMoc; ²Especialização em andamento em Farmacologia e Toxicologia; Clínica pelas FIPMoc; ³Graduando em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais – FCMMG; ⁴Docentes das FIPMoc; ⁵Membros da Liga Acadêmica de Medicina Legal e Perícias Médicas - LAMELP/FIPMoc

Nos últimos anos, devido à crescente urbanização e consequente alteração no estilo de vida, o número de pessoas portadoras de Diabetes Mellitus Tipo II tem aumentado significativamente, sendo mais frequente após os 40 anos de idade, com o maior pico em torno dos 60 anos, assim, uma das classes que se predispõe a ser acometida pelo DM Tipo II são mulheres climatéricas, em decorrência da faixa etária. Buscou-se caracterizar mulheres climatéricas portadoras de Diabetes Mellitus (DM) Tipo II, assistidas por Unidades Básicas de Saúde de Montes Claros, quanto ao comportamento de autocuidado. Trata-se de um estudo quantitativo, do tipo transversal, realizado com uma amostra de 96 mulheres climatéricas, com idade entre 40 e 65 anos, que concordaram em participar do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi avaliado o perfil sócio demográfico, clínico, antropométrico e a avaliação de autocuidado para o DM Tipo II. Para caracterizar o universo amostral, foi realizada uma análise descritiva através de frequência e porcentagem, e para a análise da aderência aos itens do questionário de autocuidado foram parametrizados em dias por semana, de zero a sete, sendo zero a situação menos desejável e sete a mais favorável. A pesquisa seguiu todos os critérios estabelecidos pela Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros sob parecer 038757/2012. Observou-se maior prevalência de indivíduos com idade entre 59 a 65 anos (56,2%), de cor da pele parda (49,0%), com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (53,1%), não praticantes de atividade física (54,2%), não fumantes (83,3%) e hipertensas (70,8%). Em relação ao índice de massa corporal (IMC) houve prevalência do sobrepeso (37,5%), e quanto à circunferência abdominal (CA), a maioria (49,0%) apresentou risco muito aumentado para doenças

cardiovasculares e hipertensão arterial sistêmica. Quanto à avaliação de autocuidado, houve pouca aderência das mulheres para os itens 'avaliou açúcar do sangue o número de vezes que o médico recomendou' ($1,47 \pm 2,13$), 'avaliou açúcar do sangue' ($1,92 \pm 2,36$) e 'realizou atividades físicas' ($1,66 \pm 2,27$) e os maiores itens de aderência foram para 'tomou os medicamentos do diabetes corretamente' ($5,87 \pm 2,33$) e 'dieta saudável' ($5,18 \pm 2,18$). A capacidade de autocuidado das mulheres portadoras de DM Tipo II apresentaram médias que estão acima do preconizado para um indivíduo saudável, este resultado está vinculado a fatores múltiplos, que merecem atenção dos profissionais de saúde quanto à proposição de programas de promoção de saúde no que tange a educação da população geral.

PALAVRAS-CHAVE: Climatério. Comportamento de Autocuidado. Diabetes Mellitus Tipo II.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DO BIODIESEL DERIVADO DO ÓLEO DE FRANGO

CALDEIRA, Clésio Robert Almeida¹; ALMEIDA, Jésus Ricardo de Faria¹; RIBEIRO, Alexandre¹; PONCIANO, Ana Carolina Leite¹; SILVA, Edvaldo Cardoso da¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta; Gonçalves², AGUIAR, Maria Clara Santana³.

¹Discente em Engenharia de Energias Renováveis, FIPMoc ²Doutoranda em Biocombustíveis, Professora; das FIPMoc; ³Monitora de Química Geral das FIPMoc

Alguns resíduos alimentares podem ser utilizados na produção de biodiesel, com destaque para a gordura de frango. Ao se utilizar esta fonte, obtém-se um produto sustentável e renovável. Para confirmar a formação e avaliar a qualidade do biodiesel obtido faz-se necessário a caracterização físico-química. Dessa forma, neste estudo foram realizadas análises por cromatografia em camada delgada e testes de combustão. Para produção do biocombustível, reação de transesterificação foi realizada com 100mL de óleo de frango (aquecido a 40° C) com adição de 33 mL de álcool etílico e 1g de hidróxido de sódio. O sistema foi mantido sob agitação e aquecimento durante 30 minutos, sem que a temperatura ultrapasse 50°C. O produto obtido foi submetido a cromatografia em camada delgada, utilizando fase móvel 30:70 (v/v) de hexano/isopropanol e revelação com vapor de iodo. Também foram realizados testes de combustão submetendo as amostras a aquecimento. As análises cromatográficas do produto em comparação com o óleo demonstraram que ocorreu de fato, a formação de biodiesel, pois este apresentou maior interação com a fase móvel e, conseqüentemente, maior eluição. Estes resultados foram confirmados pelo teste de combustão, uma vez que o produto gerado na reação de transesterificação entrou em combustão e manteve-a por mais tempo que o óleo. Com base nos resultados obtidos pode-se concluir que o biodiesel de óleo de frango foi formado e apresentou boa estabilidade térmica, permitindo que seja usado em altas temperaturas.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiesel. Transesterificação. Óleo de frango.

CARDIOMIOPATIA PERIPARTO: RELATO DE CASO

GANDRA, Sarah Francelli Alves¹; AMARIZ, Álcio Antunes¹; CARNEIRO, Renata de Carvalho Bicalho²; RAMOS, Adneslane Loiola Castelo Branco²; PIMENTA, Henderson Barbosa²; ARAÚJO, Rita de Cássia Oliveira²; MALVEIRA, Rodrigo Anderson Lopes³.

1. Discentes das FIPMoc; 2. Docente das FIPMoc; 3. Residente de hemodinâmica no Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo.

A cardiomiopatia periparto (CMPP) é uma forma de cardiomiopatia dilatada, caracterizada pelo desenvolvimento de insuficiência cardíaca sistólica no período entre o último mês da gravidez e os cinco meses pós-parto. A incidência estimada varia entre 1/1.300 a 1/15.000 gestações. O diagnóstico é confirmado pelo ecocardiograma, que mostra objetivamente a presença de disfunção ventricular esquerda. Sua etiologia é desconhecida e o diagnóstico é muitas vezes tardio pela confusão com sintomas semelhantes aos de gestantes e puérperas saudáveis, tendo como consequência o atraso no início do tratamento e uma alta taxa de mortalidade. Objetivou-se relatar o caso de uma paciente portadora de CMPP que foi a óbito. Caso clínico: EFS, feminina, 20 anos, negra, G1P1A0, natural e procedente de Buritizeiro - Minas Gerais, casada, doméstica, iniciou com dor em membros inferiores (MMII), agravada aos movimentos. A paciente encontrava-se no 10º dia de puerpério e apresentou gestação e parto vaginal sem intercorrências. Trinta dias após o início do quadro, procurou atendimento médico pela piora da dor e edema dos MMII. Relatava também dor torácica ventilatório – dependente, dispnéia aos pequenos esforços, fadiga e dor abdominal difusa. Negava febre ou tosse. Negava etilismo e tabagismo. A paciente não possuía comorbidades prévias e não fazia uso de nenhuma medicação durante a gestação e nem antes da mesma. Ao exame físico apresentava-se hipocorada, taquipnéica e afebril; Sat O2 92%,

PA:100/80mmHg, frequência cardíaca de 108bpm, ritmo cardíaco irregular e ausculta pulmonar com estertores crepitantes em bases e diminuição do murmúrio vesicular fisiológico ;edema em MMII (2+/4+). Fígado palpável a 4cm do rebordo costal.Jugulares túrgidas.Foram realizados exames complementares: Eletrocardiograma (ECG): Taquicardia sinusal, bloqueio de ramo direito e extrassístoles isoladas. Raio X de tórax:Evidenciando aumento da área cardíaca e derrame pleural bilateral.Exames laboratoriais:tempo de atividade da protrombina (TAP) 39s; tempo de tromboplastina parcial ativada 102s; RNI 4,66; Hemácias 3,5 ; Hemoglobina 10,2g/dl ;Hematocrito 30,60% ; Global de leucócitos 8,700 mm³ ;Plaquetas 90,000 mm³ ;Bilirrubina total 1,40mg/dl ;Bilirrubina direta 0,80mg/dl ;Bilirrubina indireta 0,60mg/dl ; Creatinina 1,20mg/dl ;Fosfatase alcalina 111u/l ;Transaminase glutâmico pirúvica 34u/l ;ureia 56mg/dl ; Glicose 147mg/dl ;Potássio 5,4meq/l ;Sódio 136meq/l ; Cloretos 120meq/l ;Magnésio 2,70mg/dl ; Cálcio 8,5mg/dl ; Lactato 42mg/dl ;pH 7,23 ;PCO2 24mmhg ; PO2 273mmhg ;HCO3 10mmol/l ;SBE - 16mmol/l.Paciente evoluiu com queda do estado geral, febre, sonolência e insuficiência respiratória aguda necessitando de ventilação mecânica posteriormente foi encaminhada para Unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital Doutor José Magalhães Freire na cidade de Pirapora-MG .Foi iniciado tratamento com enoxaparina 40mg/dia, furosemida 20mg/dia, dormonid, fentanil, noradrenalina, dobutamina , hidrocortisona 200mg/dia. Antibioticoterapia com 1g amoxicilina/200 mg clavulanato de potássio que em seguida foi substituído por tazocin 4g de 8/8h. Após dois dias na UTI a paciente evoluiu para óbito. A MCPP é uma doença característica da idade fértil da mulher, de etiologia a esclarecer e rara, o que dificulta a sua investigação. A colaboração de cardiologistas e obstetras é fundamental para atuação diagnóstica e terapêutica apropriada. A existência de registros desta entidade poderá ser um passo útil para melhor compreensão da sua etiopatogenia e evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Cardiomiopatia periparto. Insuficiência cardíaca. Gravidez de alto risco.

REFERÊNCIAS

URBANETZ AA; CARRARO EA; KALACHE LF; KALACHE PF; LOBO PHF; GERMINIANI H.et al. Cardiomiopatia periparto. **FEMINA**. 2009 Jan; 37(1).

SLIWA K; HILFIKER-KLEINER D; PETRIE MC et al. Current state of knowledge on aetiology, diagnosis, management, and therapy of peripartum cardiomyopathy: a position statement from the Heart Failure Association of the European Society of Cardiology Working Group on peripartum cardiomyopathy. *Eur J Heart Fail*. 2010 Aug; 12(8):767-78.

CAUSAS PRÉ, PERI E PÓS-NATAIS EM CRIANÇAS PORTADORAS DE PARALISIA CEREBRAL

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²
1Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; 2Docente das FIPMoc

A paralisia cerebral (PC) é classificada de acordo com o período da vida em que ela surge. A origem para as causas do seu desenvolvimento podem ocorrer no período pré-natal, perinatal ou pós-natal (PEREIRA *et al.*, 2011). As infecções virais, anóxia intra-uterina, toxemias gravídicas e radiação, são as principais causas do período pré-natal (10-15%). As causas originadas no período perinatal (65-75%) acontecem por anóxia cerebral, prematuridade, traumatismo cerebral e hiperbilirrubinemia. Aquelas de natureza pós-natal (10-15%) decorrem de traumatismo craniano, meningite e hidrocefalia (COSTA *et al.*,2007). Objetivou-se identificar as causas pré, peri e pós-natais em crianças portadoras de paralisia cerebral nas clínicas de Montes Claros. Esse estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva e transversal, realizada com portadores de paralisia cerebral atendidos em clínicas de fisioterapia de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliadas 13 crianças. A coleta de dados foi realizada com fisioterapeutas através de um questionário. Dos 13 fisioterapeutas entrevistados, 7 relataram que a maior prevalência de paralisia cerebral ocorreu no período perinatal, seguido do período pós-natal (4 fisioterapeutas) e pelo pré-natal, citado por 3 fisioterapeutas (destacando que alguns responderam mais de uma alternativa na questão). Concluímos que as causas ocorrem com mais frequência no período perinatal. É importante salientar o papel da prevenção dos fatores etiológicos, principalmente no período perinatal, que possui como causas: anóxia cerebral, prematuridade, traumatismo cerebral e hiperbilirrubinemia.

PALAVRAS-CHAVE: Causas. Crianças. Paralisia cerebral.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. H. P., COSTA, M. A. B. T., PEREIRA, M. F. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes com Paralisia Cerebral assistidos em um centro de odontologia do Distrito Federal. **Comun. Ciências Saúde**. v.18, n.2, p.129-139, 2007.

PEREIRA, L. M. F. *et al.* Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário. **Fisioter. mov.** v.24, n.2, p.299-306, 2011.

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – COMO DECIDE O STF

ARAÚJO, Gracia Rodrigues*, COSTA, DINIZ, Marília Miranda*, JÚNIOR, Jovino Pereira de Brito*, LÉLIS, Camila Dias*, PEREIRA, Neli Raquel Alves*, RAMOS, Cláudia Márcia Ruas Dias*; SILVA, Leandro Luciano **.

*Discentes das FIPMoc; ** Doutorando FAE/UFMG- Procuradoria/ UNIMONTES – Docente Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIP-Moc.

A colisão de Direitos Fundamentais é um tema que tem ganhado destaque tanto nas discussões doutrinárias quanto nas jurisprudenciais. Estudiosos e operadores do direito, quando se deparam com uma situação típica de colisão de direitos, buscam uma forma equilibrada de proteger interesse maior. Esta situação só pode ser verificada em caso concreto, uma vez que este conflito decorre justamente da falta de caráter absoluto destes direitos, não havendo hierarquia ou prevalência entre eles, confirmando que de fato a relatividade é uma de suas características marcantes. O objetivo deste trabalho é analisar como o Supremo Tribunal Federal - STF se posiciona em relação às questões que envolvem a colisão de direitos fundamentais. Para atender ao propósito do presente trabalho foram pesquisados no sítio oficial do STF acórdãos relacionados ao tema publicados no período de 01/01/2010 a 31/12/2012, utilizando como critério de busca os termos Colisão e Direitos Fundamentais. Dos acórdãos analisados observou-se que o STF adota o princípio da proporcionalidade. Chamado a decidir uma questão de colisão de direitos fundamentais, o equilíbrio e coerência apontam para o princípio da proporcionalidade, não em seu sentido matemático, mas no conceito de equilíbrio da decisão para os envolvidos, a relevância no cenário jurídico e as consequências para demandas futuras semelhantes. Entretanto, em uma decisão dentre as analisadas, o STF decidiu de forma diferente, quando na Arguição de Descumprimento de Princípios Fundamentais – ADPF-54, a decisão proferida no sentido de assegurar o direito de livre exercício da profissão dos profissionais da saúde e o direito de escolha da gestante em seguir ou não com a gestação em se tratando da gestação de feto anencéfalo. Observa-se que nesta discussão a colisão entre o exercício profissional, a liberdade de disposição da gestante e o direito à vida é latente, ponderando o STF pelas as duas primeiras situações em detrimento do direito à vida, o que de forma clara e objetiva, evidencia ainda mais o caráter relativo de todo e qualquer Direito Fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais. Colisão. Princípio da proporcionalidade. ADPF-54.

COMPARAÇÃO DO AUTOCUIDADO EM MULHERES PRÉ E PÓS-MENOPAUSADAS PORTADORAS DE DIABETES MELLITUS TIPO II

GOMES, Guilherme Velloso¹; VIEIRA, Débora Ribeiro^{2,5}; GOMES, Alana Andrade^{2,5}; MAIA, Natália Borges²; CORRÊA, Ana Paula Moraes²; FREITAS, Ronilson Ferreira^{3,5}; ROCHA, Josiane Santos Brant Rocha⁴

¹Graduando em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais – FCMMG; ²Graduandos em Medicina pelas FIPMoc; ³Especialização em andamento em Farmacologia e Toxicologia Clínica pelas FIPMoc; ⁴Docente das FIPMoc; ⁵Membros da Liga Acadêmica de Medicina Legal e Perícias Médicas - LAMELP/FIPMoc

Durante o climatério é possível afirmar que o hipoestrogenismo está diretamente relacionado a sintomas que comprometem a qualidade de vida. Neste período as mulheres apresentam uma maior tendência ao ganho de peso o que está intimamente relacionado a outros problemas como desenvolvimento de Diabetes Mellitus Tipo II, que é definido como uma doença crônica caracterizada pela deficiência na produção de insulina pelo pâncreas, pela resistência periférica por mau funcionamento dos receptores das membranas celulares ou pelo aumento da produção hepática de glicose, resultando em hiperglicemia. Objetivou-se Comparar o comportamento de autocuidado em mulheres pré e pós-menopausadas diagnosticadas com Diabetes Mellitus Tipo II. Trata-se de um estudo quantitativo, do tipo transversal, realizado com uma amostra de 168 mulheres climatéricas, com idade entre 40 e 65 anos, que concordaram em participar do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi avaliado o perfil sócio-demográfico, clínico, antropométrico e a avaliação de autocuidado para o DM Tipo II. Para

caracterizar o universo amostral, foi realizada uma análise descritiva através de frequência e porcentagem, e para a análise da aderência aos itens do questionário de autocuidado foram parametrizados em dias por semana, de zero a sete, sendo zero a situação menos desejável e sete a mais favorável. Para a comparação entre o autocuidado e o estado menopausal foi usado o teste T de Student, com nível de significância ($p < 0,05$). A pesquisa seguiu todos os critérios estabelecidos pela Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros sob parecer 038757/2012. A maioria das mulheres pesquisadas não exercem atividade remunerada (69,7%) e 68,4% das mulheres da amostra possuem companheiro fixo. Houve prevalência de hipertensas (61,9%), 71,5% não apresentavam doenças prévias e a maioria era não tabagista (82,7%). Na avaliação do Índice de Massa Corporal (IMC), 40,0% estavam com sobrepeso e 26,1% estavam obesas. Em relação à Circunferência Abdominal (CA), 47,7% estavam com medidas superiores a 88 cm, apresentando risco muito aumentado para doenças cardiovasculares. Na comparação do autocuidado com estado menopausal, houve resultado significativo no item alimentação saudável ($p = 0,01$), uso de medicamentos regularmente ($p = 0,04$) e examinou os pés ($p = 0,01$), destacando a maior adesão por parte das mulheres pós-menopáusicas. As mulheres pré e pós-menopausadas no geral possuem o mesmo nível de autocuidado, porém, isoladamente, o grupo de mulheres pós-menopáusicas se sobressai quanto ao autocuidado em determinadas variáveis. Por conta dos resultados inferiores ao desejável, é imprescindível que sejam estudados novos métodos e ações para o incentivo à prática do autocuidado buscando a melhoria do comportamento das mulheres frente a essa patologia.

PALAVRAS-CHAVE: Climatério. Autocuidado. Diabetes Mellitus.

COMPARAÇÃO DO TEOR DE CLORETOS EM AMOSTRAS DE ÁGUA MINERAL ORIGINÁRIAS DE MINAS GERAIS E GOIÁS

SANTANA, Andréia Ribeiro¹; MARTINS, Daniel Alonso de Souza¹; EVANGELISTA, Gabriel Marinho Caires¹; ALVES, Matheus Henrique Rodrigues¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves²; AGUIAR, Maria Clara Santana³

¹Discente em Engenharia de Minas FIPMoc ²Mestre em Química Analítica, Professora das FIPMoc;

³Monitora de Química Analítica das FIPMoc

No mundo contemporâneo, observou-se aumento na expectativa de vida devido à adoção de práticas para promoção da saúde, como realização de exercícios e aumento do consumo de alimentos saudáveis, dentre esses está a água mineral. O consumo de água é incentivado e estimulado em todas as faixas etárias, pois hidrata e mantém o equilíbrio homeostático. Entretanto, busca-se um consumo de águas com qualidades tangíveis e algumas marcas se posicionam no mercado como mais puras e / ou mais leves. Desta forma, devido a necessidade verificar e comparar a qualidade da água, objetivou-se com este estudo analisar a amostras de água de Minas Gerais e Goiás comercializadas na região do Norte Minas. Foram analisados três lotes da água mineral de Minas Gerais e cinco lotes da água mineral de Goiás. Realizou-se análise do teor de cloretos aplicando-se o método de Mohr, pela titulação com nitrato de prata. O nível de cloro encontrado nos lotes da água mineral proveniente de Minas Gerais foram os mesmos: 0,25 mg L⁻¹, inferior ao encontrado no rótulo (0,54 mg L⁻¹) e ao indicado pela Anvisa (0,5 mg L⁻¹). Resultado semelhante também foi obtido para amostras oriundas de Goiás, porém estas apresentaram teores maiores duas a seis vezes que ao indicado pela ANVISA. Estes dados demonstram a necessidade de inserção ou avaliação do programa de qualidade da empresa responsável pela análise da água, além de maior fiscalização pelos órgãos regionais responsáveis pela liberação deste produto para proporcionar uma água de maior qualidade aos consumidores.

PALAVRAS-CHAVE: Água mineral. Cloretos. Qualidade.

COMPROMETIMENTO MOTOR EM PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; SANTOS, Daniely Bruna Rodrigues²; SANTOS, Elinéia Ferreira²; SANTOS, Gabriela Argolo²; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira³

¹Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; ² Discentes de Fisioterapia das FIPMoc; ³Docente das FIPMoc

A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio que ocasiona lesões encefálicas e que atinge principalmente o desenvolvimento motor (CAMPOS & SANTOS, 2009). Dependendo da localização e da extensão do comprometimento, manifesta-se a monoplegia, hemiplegia, diplegia, triplegia ou quadriplegia. Nas formas espásticas, encontram-se hipertonia muscular extensora e adutora dos membros inferiores

(ROTTA, 2002). Objetivou-se Identificar o tipo de comprometimento motor mais prevalente em pacientes atendidos nas clínicas de Fisioterapia de Montes Claros. Caracterizou-se como pesquisa descritiva e transversal, realizada com portadores de paralisia cerebral atendidos em clínicas de fisioterapia de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliadas 13 crianças. A coleta de dados foi realizada com fisioterapeutas através de um questionário. Dos 13 fisioterapeutas entrevistados, 7 relataram que a quadriplegia foi o comprometimento mais frequente, seguido pela hemiplegia (4 fisioterapeutas) e pela diplegia citada por 3 fisioterapeutas (destacando-se que alguns entrevistados responderam mais de uma alternativa). Concluímos que a maioria das crianças são quadriplégica. O tratamento fisioterapêutico é muito importante, pois busca através do conhecimento do indivíduo, das suas necessidades e limitações, oferecer bem-estar e uma melhor qualidade de vida ao paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Comprometimento motor. Portadores. Paralisia cerebral.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. C., SANTOS, M. G. Sentimentos vivenciados por fisioterapeutas no atendimento a pessoas com paralisia cerebral. **Psico-USF**. v.14, n.2, 2009.

ROTTA, N. T. Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas. **Jornal de pediatria**. v. 78, supl.1, 2002.

CONCEPÇÃO DA POPULAÇÃO MONTES-CLARENSE ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS DOS FREQUENTADORES DA PRAÇA DR.CARLOS, MONTES CLAROS-MG

LAGE, Alessandra¹; RIBEIRO, Gabriela Lorrane Alves¹; FERRO, Karoline Marinho¹; ALENCAR, Melline ¹; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes; TORRES, Vânia².
¹Discentes do curso de Direito das FIPMoc; Docentes FIPMoc²

Os direitos humanos são direitos inerentes à todo indivíduo. A presente pesquisa propôs analisar o conhecimento referente aos direitos humanos, tendo como amostra a população frequentadora da Praça Doutor Carlos, em Montes Claros-MG. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, a amostra foi composta por 681 pessoas de faixa etária de 18 anos a 80 anos. Utilizou-se da pesquisa de campo. O formulário estruturado com 8 perguntas foi aplicado como instrumento de coleta de dados e a mensuração da coleta de dados foi efetuada com a tabulação de dados colhidos. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se uma análise entre os dados obtidos e a literatura. A maioria da população apresentou baixo índice de conhecimento dos seus direitos humanos e pouca confiabilidade no cidadão montesclarenses e brasileiro. Conclui-se através deste estudo que os cidadãos montesclarenses têm pouco conhecimento acerca dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Direitos humanos. Cidadãos. Montes-clarenses.

CONHECIMENTO DOS CIDADÃOS MONTES-CLARENSES ACERCA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

MIRANDA, Lara Pereira Matos¹; TORRES, Maria Clara Ferreira¹;
CATRINK, Caroline Guimarães¹; SANTOS, Dayanne Alkimim Pacheco¹; TEIXEIRA, Regina Célia
Fernandes; TORRES, Vânia².
¹Discentes do curso de Direito das FIPMoc; Docentes FIPMoc²

Direitos Fundamentais são direitos dos cidadãos, que têm como finalidade garantir a dignidade da pessoa humana. São esses direitos constitucionais e encontram-se no campo do Direito positivo. A efetividade dos direitos fundamentais está diretamente ligada ao Estado, uma vez que é ele o principal garantidor desses direitos e deve fornecer meios para a segurança e proteção dos mesmos. O estudo propôs conhecer a percepção dos cidadãos montes-clarenses acerca de seus direitos. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. A amostra foi composta de 678 cidadãos de acima de 18 anos. Para a coleta de dados, aplicou-se um formulário estruturado. Após pesquisa, os dados foram interpretados e analisados à luz da literatura. Verificou-se que a maioria dos entrevistados (72,27%) conhecem seus direitos, 27,73% não conhecem. 44,99% sabem o que fazer ao ver seu direito violado, 28,91% sabem em parte, 22,57% não sabem e 3,54% não souberam responder. Conclui-se que a população montes-clarense conhece seus direitos, porém, uma grande parcela, não sabe o que fazer para garanti-los. Oferecer aos cidadãos orientações sobre como proceder para fazer valer seus direitos, pode ajudá-los a exercer sua cidadania de maneira mais consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Direitos fundamentais. Cidadãos montes-clarenses.

CONHECIMENTOS DOS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO ACERCA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO DE MINAS

CORREIA, Gabriel Dias¹; FREITAS, Rebeca Alves Leal de¹; SILVA, Jonas Sena¹; TÉRCIO, Victor Hugo Ramos¹; OLIVEIRA, Ani Ludmila Rodrigues de¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo.

¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc. ²Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc

O profissional engenheiro de minas é o especialista que faz estudos e pesquisas sobre reservas minerais e de combustíveis fósseis. Identifica a composição dos minérios, o tipo de solo das reservas, a quantidade de minérios, a localização e extensão da mina. Supervisiona atividades de campo tais como perfuração, escavação manual ou mecânica, carregamento, transporte, lavagem e embarque de minérios. Responsabiliza-se pela segurança na mineração, além de verificar a viabilidade econômica da mina. (MOTA, 2007). Objetivou-se verificar os conhecimentos de concluintes do Ensino Médio da cidade de Montes Claros acerca da Engenharia de Minas. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário estruturado a 263 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de 07 escolas particulares da cidade de Montes Claros que têm intenção de frequentar um curso superior de engenharia, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que 66,54% dos alunos sabem que o engenheiro de minas pode atuar em todo o mundo, enquanto os outros 33,46% responderam poderia ser apenas no estado de Minas Gerais, Brasil ou na América Latina. Na questão sobre a opinião dos alunos acerca das atribuições do engenheiro de minas 25,86% responderam que estão relacionadas à pesquisa, lavra e beneficiamento de minérios, o que corresponde à alternativa correta; 42,59% atribuíram de forma errônea marcando a alternativa “exploração, tratamento e comercialização de minérios” como atribuições do engenheiro de minas que não é responsável por estes serviços, o que demonstra falta de conhecimento desses alunos sobre essa profissão. Isso pode ser constatado também em outra questão em que 42,59%, dos alunos consideram o seu conhecimento sobre o curso razoável e 19,77% não sabem nada acerca do curso. Quando perguntados se fariam o curso de Engenharia de Minas, 35,74% dos alunos responderam que talvez, pois não teriam informações suficientes sobre o curso; em contrapartida 31,94%, dos alunos responderam que sim, pois consideram que o mercado de trabalho para o engenheiro de minas está em alta; 11,79%, fariam o curso pelo fato do engenheiro de minas poder atuar em diversas áreas; 10,27%, não souberam opinar e 10,26%, não fariam o curso por acreditarem que não possui um bom mercado de trabalho ou pela atuação do profissional ser muito restrita. Concluiu-se que boa parcela dos alunos sabe sobre a atuação do engenheiro de minas, apesar de conceituarem o conhecimento sobre o curso como razoável ou associar sua atuação a áreas de outros de profissionais como comércio e geologia. Observando, assim, uma considerável indecisão em relação a escolha deste curso.

PALAVRAS-CHAVE: Concluintes do ensino médio. Engenharia de Minas. Atuação do engenheiro de minas

REFERÊNCIA:

MOTA, Miran. **Engenharia de Minas: Profissão, Carreira e Informações Gerais**. 2007. p. 1. Disponível em: <http://www.guiadacarreira.com.br/artigos/profissao/engenharia-de-minas/> Acesso em: 01 ago. 2013

CONTRIBUIÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA LEGAL E PERÍCIAS MÉDICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL MÉDICO

GOMES, Alana Andrade^{1,5}; SANTIAGO, Marcelo Coutinho^{1,5}; VIEIRA, Débora Ribeiro^{1,5}; SILVA, Rennato Miranda Fernandes^{1,5}; FREITAS, Ronilson Ferreira^{2,5}; SANTOS, Max Rogério Vieira dos³; BICALHO, Marlon Xavier Oliva⁴

¹Graduandos em Medicina pelas FIPMoc; ²Especialização em andamento em Farmacologia e Toxicologia Clínica pelas FIPMoc; ³Docente das FIPMoc; ⁴Docente das Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE; ⁵Membros da Liga Acadêmica de Medicina Legal e Perícias Médicas - LAMELP/FIPMoc

A liga acadêmica é um espaço dinâmico de atuação pró-ativa formada a partir da parceria entre discentes e docentes que juntos desenvolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento. A formação de ligas acadêmicas, como uma iniciativa estudantil, tem como foco a promoção de novos conhecimentos científicos, além de agregar valores à formação acadêmica, incentivando a prática de atividades extra-curriculares que favorece a aquisição de novas habilidades e o trabalho em equipe. Objetivou-se discutir a contribuição da Liga Acadêmica de Medicina Legal e Perícias

Médicas para a formação do profissional médico. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. O estudo incluiu livros na área de medicina legal e perícias médicas, bem como artigos de revisão e originais que discutiam o assunto em foco. Os principais assuntos do presente estudo referem-se ao conceito de Ligas Acadêmicas, bem como a sua finalidade, além de discorrer sobre a importância da medicina legal e das perícias médicas para a formação médica. A Liga de Medicina Legal e Perícias Médicas - LAMELP incorpora um conhecimento de grande valor à formação acadêmica, haja vista que a aplicabilidade de suas competências, não raro, é uma necessidade imediata do profissional médico, e o desconhecimento na área não o sujeita, sob amparo legal, à recusa de sua obrigatoriedade. Para os médicos bastam conhecimentos básicos, burocráticos e doutrinários, que serão úteis ao exercício de sua profissão e que, entretanto, não são incluídos na grade curricular do curso de medicina de muitas instituições de ensino. A LAMELP investe em conhecimento teórico-prático com tradicionais aulas teóricas, apreciação e análise de casos jurídicos à luz da medicina, estágios extra-curriculares no Instituto Médico Legal, onde os membros acompanham a realização de autópsias e laudos médicos, jornadas científicas, simpósios, projetos de pesquisa e extensão e fóruns de discussões internas dos membros da liga. É de valia incontestável ao acadêmico e futuro profissional médico conhecer intimamente o código de ética médica, o exercício da medicina frente à legalidade, o preenchimento adequado de documentos, inclusive para próprio resguardo a processos jurídicos, estar apto a exercer encargo de nomeado perito, aplicável a qualquer graduado em medicina. A LAMELP, constituída sobre os conhecimentos básicos do curso médico aliados aos do direito, auxilia nas leis e no cumprimento das mesmas. Sua importância se dá por possibilitar a melhor compreensão de documentos médico-legais, da identificação de causas suspeitas de morte, de uma visão mais técnica da origem, consequência e resultado de determinados fatos, que em casos de investigação, esclarecimentos e exames periciais são importantes à efetivação da justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Liga Acadêmica. Medicina Legal. Perícias Médicas. Formação Profissional.

CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC PARA O ACESSO À JUSTIÇA

GARCIA, Ana Amélia Paulino¹; FREITAS, Claudio Roberto de Jesus; ALMEIDA, Igor Martins¹; SANTOS, Ketherin Hillary Oliveira¹; DURÃES, Pedro Emílio¹; DUARTE, Sueli Oliveira¹; SANTANA, Víctor Freire¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita²; TORRES, Vânia³

¹ Discentes das FIPMoc; ² Docente do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e Coordenadora e docente do curso de Direito das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc; ³ Docente das FIPMoc

O acesso à Justiça é um princípio fundamental para a existência de uma sociedade Democrática de Direito e está garantido na Constituição Federal de 1988, possibilitando a todos os cidadãos reivindicar e exercer seus direitos e deveres mediante um processo legal e igualitário. Esta pesquisa propôs analisar a contribuição e a importância do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) das Faculdades Integradas Pitágoras (FIPMoc) na efetivação do direito de acesso à justiça na comunidade montes-clarense. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, de natureza qualitativa. Como instrumento de coleta de dados, realizou-se uma entrevista estruturada com a coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica, os advogados (orientadores) e estagiários do curso de Direito. Os dados foram analisados à luz dos conhecimentos acerca do tema. Verificou-se que o NPJ das FIPMoc, além da função de capacitação prática dos acadêmicos, presta um serviço social fundamental à comunidade carente de Montes Claros. O NPJ das FIPMoc é de suma importância na contribuição da viabilização do acesso à justiça aos cidadãos carentes de Montes Claros, pois funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 20:00 horas, com aproximadamente 300 estagiários, atendendo cerca de 60 pessoas diariamente, o que resulta na abertura, em média, de 400 novos processos por mês. A maioria das ações patrocinadas é relacionada às varas de família, mas o NPJ atende também outras demandas nas áreas cível, criminal e previdenciária. Conclui-se que o NPJ das FIPMoc contribui na efetivação do “acesso à jurisdição” e não só do “acesso à justiça”, uma vez que possibilita, através do processo, a garantia do acesso aos direitos fundamentais previstos em nosso ordenamento jurídico como assistência de um advogado, isonomia, ampla defesa e do contraditório.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso. Justiça. NPJ. FIPMoc

CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E PARA O ACESSO À JUSTIÇA EM MONTES CLAROS

BADARÓ, Alana Oliveira¹; SILVA, Bruna Alves da¹; SILVA, Isabella Maria Bragança¹; OLIVEIRA, Janaína Santos¹; FIGUEREDO, Karla Millene Paim¹; FRANÇA, Lauren Thays Gonçalves de¹; MOURA, Marccela Fernandes¹; SANTOS, Milena Siqueira¹; MESQUITA, Cynara Silde².

1 Discentes das FIPMoc. 2 Docente das FIPMoc.

A presente pesquisa tem como tema o direito fundamental de acesso à justiça, sendo delimitado pelo acesso à justiça por meio do Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc. O estudo objetivou analisar as dificuldades para a concretização do princípio do amplo acesso à justiça em Montes Claros e as contribuições do Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc na superação desses obstáculos. O método utilizado foi a pesquisa de campo, feita por coleta de dados com abordagem quantitativa. O estudo teve como cenário o Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc, localizado na cidade de Montes Claros, MG, realizado no dia 10 de março de 2014. A população foi constituída por pessoas que usam dos serviços oferecidos pelo Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc, sendo a amostra constituída por 15 pessoas de sexo aleatório. Para coleta de dados, foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas contendo as seguintes questões: como as pessoas tomaram conhecimento do Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc; qual a satisfação em relação ao atendimento; e se essas pessoas tiveram seu direito efetivado. Dos entrevistados, todos relataram ter tomado conhecimento do Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc através de amigos e parentes; doze (80%) disseram ter recebido atendimento ótimo, enquanto três (20%), atendimento excelente; e todos admitiram não ter alcançado o efetivo acesso à justiça por ser a primeira vez que se encontravam no local, dando assim, início ao processo em busca do direito requerido. Conclui-se que o maior obstáculo para a concretização do acesso à justiça é o fato das pessoas entrevistadas desconhecerem a existência dos seus direitos garantidos, e consequentemente, muitas vezes, acreditam não possuir seu direito efetivado por não entenderem o modo de funcionamento dos processos. Neste prisma, verificou-se que o Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc contribui para a superação deste obstáculo ao oferecer uma alternativa gratuita de tentativa de resolução dos direitos subjetivos buscados por estas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Justiça. Direitos. Núcleo de Prática Jurídica.

COOPERATIVAS DE RECICLAGEM COMO INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO VIVENCIADA NA ITCP=UNIMONTES.

SANTOS, Gisele Martins dos; SANTOS, Sylvania Marques Lobato.
Discentes da Unimontes.

O presente trabalho surgiu a partir da experiência de estágio vivenciada na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP da Unimontes, este é um projeto de extensão universitária que tem como um dos principais objetivos ser agente de um processo educativo para a cooperação e autogestão, dando suporte a formação e desenvolvimento de Cooperativas Populares no Norte de Minas. Nesse sentido, propõe-se desenvolver ações de incubação que possibilitem a emancipação política, ideológica e econômica dos grupos acompanhados. Dentre os grupos acompanhados, destaca-se a Cooperativa de Produção Artesanal - COOPRARTE que existe há aproximadamente dez anos. É composta por cerca de vinte cooperados. As ações produtivas do grupo buscam ser regidas por princípios de participação democrática, organizadas através da autogestão, do trabalho coletivo e comunitário. A criação da cooperativa contou com apoio da prefeitura de Pirapora-MG, e foi impulsionada principalmente pela baixa renda das famílias carentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Além disso, com o acirramento das questões ambientais, surgiu uma preocupação em gerar renda por meio de um trabalho sustentável. A COOPRARTE atua na área de coleta e reciclagem do lixo urbano e se encontra em situação de produção ativa. Objetivou-se Analisar a importância da cooperativa na cidade de Pirapora no processo de inclusão socioeconômica por meio do trabalho de coleta e reciclagem do lixo, e assim identificar as condições e procedimentos adotados relacionando-os a inclusão social e econômica com a cidadania. Trata-se de um estudo descritivo realizado a partir de visitas técnicas e experiências de trabalho de campo do processo de incubação da ITCP-Unimontes. Percebe-se que uma das principais dificuldades enfrentadas pelo grupo refere-se ao relacionamento interpessoal, ao trabalho em equipe, que muitas vezes dificultam as tomadas de decisões e a limitação de conhecimentos referentes ao trabalho artesanal dos materiais coletados. Apesar disso, verifica-se o sentimento de pertencimento entre os cooperados, a cidadania adquirida a partir de cada dificuldade, de cada conquista, a partir do entendimento da importância do trabalho que desenvolvem, do benefício para o município em geral, além

da geração de renda para os membros da cooperativa. Os moradores da referida cidade, participantes da Cooperativa de Produção Artesanal, vivenciam um contexto de múltiplas manifestações da questão social. No entanto, nota-se a relevância do trabalho desenvolvido pela cooperativa e da melhoria das condições de vida. Assim, cada cooperado é considerado um multiplicador, educador da preservação ambiental, da reutilização e reciclagem de materiais. Desse modo, as ações concretas desenvolvidas contribuem para que cada cooperado seja agente ativo do processo do seu trabalho e não apenas um mero expectador da mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativa de reciclagem. Experiência. Inclusão socioeconômica.

DECISÕES JUDICIAIS QUANTO À ESPÉCIE, REQUISITOS E DEFEITOS

BOTELHO JÚNIOR, Carlúcio Maia 1; GOMES, Carolina Mendes1; SILVA, Ismael Mateus1; RAMOS, João Lucas1; LISBOA, José Aparecido Correa1; EZEQUIEL, Randolph Damião Soares1; REIS, Wlly dos Santos Cordeiro dos1; 2FREITAS, Andressa Mendes de
1Discentes do curso de Direito das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Sentença, segundo o conceito antigo, é o ato pelo qual o juiz extingue o processo, decidindo ou não o mérito da causa. A nova redação do § 1º do artigo 162 do Código de Processo Civil, por força da Lei nº 11.232/05, dispõe que a sentença é o ato do juiz que implica em uma das situações previstas nos artigos 267 e 269 desta Lei. A presente pesquisa propôs analisar as decisões judiciais (sentenças) quanto à espécie, requisitos e defeitos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, quanto ao seu objetivo será caracterizada como exploratória, e ao procedimento técnico, a pesquisa será documental. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo uma análise entre os dados obtidos e o objetivo da pesquisa. Existem dois tipos de sentenças, a terminativa (sem resolução de mérito- art. 267/CPC) e a definitiva (com resolução de mérito- art. 269/CPC). Os requisitos estão expressos no artigo 458/CPC e são essenciais: relatório (resumo do que contém os autos, qualificação das partes, pretensões do autor, razões que fundaram e fundamentaram seu pedido, resposta do requerido/réu, além do registro de tudo que ocorreu no transcorrer do processo, descrevendo-o em seus termos essenciais, até a o momento da sentença, sendo que a falta de um dos requisitos previstos no art.458/CPC acarreta nulidade da sentença), fundamentação (razões que levaram o juiz a decidir dessa ou daquela forma; revela a argumentação seguida pelo juiz, servindo de compreensão do dispositivo e também de instrumento de aferição da persuasão racional e lógica da decisão; sua falta gera nulidade), e dispositivo (é a conclusão, o tópico final em que, aplicando a lei ao caso concreto, segundo a fundamentação, acolhe ou rejeita, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor). Assim conclui-se que os trâmites processuais jurídicos possuem formas, estruturas e dimensões que funcionam como chave/fechadura, ou seja, o escopo principal do processo é a resolução da lide, porém necessita de amparo legal conforme determina a lei, os chamados requisitos processuais, sem os quais pode ocorrer a extinção do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito de Sentença. Tipos de Sentença. Requisitos da Sentença. Defeitos da Sentença.

DESENVOLVIMENTO DE UM REBOQUE PARA TRANSPORTE DE MOTO E SUA ADEQUAÇÃO A LEGISLAÇÃO DE TRANSITO BRASILEIRA

SOUTO, Marcelo Pereira¹; SANTOS, Murilo Ferreira dos¹; GUIMARÃES, Thiago Henrique Correia¹; CARVALHO, Juscilene Gomes¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves², PAULA, Pablo Peron de³

¹Discente em Engenharia Mecânica FIPMoc; ²Mestre em Química Analítica, Docente das FIPMoc; ³ Mestre em Administração, Docente das FIPMoc

O reboque pode ser definido como um utilitário rodoviário para transporte de cargas diversas, com um custo relativamente baixo e de pouca complexidade mecânica. Portanto, com manutenção simples, pode ser tracionado por veículos tais como automóveis e caminhonetes que aumentam sua capacidade de carga. Partindo deste pressuposto, objetivou-se nesse trabalho o desenvolvimento de um novo modelo de reboque, sobretudo para o transporte de motocicletas, utilizando método de apoio ao desenvolvimento de produtos, que contribui para um projeto inovador e que se adeque a legislação brasileira de trânsito. Construiu-se um protótipo em tamanho real do reboque para eventual teste. Este foi projetado por motivo de economia, facilidade de estacionar e construção. A estrutura foi fabricada em perfil “U” enrijecido de 7” x 2” de aço SAE 1020, unindo-se duas partes para formar um perfil retangular que suportará mais esforços. As extremidades foram reforçadas com chapas de ¼” de aço SAE 1020, onde está fixado o eixo de transmissão na extremidade dianteira e o eixo da roda na extremidade traseira. Foi também utilizado um

cardan tipo hook para evitar as forças de torção localizadas no acoplamento entre o engate do veículo e o reboque. Este é o detalhe mais importante do projeto, por se ter apenas um ponto de apoio o reboque tende a tombar, tendo que evitar a força de torção sem perder os movimentos de um lado para o outro e os movimentos de baixo para cima. A roda usada foi obtida do próprio veículo que transportará o reboque a fim de mantê-lo mais paralelo ao chão. O cubo utilizado possui furação para seis parafusos e capacidade para suportar dois rolamentos de rolo cônicos de diâmetro externo de 54 mm. Em todo o veículo foi usado o processo de soldagem MAG com arame AWS ER70S-6 e mistura CO₂/Argônio, proveniente de uma máquina de solda MIG/MAG. No projeto, consideraram-se questões legais que regulamentam o reboque através de resoluções que implicam em desdobramentos técnicos do produto no que diz respeito a sua operação, segurança e manutenção. O desenvolvimento deste trabalho teve como objetivo principal a construção de um novo modelo de reboque para motos utilizando método eficaz e viável. É claro o fato de que em nosso país, este segmento possui poucos avanços tecnológicos. Desta forma, pode-se considerar que o principal objetivo com este trabalho foi alcançado. Sendo que, com o uso de ferramentas acessíveis, foi possível construir um reboque inovador com uma estrutura segura. o protótipo comportou-se adequadamente durante a simulação, que transcorreu com total estabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Reboque para motos. Inovação. Adequação a legislação de trânsito brasileira.

DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE GRÁFICO INTERATIVO PARA ANÁLISE DE ESTRUTURAS ESPACIAIS RETICULADAS

FRAGA, Salmo Souza Fraga¹; HACHEM, Jaber Ismail²; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc.

A evolução proporcionada pela informática trouxe rapidez e eficiência na execução destes cálculos tornando possível a utilização dos mais modernos modelos matemáticos. Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um software gráfico interativo para análise de estruturas espaciais reticuladas denominado porticum3D. Softwares educacionais existentes, tais como o Ftool e o Salt, possuem limitações quanto a análise deste tipo de estrutura e motivaram o desenvolvimento deste novo software. Em seu desenvolvimento foi utilizada a linguagem de programação Java. As APIs Swing e Java 3D foram utilizadas no desenvolvimento de sua interface gráfica. Amigável e intuitiva, a interface permite fácil aprendizado da ferramenta. Como método de análise utilizou o método dos deslocamentos em abordagem matricial. Diagramas de esforços axiais, cortantes segundo os eixos Y e Z, momento torsor e momentos fletores segundo os eixos Y e Z bem como as reações de apoio e deslocamentos nodais da estrutura são de imediata obtenção no porticum3D. Duas estruturas foram analisadas utilizando o porticum3D e softwares educacionais e comerciais. Os resultados da análise foram comparados e o software desenvolvido é validado.

PALAVRAS-CHAVE: Porticum3D. Análise matricial de estruturas. Pórtico espacial.

DETRAÇÃO E MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

TEIXEIRA, Aurenice da Mota Teixeira¹; CAMBUY, Jéssica Duque; CAMPOS, Jéssica Gisele; ROCHA, Igor Thiago; SANTOS, Sabrina Gonçalves; SOUZA, Diego Henrique Silva.

1 Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros; 2 Discentes do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros.

O presente trabalho cuida das omissões legislativas relacionadas à detração penal. Em 2011, a Lei 12.403 alterou o Código de Processo Penal para fazer constar novas medidas cautelares diferentes da segregação do acusado, possibilitando que o julgador, a partir da análise de requisitos legais e do caso concreto possa evitar a prisão de pessoas sob investigação criminal. Ocorre que a referida lei não tratou de prever a possibilidade de detração dessas medidas cumpridas quando da prolação de eventual sentença condenatória. Além disso, em 2012, a Lei 12.736 antecipou o momento de consideração da detração para aquele em que for proferida a sentença condenatória para fins de consideração do regime inicial de cumprimento de pena. Desde então, passou a existir divergência quanto aos requisitos que devem estar presentes para que o juiz sentenciante (e não o da execução) possa conceder a progressão de regime ao condenado que cumpriu imposições cautelares durante a persecução penal. O objetivo do trabalho é analisar a possibilidade de aplicação da detração por analogia *in bonam partem*, já que, se o lapso temporal de restrição não puder ser computado, criar-se-ia uma situação de desigualdade entre aqueles que aguardam sua investigação sem quaisquer ônus, e aqueles que são submetidos às restrições cautelares. Considerando a possibilidade de tal aplicação, são analisados critérios doutrinários a serem adotados pelos juízos e tribunais, inclusive, quanto à fixação do regime inicial de cumprimento de pena e

progressão de regime já na sentença. O método de abordagem adotado foi o dedutivo tendo sido bibliográfica a técnica de pesquisa. Conclui-se pela possibilidade da aplicação da detração quando cumpridas as medidas cautelares trazidas pela novel legislação, o que consolida os princípios da igualdade e da segurança jurídica bem como o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Detração. Medidas cautelares. Regime inicial de cumprimento de pena. Progressão de regime.

DIAGNOSTICO DOS DISPOSITIVOS DE MICRO DRENAGEM NA REGIÃO DE ENTRONCAMENTO DOS CÓRREGOS BICANO E VARGEM GRANDE ATÉ O ENCONTRO COM O RIO VIEIRAS

PEREIRA, Eduardo da Silva Pereira¹; OLIVEIRA, Walter Edson de¹; HACHEM, Cyntia Hassen²;
MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc: ² Docente das FIPMoc

As modificações causadas pela ação antrópica do homem ao meio ambiente contribuem para o agravamento do funcionamento dos dispositivos de micro drenagem pluvial causando impactos como alagamentos, inundações e enchentes. Esses eventos tendem a acontecer em períodos de chuvas torrenciais ocasionando as áreas mais baixas da cidade denominadas várzeas, transtornos a população como interdição do trânsito de pessoas e veículos em determinadas ruas e avenidas, prejuízos financeiros e transmissão de doenças. Esta pesquisa teve por objetivo diagnosticar a situação atual e real dos dispositivos de micro drenagem de águas pluviais, bem como possíveis ações antrópicas que contribuem para o agravamento dos alagamentos, inundações, e os impactos a sociedade. A área de estudo começa no encontro dos córregos Bicano e Vargem Grande até o encontro com o rio Vieira no município de Montes Claros – MG. O método utilizado foi através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, onde a visita ao local possibilitou registrar através de fotos a situação dos dispositivos de micro drenagem pluvial e ações antrópicas que contribuem para o mau funcionamento dos mesmos. Os resultados mostram que na área de objeto de estudo existem bocas de lobo entupidas, sem tampa e que há acúmulo de lixo e resíduos da construção civil nas margens dos córregos. Conclui-se que é preciso uma maior atenção por parte da prefeitura em relação a manutenção dos dispositivos de micro drenagem e a disposição do lixo, bem como a colaboração e a conscientização da população.

PALAVRAS-CHAVE: Ação antrópica. Alagamentos. Montes Claros – MG.

DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO MECÂNICO NO MERCADO ATUAL

FARIA, Rafael Rodrigues de¹; SILVA, Alessandro Evair Oliveira¹; SANTOS, Michael Bruno Leite dos¹;
SOUZA-SILVA, Herbert¹²; AGUIAR, João Carlos de Andrade²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Estudos e produções científicas sobre a Engenharia Mecânica ainda são extremamente escassos, e mesmo as áreas de atuação para os profissionais engenheiros mecânicos sendo tão abrangentes, carecem pesquisas para determiná-las. Dentro das diversas áreas das engenharias existentes, a engenharia mecânica ocupa uma posição nobre e de vanguarda. Sendo que, todas as outras engenharias e ramos da tecnologia dependem direta ou indiretamente da engenharia mecânica para o seu perfeito funcionamento. Dessa forma, o engenheiro mecânico é o profissional responsável, por várias áreas como a concepção, projeto, desenvolvimento, produção e gerenciamento da manutenção destes equipamentos. O objetivo deste trabalho é responder, através de uma revisão bibliográfica, o seguinte questionamento: Quais são as áreas de atuação deste profissional? O grande desenvolvimento do campo de atuação do engenheiro mecânico resultou em uma grande ramificação da área (automobilística, naval, aeronáutica, manufatura, controle e automação, energia e fluidos, etc.). Em toda a esfera da vida moderna, pode-se observar o trabalho do engenheiro mecânico. A partir daí, várias áreas de atuação são possíveis ao engenheiro mecânico. Dentre elas estão: (I) Engenharia Biomédica – onde, tendo conhecimentos na área de informática e eletrônica, o engenheiro mecânico cria softwares e equipamentos eletrônicos que otimizam o uso das máquinas pelos médicos, enfermeiros e dentistas, além de gerenciar a área de compras de equipamentos planejar seu uso; (II) Engenharia Automobilística - desenvolvem projetos, fabricação e manutenção de veículos automotores e seus componentes; (III) Engenharia Aeroespacial - responsáveis pelo processo de manutenção, pela realização de reparos e pelas inspeções periódicas da estrutura e dos equipamentos, como asas, motores e fuselagem; (IV) Energia Renovável - gestão de sistemas energéticos e usam nano partículas e nanomateriais para a conversão de energia; (V) Engenharia Naval - trabalha com

veículos marítimos e fluviais além de projetar e manter plataformas, instalações portuárias e estruturas *offshore*; (VI) Engenharia Metalúrgica – com conhecimento dos metais e de suas propriedades, nesta área, o engenheiro pode ser responsável pelo beneficiamento de minérios e por sua transformação em metais e ligas metálicas; (VII) Mecânica Industrial - atividades relacionadas a reparos de máquinas e equipamentos, ferramentas, instalações e manutenção de sistemas mecânicos e automatizados; (VIII) Engenharia dos Materiais - desenvolvimento de novos materiais e novos produtos industriais para aplicações tradicionais, ou seja, trabalha com a ciência dos materiais como polímeros, cerâmica, metais e metalurgia de pó; (IX) Mecatrônica - responsáveis pelo projeto, operação e manutenção de processos e sistemas automatizados, quase sempre comandados por microprocessadores; (X) Engenharia de Produção - racionalização e otimização de processos, das matérias-primas empregadas ou da energia consumida; (XI) Indústria Têxtil - atuar na área de controle de qualidade de fios e fibras e na manutenção e construção de equipamentos, máquinas e acessórios têxteis; (XII) Nanotecnologia - conceber e implementar materiais, estruturas, máquinas, instrumentos, sistemas e processos com novas propriedades e funcionalidade. De forma geral, é possível concluir que o profissional da Engenharia Mecânica é polivalente podendo atuar nas mais diversas áreas das engenharias e afins.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia mecânica. Área de atuação. Mercado de trabalho.

DIFICULDADES DE GERENCIAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MONTES CLAROS

RODRIGUES, Cristiane Aparecida¹; REIS, Karla Andressa Silva¹; VELOSO, Kely Dayane Lopes¹; SANTOS, Rosiana Pereira dos¹; VIEIRA, Samira Fernanda¹; PEIXOTO, Thalise Katterine¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Discentes do curso de Administração das FIPMoc; ²Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc

As micro e pequenas empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente (KOTESKI, 2004, p. 16), mas ainda enfrentam dificuldades em seus processos de gestão. Objetivou-se identificar as dificuldades de gerenciamento de micro e pequenas empresas da cidade de Montes Claros/ MG. Realizou-se uma pesquisa quantitativa e descritiva, com aplicação de um questionário estruturado a 28 micro e pequenos empresários dessa cidade, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que as maiores dificuldades de gerenciamento foram: concorrência forte, 35,71%; impostos e encargos elevados, 30,43%; problemas particulares, 25,57%; problemas com planejamento, 21,43%. Outras dificuldades citadas: falta de clientes, inadimplência, falta de capital, problemas com sócios, problemas legais e falta de lucro. Concluiu-se que apesar de muito importantes para a economia do país, as micro e pequenas empresas enfrentam problemas que podem contribuir com a falência do negócio e carecem de ajuda especializada para sanar essas dificuldades no gerenciamento do seu negócio.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e pequenas empresa. Dificuldade de gerenciamento.

REFERÊNCIA:

KOTESKI, Marcos Antonio. As Micro e Pequenas Empresas no Contexto Econômico Brasileiro. **Revista FAE BUSINESS**, n. 8, p. 16-18, maio 2004

DIFICULDADES NO GERENCIAMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE'S) DA CIDADE DE MONTES CLAROS/ MG

FERREIRA, Alex Sandro Almeida*; SILVA, Ana Letícia Fonseca*; AFONSO, Elizabete Ferreira*; FERREIRA Rodrigues, Lucas*; ALKIMIM, Vanesse Moreira*; REGO, Thaís Cristina Figueiredo**

*Discentes do curso de Administração de Empresas das FIPMoc; **Docente do curso de Administração de Empresas das FIPMoc

Na atualidade, é cada vez maior o surgimento das MPE'S, compondo o cenário econômico mundial, proporcionando novas fontes de investimentos. Mas é necessário ter muito conhecimento para sobreviver nesse cenário de muitas transformações e competitividade. Foi feito um estudo com objetivo de identificar as dificuldades no gerenciamento de micro e pequenas empresas montes-clarenses. Através de uma pesquisa quantitativa descritiva foram coletados dados através de um questionário estruturado aplicado a 28 gestores de MPE's, escolhidos intencionalmente. Constatou-se com essa amostra que 17,86% das empresas pesquisadas estão há mais de 20 anos em funcionamento; 25%, tem mais de vinte

colaboradores; 60,71%, incentivam e auxiliam os colaboradores nas atividades desempenhadas por eles; 71,43%, organizam seus recursos; 42,86%, fazem controle periódico dos planos; 32,14%, quase sempre buscam ajuda de órgão de apoio (SEBRAE, Faculdades, Empresas Juniores etc.); 64,29%, sempre buscam conhecer o mercado e criar diferenciais em relação ao concorrente e 35,71%, nunca fazem cursos de qualificação que auxiliam no gerenciamento. Verificamos também que ainda existem grandes dificuldades para o gerenciamento das MPE's como a falta de planejamento, 32,14%; seguido de inadimplência com, 35,71%; problemas com sócios com, 39,13%. Após o estudo concluiu-se que as MPE's estão buscando conhecimento, planejando e organizando melhor os seus recursos, mas ainda enfrentam alguns problemas relacionados à planejamento, a falta de clientes e problemas com sócios.

PALAVRAS-CHAVE: MPE'S. Administração de empresas. Dificuldades no gerenciamento

DIREITOS FUNDAMENTAIS: O ACESSO À JUSTIÇA, NO ÂMBITO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, NAS JURISPRUDÊNCIAS DO STF

ARAÚJO, Aline Mariana M. Capella¹; SANTOS, Aline Mariana; SOUZA, Érica Alves; OLIVEIRA, Herlem Regina Gomes de; AZEVEDO, Grazielle Pereira; JUNIOR, José Maurício Figueredo; SILVA, Leandro Luciano da²

¹Discentes do curso de Direito das FIPMoc; ²Docente do curso de Direito das FIPMoc

Os direitos fundamentais são aqueles inerentes a todos os cidadãos, sem qualquer distinção, que têm por finalidade garantir condições mínimas aos seres humanos, para que venham a dispor e a conduzir suas vidas de modo pleno e sadio. A eficácia desses direitos configura elemento essencial para a realização do princípio da dignidade da pessoa humana na ordem jurídica. Assim o Estado tem a obrigação de assegurá-los, devendo, portanto, respeitá-los e protegê-los contra os fatores que venham a maculá-los. Ressalta-se que o acesso à justiça é um direito fundamental consagrado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988- CRFB/88 em um conjunto de incisos do artigo 5º, representado pelo princípio da inafastabilidade, princípio do juiz natural e competente, princípio do devido processo legal, da garantia do contraditório e da ampla defesa e em especial, da duração razoável do processo, inciso LXXVIII sobre o qual se dedica este resumo. O princípio da duração razoável do processo pressupõe que todos venham a desfrutar de um razoável prazo de duração do processo. Mediante ao tema em apresso, o trabalho teve como principal objetivo analisar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao direito de acesso à justiça sob o amparo da duração razoável do processo. Para atender ao propósito do trabalho, além da pesquisa bibliográfica, foram selecionadas e analisadas cinco jurisprudências da base de dados do sítio oficial do STF, publicadas no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2013, sendo utilizada como critério de busca a expressão: “duração razoável do processo”. Constatou-se que todas as jurisprudências selecionadas abordaram o princípio da celeridade processual previsto pela CRFB/88, tendo como extrato o conjunto de informações indicando que o processo deve se desenvolver dentro de um prazo razoável, ou seja, nem tão rápido, que favoreça ao autor; nem tão lento, que favoreça ao réu, devendo o processo ter um tempo adequado para que o mesmo atenda as duas partes interessadas igualmente. Perante as análises das jurisprudências, constata-se que a duração razoável do processo é um princípio fundamental. Sua importância é dada por fornecer as partes o direito de uma resposta judicial num período razoável de tempo, de forma célere e ágil, evitando dessa forma, que fiquem reféns dos processos e ações estatais. Tal princípio, como constatado, exige uma maior atenção por parte do Poder Público e do Poder Judiciário na adequação de um sistema jurisdicional que garanta sua eficácia, em especial como fragmento do direito fundamental de acesso à justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais. Acesso à Justiça. Duração Razoável do Processo.

ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) NO COMBATE E CONTROLE DA DIABETES

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; ²Docente das FIPMoc

A diabetes é uma doença crônica em que grande parte de suas complicações torna o indivíduo incapaz de realizar suas atividades cotidianas, podendo contribuir para uma diminuição de sua autoestima e afetar sua qualidade de vida (XAVIER *et al.*, 2009). Tendo em vista a relevância da produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas práticas de saúde, a Estratégia Saúde da Família (ESF) propõe um modelo de reorientação assistencial privilegiado para o desenvolvimento de práticas de promoção para o autocuidado devido às suas características de maior proximidade com a população e ênfase nas ações preventivas e promocionais, permitindo a identificação mais detalhada e um melhor acompanhamento dos diabéticos (STACCIARINI *et al.*, 2008). Objetivou-se verificar o trabalho das

equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) no combate e controle da diabetes. **Método:** Foi realizada uma pesquisa com 100 acadêmicos do 2º e 6º período de Direito, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia e Psicologia das FIPMoc. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os acadêmicos responderam se já tiveram orientações sobre a diabetes por ações promovidas pela Estratégia Saúde da Família (ESF). Dos 100 entrevistados, 40 já tiveram orientações sobre a diabetes por ações promovidas pela ESF e 60 não tiveram orientações. Concluímos que a maioria dos entrevistados nunca tiveram orientações sobre a diabetes. A educação concebida de maneira estruturada e organizada, desempenha um importante papel na prevenção e controle da diabetes. Portanto, é necessário uma maior abrangência das equipes da ESF, visando o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: ESF. Combate. Controle. Diabetes.

REFERÊNCIAS

STACCIARINI, T. S. G., HAAS, V. J., PACE, A.E. Fatores associados à auto-aplicação da insulina nos usuários com diabetes mellitus acompanhados pela Estratégia Saúde da Família. **Cad. Saúde Pública.** v.24, n.6, p.1314-1322, 2008.

XAVIER, A. T. F. *et al.* Crenças no autocuidado em diabetes: implicações para a prática. **Texto contexto- enferm.** v.18, n.1, p.124-130, 2009.

ESTRATÉGIAS ENCONTRADAS PELOS ADMINISTRADORES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA SUPERAR AS DIFICULDADES DE GESTÃO

FELÍCIO, André Luís Lopes*; SANTOS, Édico Gustavo Rodrigues*; CLEMETINO, Gabriel Ramos*; MARTINS, Farley Fernandes Vieira*; REGO, Thaís Cristina Figueiredo**

*Discentes do curso de Administração de Empresas das FIPMoc; **Docente do curso de Administração de Empresas das FIPMoc

Administrar micro e pequenas empresas (MPE's) requer do seu administrador competência e conhecimento, pois a cada dia o consumidor se torna mais exigente e o mercado cada vez mais competitivo. Neste cenário atual, aumentam os desafios e as dificuldades para administrar. Este estudo teve como objetivo identificar as estratégias adotadas pelos gestores de MPE's para superar as dificuldades administrativas. Utilizou-se uma pesquisa quantitativa descritiva e como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado a 28 gestores montes-clarenses, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que 17,5%, preocupam-se em organizar os recursos; 15,79%, buscam conhecer o mercado e criar diferenciais em relação ao meu concorrente; 14,91%, procuram incentivar e auxiliar os empregados; esse mesmo percentual (14,91%), planejam as atividades da empresa; 10,53%, fazem controle periódico dos planos; 9,65%, contam com ajuda jurídica para resolver os problemas organizacionais; 8,77%, fazem pesquisa de mercado para melhor conhecer o cliente; 5,26%, buscam ajuda financeira de forma planejada; 2,63%, fazem cursos de qualificação que auxiliam no gerenciamento. Após o estudo, concluiu-se que os gestores de MPE's, preocupam-se em elaborar e adotar estratégias que os ajudam a resolver as dificuldades de gestão, sendo a principal estratégia adotada a organização dos recursos o que pode garantir a sobrevivência do seu negócio.

PALAVRAS-CHAVES: Estratégias de negócios. Dificuldades de gestão. Micro e pequenas empresas.

ESTRESSE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DAS FIP-MOC E LOMBALGIA OCUPACIONAL.

¹ BRITO, Sabrina de Jesus; ² MOURA, Paula M.S S.

¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

O termo lombalgia refere-se à dor na coluna lombar sendo um dos mais comuns problemas da sociedade moderna, representando grande parcela de gastos na área de saúde pública. Entre os fatores de riscos os problemas psicológicos são considerados como fatores contribuintes para a elevada porcentagem de recidiva da dor lombar, sendo assim o estresse ocupacional associado a outros fatores pode acarretar um quadro de lombalgia podendo levar conseqüentemente a sua cronicidade. Objetivou-se relacionar a vivência de estresse ocupacional dos funcionários das FIP-Moc com a prevalência da lombalgia. Caracterizou-se como um estudo descritivo e transversal sendo a população composta por funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros FiP-Moc. Após assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido o participante respondeu a um questionário sobre lombalgia

ocupacional. A análise estatística dos dados foi realizada através do programa SSPS, onde as variáveis quantitativas foram apresentadas por meio de frequências relativas (percentuais). Considerando as vivências emocionais associadas ao trabalho apresentadas pelos funcionários durante o episódio de lombalgia, 4 (18,18%) apresentavam impaciência, 5 (22,73%) apresentavam ansiedade, 1 (4,55%) raiva, 10 (45,45%) nenhuma dessas vivências emocionais, 1 (4,55%) impaciência, ansiedade e depressão, e 1 (4,55%) ansiedade e raiva. A maioria dos funcionários não apresentou nenhuma dessas vivências emocionais associadas ao trabalho durante o episódio de lombalgias, sendo de grande valia novas pesquisas para que se possa identificar os fatores psicológicos que afetam os profissionais acometidos pela lombalgia, tornando assim mais rápido e otimizado seu diagnóstico e tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Lombalgia Ocupacional. Estresse ocupacional. Vivências emocionais.

ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE BARES/RESTAURANTES DA CIDADE DE MONTES CLAROS/ MG

VIANA, Andréia¹; SOARES, Leane¹; EVARISTO, Luan¹; ANTUNES, Marianne¹; BRITO Rosângela¹; MAGALHÃES, Marcio Rafael Pinheiro; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²
1Discentes do curso de Administração das FIPMoc; 2Docentes FIPMoc.

A Logística é uma área da Administração responsável por prover recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades de uma empresa, exigindo assim, um alto nível de precisão na tomada das decisões que envolvem o processo logístico, tornando-o um grande desafio para os administradores. Objetivou-se identificar a estrutura de armazenagem utilizada por em micro e pequenas empresas. Utilizou-se uma pesquisa de campo quantitativa com abordagem descritiva e como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado aplicado a uma amostra de micro e pequenos empresários do segmento de bares/restaurantes da cidade de Montes Claros, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que nas empresas que possuem almoxarifados a prioridade é a facilidade do acesso e as boas condições de espaço. Já quanto à estrutura utilizada 29,03%, adotam as Prateleiras e 22,58%, adotam o Empilhamento sobre o piso. Verificamos também que 78,57%, das empresas não possuem metodologia para análise de custeio de armazenagem. Conclui-se que as micro e pequenas empresas consultadas, por possuírem um baixo capital de giro, optam por estruturas que tem baixos custos a fim de evitar gastos, o que pode gerar uma precarização da armazenagem em empresas desse porte.

PALAVRAS-CHAVE: Logística. Gerenciamento. Armazém

ESTUDO COMPARATIVO DE LOCAÇÃO / AQUISIÇÃO DE PEQUENOS EQUIPAMENTOS EM OBRAS DE MONTES CLAROS / MG

FAGUNDES, Augusto César de Carvalho ¹; SOUZA, Bernardo Oliveira de Lima¹; COSTA JUNIOR, Antônio Carlos Moreira da²; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc: ² Docente das FIPMoc.

Nos últimos anos a situação habitacional no Brasil vem apresentando grandes mudanças, tais mudanças se devem a investimentos e fomentação mercantil feito principalmente pelo governo para a diminuição do déficit habitacional brasileiro. Com financiamentos com juros baixos e facilidade na compra, o investimento em imóveis está em amplo crescimento. Com mercado aquecido ocasiona uma falta de mão de obra qualificada e não qualificada, tornando o custo da mão de obra em obras de construção civil em Montes Claros muito alto. Para diminuir custos com mão de obra são necessários vários fatores como; planejamento, produtividade e mecanização dos processos. O presente trabalho tem como objetivo a elaboração de estudo comparativo de locação ou aquisição de pequenos equipamentos em obras de Montes Claros / MG, apresentando os equipamentos com grande utilização nas obras em Montes Claros, com sugestões e soluções que busca auxiliar um melhor planejamento da obra no que se refere aos equipamentos utilizados no processo construtivo. Como metodologia foi feita estudo de caso de empresas do ramo de locação e vendas de equipamentos, também foi utilizado como referência o manual de compras de equipamentos do Sicepot - MG. Com a análise desses dados foi elaborado um manual que busca auxiliar na escolha da construtora. Os resultados encontrados são apresentados no estudo em forma de gráficos e tabelas comparativas. Para um melhor entendimento na escolha do construtor, os resultados não são matemáticos, são subjetivos e conforme a avaliação de cada um, mas é possível perceber que em curto prazo a escolha da locação tem uma maior viabilidade. Em longo prazo o construtor deverá levar em consideração uma série de fatores que influenciam na escolha, entre eles, a produtividade, disponibilidade e manutenção da obra. É possível concluir que a escolha da locação dos equipamentos do estudo tem boa viabilidade, porém é uma escolha que leva em consideração vários fatores subjetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Equipamentos. Aquisição. Locação. Produtividade. Custo.

FISIOTERAPIA NO PACIENTE ONCOLÓGICO

DIAS, Kamilla Freitas¹; XAVIER, Joicymara Magaly Mendes¹; ALCÂNTARA, Hortênsia Vitória Pereira¹; BERNARDO, Katarine Maria da Cruz¹; MOURA, CALDEIRA, Roseane Durães²; Paula Maria Silveira Soares²

1 Acadêmicas de Fisioterapia das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

A fisioterapia tem uma atuação essencial dentro da oncologia, afinal, não se preocupa apenas com o local afetado pelo câncer, mas com todo o indivíduo e principalmente com sua qualidade de vida (BORGES, 2008). De acordo com Veit & Carvalho (2010), nos últimos quarenta anos, duplicou a proporção das pessoas com mais de 65 anos na população em geral. Com isso, há de se esperar um aumento do número de casos de câncer, já que esta é uma doença degenerativa que guarda, portanto, uma relação com a idade. Objetivou-se identificar os cuidados da fisioterapia no paciente com câncer. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva de abordagem quantitativa. A população deste estudo foi composta de 17 fisioterapeutas que atuam na área de oncologia em clínicas e hospitais de Montes Claros, Minas Gerais. A coleta foi realizada no período de março a abril de 2013. Os mesmos foram submetidos a responder um questionário estruturado com base na literatura. Foi possível identificar que o câncer de mama (65%) foi o mais prevalente entre os pacientes atendidos. 59% dos profissionais relataram que o tabagismo foi um dos principais fatores para o surgimento do câncer. 94,2% dos profissionais afirmaram que há particularidades no tratamento dos pacientes oncológicos. A depressão foi o transtorno psíquico mais comum, dentre os pacientes atendidos e, os Fisioterapeutas relataram que atualmente já conseguem lidar com as diferentes manifestações emocionais apresentadas pelos pacientes oncológicos. 82,3% dos entrevistados afirmaram ser contra a eutanásia e que umas abordagens humanizadas e éticas são necessária no atendimento de pacientes oncológicos. O paciente oncológico necessita de cuidados especiais durante o atendimento fisioterápico; e estudos mais aprofundados sobre o tema são necessários para a contribuição da melhora da qualidade de vida desses pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Fisioterapia. Oncologia. Câncer.

REFERÊNCIAS:

BORGES, C.A.M. Análise dos métodos de avaliação, dos recursos e do reconhecimento da fisioterapia oncológica nos hospitais públicos do distrito federal. **Revista Brasileira de Cancerologia**. v. 54, n.4, p. 333-344. 2008.

VEIT, M T & CARVALHO, V A. Psico-Oncologia: um novo olhar para o câncer. **O Mundo da Saúde**. São Paulo. v. 34, n.4, p.526-530. 2010.

FORMAS DE TRANSMISSÃO DA HEPATITE B E PREVENÇÃO DA DOENÇA PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

SANTOS, Néria Nogueira; RODRIGUES, Luana Silva; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira

A hepatite é uma inflamação do fígado, causada por vírus. Sendo uma grande causa de morbidade e mortalidade no ser humano, a hepatite B é um grave problema de saúde pública, podendo ser sintomática, assintomática e até mesmo fulminante. Dentre os grupos populacionais de maior risco estão os profissionais da área da saúde. O ambiente hospitalar oferecem riscos quando há exposição dos profissionais de saúde e demais trabalhadores a uma diversidade de materiais, especialmente os biológicos. Atualmente a hepatite B é umas das doenças infecciosas de maior probabilidade de ser contraída pelos profissionais da saúde na execução de suas atividades funcionais. Estas vias de contaminação incluem a entrada percutânea de sangue contaminado através de agulhas ou objetos cortantes, o contato com mucosas por meio de respingos ou contato com pacientes que apresentam inflamação na pele ou feridas abertas. Podendo esse vírus resistir e viver fora do organismo por mais de uma semana. De acordo com as medidas de precauções-padrão, recomenda-se lavar as mãos corretamente, a manipulação cuidadosa de objetos perfurocortantes por meio de ações como: evitar reencapar agulhas ou desconectá-las antes do descarte, e descartar materiais perfurocortantes em recipientes apropriados. Além disso, recomenda-se também o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), tais como: luvas, máscaras, protetores de olhos, nariz e boca, e jaleco/avental quando em contato direto com sangue ou fluidos corporais, a utilização desses EPI tem como objetivo diminuir a propagação de microrganismos e preservar áreas do corpo expostas a materiais infectantes. Objetivou-se identificar as

formas de transmissão da Hepatite B e sua prevenção. Foi realizado um estudo transversal, onde foram avaliados 122 acadêmicos dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia das Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes, a coleta de dados foi feita através de um questionário. Na pesquisa realizada foi questionado aos acadêmicos da área da saúde qual das formas de transmissão da hepatite B que eles conheciam. Dos 122 entrevistados, 49 responderam que a hepatite B pode ser transmitida através de materiais perfuro cortantes, 20 através da mãe para o filho, 20 responderam que seria por relação sexual desprotegida, 10 por mucosa lesionada, 37 por transfusão de sangue, 56 todas as alternativas acima e 6 responderam nenhuma das alternativas acima. Ao serem questionados se conheciam as normas de biossegurança para a prevenção da transmissão da hepatite B, dos 122 entrevistados, 85 responderam que conhecia e 37 que não conhecia. Portanto as formas de transmissão da Hepatite B mais conhecida pelos entrevistados são pelos materiais perfuro cortantes e por transmissão sanguínea. E quanto as formas preventivas de biossegurança a maioria conhece. Nesse sentido observa-se que apesar dos acadêmicos terem o conhecimento da prevenção deve-se reforçar a conscientização dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Hepatite. Transmissão. Profissional da Saúde.

GERAÇÕES DOS DIREITOS

PINHO, Ana Caroliny Miranda¹; LEITE, Eduardo Evaristo de Sousa Fernandes¹; GONÇALVES, Keila Janaina do Carmo¹; OLIVEIRA, Margareth Kristina Brito¹;CORDEIRO,Vinícius Afonso Silva¹; CARVALHO, Vívian Nassau Pereira de¹; TORRES, Vânia².
1Discentes do curso de Direito das FIPMoc; 2. Docente das FIPMoc

As gerações de direito são os caminhos percorridos para obtenção dos direitos atuais. Cada geração tem uma época, e cada época uma necessidade. Neste sentido, Dirley da Cunha Junior aponta que “As gerações dos direitos revelam a ordem cronológica do reconhecimento e afirmação dos direitos fundamentais, que se proclamam gradualmente na proporção das carências do ser humano, nascidas em função da mudança das condições sociais”. É uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando a coleta de dados uma pesquisa bibliográfica. Através das necessidades da sociedade surgiram as gerações ou dimensões do direito, com o viés de adaptar-se de acordo com a demanda da população. Portanto, cada época tem as suas demandas e estas são solucionadas por novas gerações ou dimensões, condicionadas ao Estado de Democrático de Direito e sua abertura para a criação de novos direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Geração de direito.

REFERÊNCIA:

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GERADOR HIDROELÉTRICO

SILVA, Pablo Max Moreira¹
1Discente das FIPMoc

O presente resumo apresentará o desenvolvimento do protótipo do gerador de energia que utiliza a propriedade da conservação da energia para transformar a força da água em energia elétrica, os objetivos, os resultados e a conclusão juntamente com alguns anexos do trabalho sendo feito. Como sabe-se parte considerável da população não possui rede elétrica em casa devido a inviabilidade, seja por morar longe das cidades e de distribuidoras de energia, ou por falta de recursos financeiros para construir em suas propriedades geradores de energia, com este protótipo, pretende-se provar que é possível obter energia naquelas localidades onde têm-se um rio ou até mesmo um córrego próximo, de forma econômica e eficiente. Com a bateria carregada pelo alternador adaptado, pode-se conseguir boa parte do conforto cedido pela energia que obtêm-se pelas distribuidoras legais, boa parte pelo fato da energia cedida pela bateria ser de 12 volts, limitando o seu uso a determinados eletrodomésticos ou eletroeletrônicos, a não ser se adicionar um transformador, que muda a voltagem da corrente para 110V, e para isso a bateria que iria alimentar este sistema teria que ser carregada mais vezes em menor intervalo de tempo, pois há uma sobrecarga na mesma. Visando atender a população, foram pesquisadas varias formas de gerar energia a baixo custo e de fácil modo. No campo, foram realizados vários testes pra melhorar a eficiência do gerador, o qual ficou finalmente definido como componentes estruturais: hélice de plástico; alternador automotivo 12V; regulador de tensão 12V; madeiramento como base da estrutura; parafusos de aço com rosca para madeira; fiação de cobre; engrenagens de bicicleta; cano de aço; bateria automotiva 12V; rolamentos e um multímetro para avaliar a tensão elétrica gerada quando em funcionamento. Em

atividade, o gerador conseguiu carregar a bateria, a qual manteria carga elétrica para acender lâmpadas e alguns eletrodomésticos por determinado tempo onde não havia energia. A energia elétrica do protótipo é gerada pela transformação da força da água que roda uma hélice, acoplada a um alternador automobilístico, formando o conjunto hélice-gerador. O conjunto, hélice-gerador gira a velocidades relativamente baixas, de 50 a 300 rpm, quando comparadas às turbinas a vapor. O eixo da hélice está paralelo ao eixo do rotor do alternador e interligados por uma corrente de aço conectada a engrenagens de bicicleta. Com a elaboração do protótipo teve-se a concepção de uma gama de conhecimentos adquirido se tratando de estruturas mecânicas e transformações de energia. Entre outras habilidades técnicas envolvendo o desenvolvimento do trabalho. A escolha de se trabalhar com energia foi com o objetivo de se trocar energias poluentes por energias limpas. Colaborando desta forma com a área científica tornando-a uma comunidade mais ligada à possível sustentabilidade. Portanto, o projeto Gerador Hidráulico, acrescentou habilidades técnicas ao aluno que pretende cada dia mais desenvolver novos projetos, participar, aprender e contribuir com o meio ambiente quando se trata de energias limpas. Conclui-se que é possível com pouco investimento (cerca de 300 reais), obter energia limpa em um local isolado que tenha alguma água corrente.

PALAVRAS-CHAVE: Gerador. Eletricidade. Barato. Água.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS APLICADA AOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

DIAS, Gilmara Aparecida de Freitas
Docente das FIPMoc

Cada indivíduo, ao ser incorporado a uma empresa, traz consigo valores individuais, éticos e sociais que representam seu agir competente. O agir competente, conforme Le Bortef (2003), está associado à posse e utilização de competências por parte do indivíduo, no qual refere-se ao conjunto dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos por um indivíduo, ou seja, o que a pessoa “sabe”, “saber-fazer” e é capaz de “fazer”. Entretanto, esses elementos devem ser identificados e trabalhados, separadamente, para que haja um resultado satisfatório para a organização. Ao analisar os profissionais da área de Tecnologia da Informação – TI, observa-se suas competências de forma clara e bem definida. O objetivo geral do estudo foi identificar quais dos grupos de competências propostos por Le Bortef (2003) podem ser considerados, mais ou menos significativos, aos profissionais da área de Tecnologia da Informação que atuam na Universidade Aberta do Brasil. A abordagem metodológica é de natureza quantitativa, com manipulação estatística, de caráter descritivo, tendo como sujeitos, os profissionais de TI que atuam na UAB. A coleta de dados utilizou questionário *online*, por um período de 32 dias, obtendo-se 79 respostas, em 95 unidades da UAB. Como ferramenta, utilizou-se de *GoogleDocs*, SPSS-18 e Microsoft Excel-2007. Observou-se, que os profissionais de TI que atuam na UAB são detentores dos cinco domínios de saberes propostos por Le Bortef (2003): “saber agir e reagir com pertinência”, “saber combinar recursos”, “saber aprender”, “saber envolver-se” e “saber transpor”. De modo individual, o domínio “saber agir e reagir com pertinência” apresentou maior incidência entre os pesquisados, ficando evidente as competências essenciais de tomada de decisão, visão sistêmica, capacidade empreendedora, motivação e energia para o trabalho e, capacidade negocial. O domínio “saber transpor” em que a competência essencial é a orientação para resultados, obteve menos respostas. Isso significa menor evidência neste domínio para os profissionais pesquisados, considerando tarefas burocráticas, memorizáveis e repetitivas. Por outro lado, o domínio “saber combinar recursos”, focado na criatividade e adaptabilidade dos saberes aos recursos internos e externos mostram-se adequados, considerando o contexto social, tecnológico e as relações interpares. Quanto ao domínio “saber aprender”, esses profissionais procuram manterem-se qualificados profissionalmente, mostrando-se capazes de aprender com as experiências, agindo de forma analítica e concentrada. Evidenciando as competências de autodesenvolvimento, gestão do conhecimento e cultura de qualidade. Por fim, o domínio “saber envolver-se”, com as competências comunicação e interação, liderança, trabalho em equipe e, relacionamento interpessoal, apresentam índice satisfatório aos pesquisados. Conclui-se, que das 24 variáveis investigadas, considerando 15 competências adequadas ao perfil desse profissional, o “saber agir e reagir” apresentou maior índice de respostas, já o “saber transpor” ficou com o menor índice, ainda que todos estivessem significativamente no grupo. Isso por que, o profissional de TI não está atrelado, rotineiramente às atividades burocráticas e sim, as atividades direcionadas à obtenção de resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão por competências. Profissional de TI. Universidade Aberta do Brasil.

REFERÊNCIA:

LE BORTEF, Guy. **Desenvolvendo a Competência dos Profissionais**, Porto Alegre: Artmed, 2003.

GRAU DE ESCOLARIDADE E VARIABILIDADE COGNITIVA NA TERCEIRA IDADE

SANTOS, Gabriela Argôlo¹; BRITO, Geová Philipe Leão¹; FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; OLIVEIRA, Isabela Marangoni¹; SANTOS, Daniely Bruna Rodrigues¹; SANTOS, Elinéia Ferreira¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²
Discentes das FIPMoc¹; Docente das FIPMoc²

O processo de envelhecimento relaciona-se com o declínio de algumas habilidades cognitivas. Porém, outros fatores para além da idade contribuem para essa deterioração, sendo a escolaridade responsável por 30% da variabilidade cognitiva na terceira idade (PAULO E YASSUDA, 2010; GABRIEL E CONBOY, 2010). A quantidade de anos de estudo vem sendo indicado como determinante na atuação neuropsicológica em tarefas que avaliam as mais variadas funções cognitivas, como a linguagem, a memória, a atenção e as funções executivas (PARENTE *et al.*, 2009). Objetivou-se Identificar o grau de escolaridade e o declínio cognitivo na terceira idade. Trata-se de um estudo descritivo e transversal. A população deste estudo foi composta de 130 idosos que frequentam academias de praças, SESI – Minas, Asilo e SESC - Minas na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, no período de março a abril de 2014. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, através de um questionário os idosos responderam qual o seu grau de escolaridade e se apresentavam alguma alteração das funções cognitivas: memória, aprendizagem e atenção. Dos 130 idosos, 36 (28%), estudaram até o ensino fundamental completo, 32(25%) ensino fundamental incompleto, 25 (19%) ensino médio completo, 15 (11%) são analfabetos, 14 (%) ensino superior completo e 8 (6%) ensino médio incompleto. Sendo que 116 (89,23%) possuem alterações cognitivas. Dentre estes 61 (46,92%) possuem perda de memória, 27 (20,77%) falta de atenção e 28 (21,54%) dificuldade de aprendizagem. Percebe-se que a maior parte da amostra possui baixo e intermediário grau de escolaridade, sendo a redução dos anos de estudo associada ao comprometimento das conexões cerebrais, contribuindo para o efeito do sedentarismo e redução das funções cognitivas dos idosos. Em contrapartida, elevado nível educacional pode atuar como protetor ao comprometimento cognitivo no envelhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Escolaridade. Cognição. Terceira idade.

REFERÊNCIAS:

GABRIEL, P.; CONBOY, J. Atenção e memória visual na população idosa: uma associação entre as habilidades literárias sob condições de interferência. **Cuad. Neuropsicol.** 4(2): 186-201, 2010.

PAULO, D.L.V.; YASSUDA, M.S. Queixas de memória de idosos e sua relação com escolaridade, desempenho cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade. **Rev Psiquiatr.** 37(1): 23-6, 2010

PARENTE, M.A.M.P. *et al.* Evidências do papel da escolaridade na organização cerebral. **Revista Neuropsicologia Latinoamericana.** 1 (1):72-80, 2009.

HIPERTENSÃO EM IDOSOS E SUA RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO FÍSICO

OLIVEIRA, Isabela Marangoni¹; PINHEIRO, Ugo Borges²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Com o envelhecimento, ocorrem alterações na anatomia e fisiologia cardiovascular, mesmo na ausência de doenças, que fazem aumentar a prevalência de pressão sanguínea. A VI Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial, recomendam que se reduza a pressão em idosos para valores abaixo de 140x90 mmHg, respeitando-se as características individuais e a qualidade de vida desses indivíduos. Um dos efeitos da atividade física é a redução da pressão arterial (PA) pós-exercício em relação aos níveis pré-exercício (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010). Objetivou-se verificar a hipertensão arterial em idosos praticantes de exercício físico. Trata-se de uma pesquisa descritiva e transversal. Com uma população de 130 idosos encontrados nos PSF's, academias ao ar livre, SESC e SESI. O critério de inclusão é ser idoso e estar fazendo atividade e/ou exercício físico. Foi realizada uma entrevista no período da manhã com os idosos, e eles assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e posteriormente um questionário relacionado á hipertensão e a prática de exercício físico. Da população de 130 idosos, 99 são hipertensos; 104 idosos praticantes de exercício físico. Houve aferição da pressão

desses idosos, do qual 49 com pressão maior que 130-90mmHg; 30 com PA em 130-90mmHg; 29 com valor pressórico de 120-80mmHg, e 22 com valor igual ou menor que 110-70mmHg. Sabe-se que o exercício tende a diminuir a PA, e este estudo comprova isso, já que 99 idosos são hipertensos, e somente 49 estavam com a pressão acima do adequado, portanto o exercício físico é benéfico em relação à HA.

PALAVRAS-CHAVE: Hipertensão. Idosos. Exercícios.

REFERÊNCIAS:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Sociedade Brasileira de Hipertensão. Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. **Arq. Bras. Cardiol.**,v. 95, n.1 supl.1, p.1-51, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA JOSÉ CORRÊA MACHADO

ROCHA, Caio Brandão Xavier¹; GONCALVES, Érico Nnaves de Freitas¹; COSTA JUNIOR, Antônio Carlos Moreira da²; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc: ² Docente das FIPMoc.

O objeto deste estudo foi a Avenida José Corrêa Machado, localizada na cidade de Montes Claros é responsável por escoar o tráfego da zona sul da cidade para o centro a zona norte e oeste.. Confeccionada há 13 anos, possui capa asfáltica de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ. O objetivo deste artigo foi, por meio de análise da superfície do pavimento, identificar as patologias na Avenida José Corrêa Machado na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Foi realizado um estudo qualitativo a partir de análise de fotografias da avenida. A escolha dessa avenida deu-se pela importância que ela representa para a cidade, pela sua localização de fácil acesso e por se tratar de uma via de ligação entre regiões. Também foram realizados estudos bibliográficos para levantamento de conceitos sobre a temática em estudo (pavimento asfáltico, patologias etc.) Os pavimentos são, geralmente, projetados para durarem 10 anos, nos quais a manutenção vem a ser um fator imprescindível para que as características do ligante sejam mantidas. A partir dessa informação constata-se que o asfalto da avenida José Correa Machado, já encontra-se acima do limite estipulado. Além disso, através da análise das fotografias identificou-se as seguintes patologias: afundamentos, escorregamentos, remendos e fendas, que podem causar desde pequenos a grandes acidentes. Concluiu-se que a capa asfáltica implantada encontra-se com graves patologias o que demanda atenção das autoridades competentes.

PALAVRAS-CHAVE: Trânsito urbano. Mobilidade urbana. Deformações asfálticas.

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS-PROBLEMAS RELACIONADAS À DRENAGEM PLUVIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO CINTRA EM MONTES CLAROS-MG

SANTOS JÚNIOR, Valdevino José dos¹

¹Discente das FIPMoc

A drenagem pluvial surgiu a partir da necessidade de conduzir águas de chuva em áreas urbanas até os cursos hídricos. Com a intensa urbanização, foram criadas grandes superfícies impermeáveis sobre as bacias hidrográficas obstruindo o escoamento natural de águas. Com isto, torna-se necessário os sistemas de drenagem pluvial para o adequado direcionamento de águas pluviais para córregos e rios (SILVA *et al.*, 2004). Problemas como as enchentes e inundações poderiam ser evitados se houvessem a identificação de áreas já urbanizadas sujeitas a esta problemática, servindo-se de apoio para projetos e política municipais, com intuito de sanar a insustentabilidade na drenagem e evitar danos e prejuízos à população (CARVALHO, 2010). Este estudo objetiva identificar Áreas-Problema (AP's) que interferem na drenagem pluvial da bacia hidrográfica do córrego Cintra no município de Montes Claros-MG. A bacia hidrográfica do córrego Cintra está inserida totalmente no perímetro urbano de Montes Claros-MG. Apresenta clima tropical úmido de cerrado com estação seca no inverno e as maiores precipitações e temperaturas médias concentram-se entre os meses de outubro e março. As AP's e as questões que interferem na drenagem pluvial foram obtidas mediante visita *in loco* a bacia, conforme determinado por Silva *et al.* (2004) e adaptado e aplicado por Steiner (2011), que esta, por sua vez, utilizou o registro fotográfico para a identificação de AP's no Rio Criciúma-SC. As AP's na bacia do córrego Cintra foram tomadas a cada quilômetro ao longo curso hídrico, partindo-se da nascente em direção a foz, no dia 15 de setembro de 2013. Identificou-se na bacia do córrego Cintra 07 AP's, bem como as interferências na drenagem pluvial, conforme o que metodologia proposta aborda. Na AP 01 (nascente do córrego Cintra), é uma área com grande declividade, e nela encontrou-se materiais sólidos em suspensão, lançamento de

efluente doméstico, degradação da área de preservação permanente (APP) e assoreamento. Na AP 02, destaca-se a deposição de resíduos sólidos na calha do córrego. Nas AP's 03 e 04 a interação com efluentes, materiais sólidos em suspensão e vias sem pavimentação e APP. Já nas AP's 05 e 06 encontra-se a calha do rio assoreada, deposição de resíduos domésticos, tais como plásticos e da construção civil. E por fim na AP 07 (foz do córrego), a grande presença de resíduos sólidos presos a uma tubulação, próximo ao desagüe no rio Vieira. Conclui-se que a bacia hidrográfica do córrego Cintra é uma área bastante urbanizada e com a visita *in loco*, que se deu de forma eficiente, conforme a metodologia aplicada foram identificadas, a cada quilômetro, as AP's e nelas pode-se detectar aspectos que interferem na drenagem pluvial como os maus usos e ocupações do solo, resíduos sólidos, assoreamento da calha e a degradação da APP.

PALAVRAS-CHAVE: Drenagem urbana. Problemas urbanos. Bacia hidrográfica urbana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, K. O. **Drenagem pluvial urbana convencional x sustentável: estudo de caso nos bairros Baraúnas e Centenário – Bahia.** 2010. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Engenharia Civil) - Universidade de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

SILVA, B. J. da. *et al.* **O componente drenagem urbana no plano municipal de saneamento de Alagoinhas, Bahia.** 2004. Disponível em: <www.semase.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/35Assemae126.pdf>. Data de acesso: 07 maio 2013.

STEINER, L. **Avaliação do sistema de drenagem pluvial urbana com aplicação do índice de fragilidade. Estudo de caso:** microbacia do Rio Criciúma, SC. 2011. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS ERGONÔMICOS EM POSTOS DE TRABALHO EM UMA PADARIA NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG

SANTOS JÚNIOR, Valdevino José dos¹; ALCÂNTARA, Gustavo Barbosa²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

As Padarias pertencem ao segundo setor da economia, exigindo intensos esforços físicos de seus empregados, podendo acarretar agravos à saúde e à segurança destes (ROCHA *et al.*, 2011). Deste modo, o presente estudo objetiva identificar os fatores de risco ergonômico dos postos de trabalho de uma Padaria no município de Montes Claros-MG, por meio da Análise Ergonômica do Trabalho - AET. A Padaria localiza-se no município de Montes Claros-MG e destaca-se pela proximidade a importantes pontos comerciais, fabris e universidades, os quais requerem grande demanda de seus produtos. A empresa possui oito empregados, a citar: um ajudante de padeiro, três atendentes, dois caixas, uma diarista e um padeiro. A AET divide-se em três etapas, são elas, as análises da demanda, da tarefa e da atividade, permitindo, desta forma, a identificação dos fatores de risco ergonômico submetidos aos postos de trabalho. Foram realizados registros fotográficos para uma melhor apresentação dos resultados, como desenvolvido por Arruda *et al.* (2005) e Carvalho *et al.* (2010). Obteve-se a identificação e o registro fotográfico dos fatores de risco dos postos de trabalho, bem como os perigos, as causas e as fontes. Considerou-se neste estudo, apenas quatro postos de trabalho, por eles estarem submetidos aos mesmos perigos e riscos ergonômicos e apresentarem as mesmas características físicas, como: sexo, altura e idade. Percebeu-se na maioria dos postos de trabalho, a exigência de postura inadequada – trabalho em pé, movimentação excessiva e repetitiva de membros superiores e inferiores e a exposição ao calor – proveniente da temperatura ambiente e dos fornos. Este estudo finalizou-se com a identificação e registro dos diversos fatores de risco ergonômico e salienta-se necessidade de melhorar o ambiente e adaptar o trabalho às características dos empregados, conforme descrito na NR-17.

PALAVRAS-CHAVE: Ergonomia. NR-17. Avaliação Ergonômica. Panificadora.

REFERÊNCIAS

ARRUDA *et al.* **Aplicação da análise ergonômica do trabalho (AET) na avaliação do setor padaria em um supermercado em Viçosa/MG.** II Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho na UFV. Viçosa, 2005.

CARVALHO et al. Avaliação ergonômica das condições de trabalho em pequenas padarias de uma cidade do interior Minas Gerais. **Revista EPeQFafibe**. 2 ed., v. 01, p. 27-32. 2010.

ROCHA et al. **Riscos do trabalhador na indústria de panificação**: estudo de caso em uma panificadora de Natal-RN. 2011. Anais...Belo Horizonte, 2011.

IMPORTÂNCIA DA MATEMÁTICA PARA O ENGENHEIRO DE MINAS SOB O PONTO DE VISTA DE ALUNOS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO

CAVALCANTE, Fernando Rodrigues de Oliveira¹; BAHIA, Hubert Beni Cespedez¹; PAULA, Mateus Campos de¹; CUNHA, Patrick Patrese Lobo da¹; FROIS, Pedro Henrique Ribeiro¹; VIEIRA, José Joaquim Rodrigues²; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²
¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc. ²Docentes das FIPMoc

A matemática é imprescindível à formação dos engenheiros, seja qual for o seu ramo (Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, engenharia de Minas etc). É usada na construção de edifícios, estradas, barragens, aeroportos, fábricas, sistemas de telecomunicações, criação de dispositivos mecânicos, elétricos, escavações, para conhecer e avaliar os segredos do solo e das pedras, entre outros (OLIVEIRA, s/d) . Objetivou-se verificar o conhecimento de concluintes do Ensino Médio de escolas da cidade de Montes Claros acerca da importância da matemática para o engenheiro de minas. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário estruturado a 263 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de 07 escolas particulares da cidade de Montes Claros que têm intenção de frequentar um curso superior de engenharia, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que 55,13% dos respondentes sentem-se preparados para o curso em relação às matérias relacionadas à matemática; 30,04%, consideram-se parcialmente preparados; e, 14,84% não se sentem preparados. A grande maioria dos alunos, 94,30% consideram as matérias relacionadas à matemática importantes para o curso de Engenharia de Minas. Foi possível concluir que os alunos do Ensino Médio que estão prestes a frequentar a Educação Superior já percebem a importância das disciplinas relacionadas à matemática nos cursos de engenharia e especificamente no curso de Engenharia de Minas.

PALAVRAS-CHAVE: Matemática. Ensino Médio. Engenharia de Minas.

REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Carlos Rego de. **A Matemática e a Engenharia**. Universidade Lusíada de V. N. de Famalicão – Faculdade de Engenharia, s/d. Disponível em:
<docentes.fam.ulusiada.pt/~d1207/docs/PalestraCR23anos.pdf> Acesso em: 02 maio 2014.

IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS FILOSOFIA/SOCIOLOGIA PARA A FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO

CHAVES, Ana Carolina¹; MENDES, Paloma; MIRANDA, Lorena¹; VERSIANE, Andréa²; REGO, Thaís Cristina Figueiredo².
¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc. ²Docentes das FIPMoc

Muitos associam os cursos de engenharia somente a cálculos, gráficos, matrizes, vetores, esquecendo-se que além de conhecimentos tão exatos existe a necessidade de se ter profissionais com uma formação crítica para a cidadania, que conheçam a sociedade em que estão inseridos, capazes argumentar e estarem sempre abertos a novas ideias e/ou formas de pensar. É essencial que os engenheiros além elaborarem ou executarem projetos sejam capazes de pensar por si mesmos. Dentro do ensino superior essa missão cabe as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Objetivou-se verificar o conhecimento de concluintes do Ensino Médio de escolas da cidade de Montes Claros acerca da importância das disciplinas Filosofia e Sociologia para o engenheiro de minas. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário estruturado a 263 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de 07 escolas particulares da cidade de Montes Claros que têm intenção de frequentar um curso superior de engenharia, escolhidos intencionalmente. Quando questionados sobre a importância geral dessas duas disciplinas os alunos assim responderam: 45,25%, escolheram a alternativa “permitem um melhor entendimento do homem e do mundo que vivemos”; 27%, “contribuem para a aprovação no vestibular”; 10,65% , “despertam o interesse pois tratam de assuntos interessantes”; 7,98 % “podiam ser retiradas da grade curricular e substituídas por uma disciplina mais importante”; 7,60%, “ajudam a me situar como cidadão participativo”; e, 1,52%, “falam de um mundo desconhecido, que nada tem haver com a realidade”. Percebe-se que os alunos consideram tanto a Sociologia quanto a Filosofia importantes na sua formação,

porém quando perguntados se essas disciplinas devem estar presentes na matriz curricular de um curso de Engenharia de Minas, obtivemos um percentual alto de alunos que não as consideram importantes, 44,87%; contra 55,13% que pensam ser necessárias essas disciplinas para a formação profissional do engenheiro. Concluiu-se com esse estudo que mesmo tendo consciência da importância da Sociologia e da Filosofia para sua formação pessoal grande parte dos alunos que pretendem ingressar em um curso superior de engenharia ainda não as consideram importantes para a formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Filosofia. Engenharia de Minas.

INGESTÃO ALCOÓLICA EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA FACULDADE DE MONTES CLAROS – MG

BORGES, Rafael Dourado¹; TELLES, João Guilherme da Silva¹; NOBRE, Frederico Raelmi Lopes¹; NOBRE, Lucas Mendes¹; ANDRADE, Pedro Guido Soares¹; LANCUNA, Henrique Cezar¹; MOURA, Paula Maria Silveira Soares²; Discente das FIPMoc¹; Docente das FIPMoc

O consumo abusivo de álcool é reconhecido como um importante problema de saúde pública em todo o mundo, associado a múltiplas consequências, como doenças cardíacas, cerebrovasculares e até complicações hepáticas (GUIMARÃES *et al.*, 2010). Nesse sentido, vem-se observando um grande aumento de ingestão alcoólica entre os estudantes universitários, demonstrando ser um grupo susceptível e facilmente influenciado. Objetivou-se avaliar o consumo de bebidas alcoólicas entre acadêmicos de uma instituição de ensino superior na cidade de Montes Claros- MG no ano de 2013. Trata-se de um estudo transversal, descritivo de abordagem quantitativa, aprovado com número do parecer 576.795, realizada nas Faculdades Integradas Pitágoras, constituído por 311 acadêmicos distribuídos nos 5º períodos de todos os cursos oferecidos pela referida instituição. Foram aplicados o questionário complementar para a análise do perfil sócio-demográfico e cultural do entrevistado e o formulário AUDIT para identificação de problemas relacionados ao uso do álcool entre os acadêmicos, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e informações sobre o preenchimento dos questionários. Dos 311 entrevistados registrou-se predomínio do sexo feminino (58,06%) e faixa etária entre os 18-25 anos (80,64%). Sendo que 66,8% relataram consumir bebidas alcoólicas com frequência, esses elevados índices também são concordantes com estudos realizados por Nunes *et al.*(2012) e Rios *et al.*(2008) os quais registraram 71,5% e 63,6%, respectivamente para o consumo frequente do álcool. Quanto ao escore do grau de dependência alcoólica através do formulário AUDIT, 75,8% foram classificados em consumo de baixo risco e 24,2% em uso de risco ou nocivo, o que também concorda com um estudo feito por Pillon e Corradi-Webster (2006), em que 20,5% dos estudantes foram classificados em consumo de risco ou nocivo.: Apesar da maioria dos universitários serem enquadrados em consumo de baixo risco, no entanto, os mesmos apresentaram uma elevada frequência para ingestão de bebida alcoólica, evidenciando-se a necessidade de intervenções nesse meio acadêmico, como programas educativos, alertando a respeito dos limites do consumo de baixo risco, das possíveis consequências que podem ser causadas pelo uso abusivo, e de sugestões para, caso queiram continuar consumindo bebidas alcoólicas, que este consumo seja feito com responsabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo de álcool. Universitários. AUDIT

REFERÊNCIAS:

GUIMARÃES, V. V.; FLORINDO, A. A.; STOPA, S. R.; CÉSAR, C. L. G.; BARROS, M. A.; CARANDINA, L.; GOLDBAUM, M. Consumo abusivo e dependência de álcool em população adulta no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2010; 13(2): 314-25.

NUNES, J. M.; CAMPOLINA, L. R.; VIEIRA, M. A.; CALDEIRA, A. P. Consumo de bebidas alcoólicas e prática do binge drinking entre acadêmicos da área da saúde. **Revista de Psiquiatria Clínica**. 2012;39(3):94-9.

PILLON, S. C.; CORRADI-WEBSTER, C. M.; Teste de identificação de problemas relacionados ao uso do álcool entre estudantes universitários. **Revista de Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, 2006 julho/setembro;14(3):325-32.

RIOS, P. A. A.; MATOS, A. M.; FERNANDES, M. H.; BARBOSA, A. R.; Consumo e uso abusivo de bebidas alcoólicas em estudantes universitários do município de Jequié/BA. **Revista de Saúde Comunitária**. 2008;4:105-16.

INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DA ARQUITETURA E URBANISMO: UMA ANÁLISE DA ÓPERA DE ARAME DO ARQUITETO JAIME LERNER

LEÃO, Anne Hevellyn¹; LOPES, Amanda; MOTTA, Isabella Costa; PETRONE, Maria Thereza; MALVEIRA, Thalita; BAHIA, Patrícia; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

1Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

O planejamento urbano de Curitiba/PR foi projetado e executado pelo arquiteto Jaime Lerner com a finalidade de proporcionar aos moradores e turistas um local que valorizasse a cultura e o meio ambiente. A Ópera de Arame é uma obra que representa a participação ativa de Lerner nessa cidade, pois foi construída de maneira sustentável para fins multiculturais, sem desvalorizar a natureza a sua volta. Objetivou-se analisar a obra Ópera de Arame a partir das áreas e dos conhecimentos da iniciais da Arquitetura e Urbanismo. Como metodologia optou-se por uma abordagem qualitativa e exploratória. Sendo assim, realizou-se primeiramente uma pesquisa bibliográfica, buscando informações que ajudassem a responder às questões em estudo. Para análise da obra foram utilizadas fotos e plantas caracterizando esse estudo como documental. De acordo com Dias (2013) “o estilo próprio de viver do curitibano” não existiria se não fosse a linguagem urbanística/arquitetural e as ideias arrojadas empregadas à cidade pelo arquiteto e gestor público, Jaime Lerner. A Ópera de Arame foi construída em apenas 75 dias, na cratera de uma pedreira desativada. Espaço cultural que abriga as mais variadas manifestações artísticas, a Ópera de Arame está integrada à paisagem por meio de sua construção em vidro e tubos de aço, com lago, cascata d’água e blocos de fundação apoiados diretamente na rocha. Observa-se nessa obra diversos conhecimentos integrados como: plástica (observada no estilo mais livre e ousado da obra); desenho técnico (recurso utilizado para expressar a ideia da obra antes de sua execução); geometria (formato do teatro). Concluiu-se com esse estudo que os diversos conhecimentos básicos do curso de Arquitetura e Urbanismo estão claramente presentes nessa obra. Além disso, vale destacar a importância desse arquiteto e homem, pois é exemplo de como a gestão pública pode ser utilizada de maneira a aplicar os recursos públicos na promoção da qualidade de vida da população e na preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Ópera de Arame. Jaime Lerner. Conhecimentos da arquitetura e urbanismo

REFERÊNCIA:

DIAS, Solange Irene Smolarek. Perspectiva semióticas e discursos polifônicos de linguagem urbana e arquitetural: o caso de Curitiba. **Revista Théma et Scientia**. v. 2, n. 2, jul/dez 2013. Disponível em: < www.fag.edu.br/admfag/php/arquivo/1378124317.pdf> Acesso em: 03 maio 2014.

JARDINS RESIDENCIAIS

BORGES, Camila Corrêa¹; REZENDE, Giselle Cristina¹; GOMES, Gustavo¹; VELOSO, Késia Talinne¹; MENDES, Paula Graziela¹; RAMOS, Thiago Willian¹; TURANO, Livia².

⁽¹⁾ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; ⁽²⁾ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc

A partir das últimas décadas a discussão dos problemas ambientais têm se tornado, de forma mais intensa, temática obrigatória no cotidiano. Com isto, as áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos e residenciais. Sendo assim, além de desempenhar a função paisagística como elemento ornamental, a vegetação atua no controle de ruídos, filtragem da poluição atmosférica e como elemento modificador do microclima, de modo a adequar o comportamento térmico do arranjo urbano. Em consequência, o referente estudo tem por objetivo abordar a importância dos pequenos jardins residenciais para a concepção arquitetônica conforme resultados obtidos na pesquisa realizada no condomínio Vivendas do Lago, localizado em Montes Claros – MG. Feita pesquisa de campo no referente condomínio, constatou-se as influências e os benefícios gerados aos moradores pelos jardins. Tal artigo faz parte da pesquisa intitulada “Jardins Residenciais”.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano. Estética. Espaços verdes. Jardins residenciais. Qualidade de vida.

LÂMPADAS: CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO

RODRIGUES, Aldir Souza¹; OLIVEIRA, Danilo Freitas¹; AMORIN, Leirisy Leidiany Lopes¹; JUNIOR, Luiz Antônio Moreira¹; CATRINK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves²

¹ Discente em Engenharia Elétrica, FIPMoc; ² Doutoranda em Biocombustíveis, Docente das FIPMoc

Existem diversos tipos de lâmpadas para fins de iluminação. Estas são diferenciadas em dois grupos: lâmpadas fluorescentes e de descarga e as lâmpadas que não contêm mercúrio. Os principais tipos de lâmpadas existentes no mercado comercial brasileiro são as lâmpadas fluorescentes compactas, lâmpadas fluorescentes tubulares, lâmpadas incandescentes, lâmpadas multivapor metálico, lâmpadas halogênicas dicróicas e lâmpadas led. O presente trabalho realizou um estudo de investigação qualitativa a fim de analisar e comparar todos os componentes unitários ou complexos que compõem as lâmpadas, analisando a sua base de funcionamento, suas áreas de utilização e seu custo-benefício. Foi também realizado um estudo de todos os seus componentes e funcionamento das partes eletrônicas da mesma. De acordo com todo o material pesquisado foi verificado a existência de vários elementos químicos presente dentro de determinados tipos de lâmpadas como o Argônio (Ar), Mercúrio (Mg), Fósforo (P), Tungstênio (W), entre outros presentes no dia a dia. Concluiu-se que todas as lâmpadas apresentadas para investigação têm características únicas, pois são produzidas para uso doméstico, industrial e / ou laboratorial. Verificou-se também que o tipo de material utilizado, como na lâmpada Fluorescente, impacta diretamente na sua função em transformar energia em uma maior quantidade de luz do que calor.

PALAVRAS-CHAVE: Lâmpadas. Componentes unitários. Luz.

MEDIAÇÃO E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO NOVO CPC

NASCIMENTO, Danielle Queiroz Ribeiro do¹; ROCHA, Rafaella Figueiredo de Brito¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita²

¹ Discente da Unimontes; ² Docente do curso de Direito da UNIMONTES e coordenadora e professora do curso de Direito das FIPMoc

A redação do Projeto de Lei-PL nº 8.046/2010 que trata da instituição de um novo Código de Processo Civil, traz entre suas propostas a criação de câmaras de solução consensual de conflitos (AVILA, 2014). Nestes espaços o instituto da Mediação será empregado na solução pacífica das demandas, auxiliando o diálogo entre as partes, com o escopo de propiciar a diminuição da judicialização dos conflitos, um dos fatores que comprometem a efetividade da prestação jurisdicional. O estudo visou analisar a Mediação, no novo Código de Processo Civil, como instrumento auxiliar na efetividade da prestação jurisdicional. Para elaboração do estudo foi adotado o método de abordagem dedutivo, procedimento monográfico, bem como pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e da legislação referente à Mediação, principalmente pelo espaço que o instituto ganha atualmente nos estudos. A pesquisa constatou a eficácia da Mediação como método de resolução pacífica das lides e no auxílio da efetiva prestação jurisdicional, tendo em vista que a promoção do diálogo entre as partes e a capacitação das mesmas para a tomada das decisões, promove a construção de soluções mais duradouras (AZEVEDO, 2012). Destarte, muitos conflitos serão solucionados antes de adentrar, de fato, a esfera judicial tornando a prestação jurisdicional mais eficaz. Através da pesquisa concluiu-se que apesar dos demais fatores que acarretam a crise operacional do Judiciário, a busca da tutela jurisdicional com o objetivo de dirimir conflitos passíveis de serem solucionados através do diálogo, antes de adentrar a esfera judicial, tende a agravar a crise. Uma possível solução para a crise de operacionalidade destacada perpassa sim por fatores matérias e de pessoal, mas principalmente pela ausência de diálogo e colaboração daqueles que buscam o Judiciário. Destarte, a Mediação no novo Código de Processo Civil auxiliará na construção de uma cultura de comunicação cordial e eficaz para que as partes envolvidas no litígio possam decidir acerca da melhor solução.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação. Efetividade da prestação jurisdicional. Crise operacional do Judiciário.

REFERÊNCIAS

AVILA, Kellen Cristina de Andrade. **Inovações constantes no projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010)**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,inovacoes-constantes-no-projeto-do-novo-codigo-de-processo-civil-pls-1662010,47268.html>. Acessado em março de 2014.

AZEVEDO, André Gomes de (org.). **Manual de Mediação Judicial**. Brasil (de): Ministério da Justiça/PNUD, 2012.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM: REFORMAS PROPOSTAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

FREITAS, Débora Monteiro¹; NASCIMENTO, Letícia Vasconcelos¹; SANTOS, Gustavo Henrique Serpa¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita².

¹ Discentes do 6º período Noturno do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. ² Docente do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e Coordenadora e docente do curso de Direito das FIPMoc

O princípio da razoável duração do processo garante que as práticas processuais tenham o máximo de celeridade. Essa rapidez processual está intrinsecamente relacionada à maneira justa e eficaz de se resolver o litígio. Entretanto, a busca exacerbada pela via judicial tem gerado uma crise operacional do poder judiciário brasileiro, decorrente de inúmeras demandas que provocam a lentidão da prestação jurisdicional, o que fere o princípio constitucional em estudo. Diante dessa crise, o Judiciário perde sua capacidade de garantir direitos assegurados constitucionalmente, o que deixa o sistema em descrédito com a sociedade. Surgem, então, soluções alternativas que permitem a resolução do litígio fora da esfera judicial e buscam dar fluidez à composição de conflitos, ajustando ao Poder Judiciário ao julgamento do que é passível de composição litigiosa. O Anteprojeto do Código de Processo Civil atento a essa necessidade sócio-jurídica de desafogar a enorme demanda no sistema jurisdicional, propõe introduzir a mediação e a arbitragem como métodos extrajudiciais para solução de litígios. O principal objetivo deste trabalho é analisar as reformas acerca da mediação e arbitragem abordadas pelo Novo Código de Processo Civil à luz do princípio da razoável duração do processo. Para isso desenvolve-se o estudo do princípio da razoável duração do processo no Estado Democrático de Direito, a análise da eficácia da mediação e arbitragem diante da crise operacional do poder judiciário brasileiro e a observação da contribuição das mudanças na mediação e arbitragem para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Foram utilizados os métodos de abordagem dedutivo (partindo-se do geral, referente às mudanças propostas no Projeto do Novo Código de Processo Civil, para o específico, referente àquelas modificações que tratam da Mediação e Arbitragem); os de procedimento histórico visto que serão abordados os elementos precursores que levaram à efetiva mudança do Código de Processo Civil, e a inserção da mediação e arbitragem no mesmo; e o método de pesquisa bibliográfica: utilizando-se de leituras de artigos e livros relativos ao tema tratado, as reformas da mediação e arbitragem adotadas pelo Projeto do Novo CPC, além da pesquisa legislativa. Diante das pesquisas realizadas foi possível notar que os meios extrajudiciais de solução de conflitos podem mostrar-se válidos dentro da crise que o poder Judiciário enfrenta. A imensa demanda processual motivada pela busca da resolução de conflitos fere o princípio da razoável duração do processo, pois a resposta do Judiciário é cada vez mais tardia. Sendo assim, a inclusão da mediação e da arbitragem, métodos até então extrajudiciais, no Projeto do Novo Código de Processo Civil, mostra-se alternativa viável e eficaz no contexto atual de congestionamento de demandas. Tais institutos são uma esperança para que, no Brasil, a cultura da judicialização dos litígios seja reduzida. Conclui-se que com a inclusão da mediação e arbitragem no Novo Código de Processo Civil, há o reforço a uma expansão do princípio da razoável duração do processo, uma vez que com novos meios de decisão de litígios, será possível a aceleração dos julgados, assegurando maior celeridade na resolução de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Arbitragem. Mediação. Lide

MINIMIZAR O CUSTO NA PRODUÇÃO DE CADEIRA DE RODAS

CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹; CASTILHO, Pedro Otávio França de¹, GOMES, Rodrigo Hiramatsu¹

¹ Discente das FIPMoc;

A cadeira de rodas é um dos meios de locomoção mais práticos para pessoas portadoras de deficiência física, permitindo além da mobilidade, a maior interação destes indivíduos com a sociedade, sendo em alguns casos essencial para a sobrevivência e até mesmo para a carreira profissional. Objetivou-se mostrar a variação no preço das cadeiras de rodas e o diferencial entre as mesmas (materiais utilizados na fabricação e benefícios). Mostrando desta forma que cada cadeira é utilizada por um público específico. Redução no custo da produção de cadeira de rodas. Caracterizou-se como pesquisa exploratória e pesquisa experimental. Na busca pela redução de custos os fabricantes de cadeira de rodas procuram utilizar materiais e processos de fabricação mais baratos, em alguns casos deixando mais a parte a ênfase ao conforto, ergonomia, durabilidade e estabilidade, gerando um produto de qualidade questionável. Em alguns casos cadeiras mais pesadas, o que dificulta a locomoção dos cadeirantes. Comparação dos preços de cadeiras de rodas manuais e motorizadas comercializadas atualmente. Atualmente as cadeiras de rodas tanto as manuais quanto as motorizadas, possuem uma variação no preço de cerca de 10 vezes, mesmo

com esta variação, o projeto identificou que ainda há como reduzir os custos na sua criação. Foi constatado que para as cadeiras de rodas manuais, atualmente há uma grande variação no valor e é possível reduzir os custos e minimizar esta variação, dependendo do material a ser utilizado, sem perder na ergonomia, conforto e resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeira de rodas. Custo benefício. Ergonomia.

MOTIVAÇÃO PARA BEBER OU MANTER-SE ABSTÊMIO: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO

NOGUEIRA, Dionete Maria Mendes¹; COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Esta pesquisa apresenta resultados parciais do Projeto de Pesquisa intitulado Alcoólicos Anônimos e a recaída: análise à luz da experiência elementar, com bolsa FIPMoc, pelo Programa de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros-MG. Trata-se de pesquisa bibliográfica e qualitativa que buscou investigar a motivação do sujeito tanto para beber como parar de beber, a partir de três momentos distintos, a saber: 1º momento: revisão bibliográfica sobre o tema da recaída no alcoolismo, realizado a partir de publicações indexadas nas bases de dados BDNF, IBICS, Index Psi, Lilacs, Medline, Portal Capes e Scielo, no período de 2002 a 2013; 2º momento: revisão do tema motivação, na perspectiva fenomenológica, nas contribuições trazidas pelos autores Alfred Schutz, Gordon Allport, Victor Frankl e Edith Stein e, ainda, nos estudos, em Psicologia, sobre Experiência Elementar, questão abordada por Miguel Mahfoud, a partir das obras de Luigi Giussani; 3º momento: análise e discussão dos dados sobre a recaída, nas quais se empregou o método fenomenológico visando compreender a motivação do alcoolista que escolhe beber ou manter-se abstinente. Os resultados apresentaram como motivos para beber: a dependência física do álcool relacionada a um aumento da vontade para autoadministração de álcool; as respostas não eficazes de enfrentamento a situações de alto risco associadas a emoções negativas; o sentimento de culpa; a diminuição dos recursos pessoais e dos laços sociais do sujeito. E como motivos para parar de beber: o posicionamento do dependente alcoólico no enfrentamento da vida e no reconhecimento de sua dependência; a busca por tratamento médico e a busca pela psicoterapia. Restou evidente que motivo é um fator interno ou externo que impulsiona à ação e motivação é a análise das circunstâncias que possibilitam a realização. A motivação é que conduz o sujeito a realizar o comportamento motivado, o que significa que mesmo tendo motivo para beber, o sujeito pode abster-se e ainda que tenha motivo para manter-se abstinente, ele pode vir a consumir bebidas alcoólicas. A liberdade, a responsabilidade e a maneira como o sujeito se posiciona frente à sua realidade empírica influenciam em sua conduta motivada para beber ou parar de beber.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoolismo. Recaída. Motivação. Fenomenologia. Experiência Elementar.

NÍVEL DE CONHECIMENTO DE FUNCIONÁRIOS DO NASPP DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG ACERCA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS

FRANÇA, Ágata Aline Bastos¹; BATISTA, Érico Mateus¹; SANTOS, Flávia Thaís Pereira¹; JUNIOR, Gabriel Reis¹; SILVA, Jenny Efigênia¹

¹Acadêmicos do curso de Engenharia Civil das Faculdades Integradas Pitágoras

Os impactos ambientais negativos que os lixos causam ao meio ambiente, gradativamente, comprometem a vida futura no planeta. Assim, a sustentabilidade deve ser abordada com relevante importância para a sociedade, de forma a instigar que as pessoas façam o uso racional hoje sem comprometer o futuro da sociedade. O presente estudo tem como objetivo identificar o nível de conhecimento que funcionários de uma clínica escola de saúde possuem sobre os impactos gerados ao meio ambiente pelos resíduos sólidos e líquidos em setores de atendimento à saúde. Esse estudo se caracteriza como quantitativo e descritivo, através de pesquisa de campo com a aplicação de questionário fechado aplicado aos funcionários que concordaram em participar da pesquisa. O público alvo participante para este estudo foi composto por 13 funcionários do Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP) das FIPMoc, escolhidos intencionalmente, sendo 5 funcionários do setor de análises clínicas, 2 do setor de enfermagem, 3 da secretaria, 3 de serviços gerais. A partir dos dados coletados geraram-se gráficos que foram analisados posteriormente. Os dados obtidos indicaram que, nos setores analisados, 67% das pessoas entrevistadas possuem conhecimento satisfatório sobre o que os resíduos gerados no local podem causar ao meio ambiente, entretanto 33% não possuem o conhecimento sobre esse assunto. Concluiu-se que a grande maioria dos funcionários possuem conhecimento acerca da temática da pesquisa.

PALAVRAS CHAVE: Meio ambiente. Lixo hospitalar. Saúde

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC E PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

LISBOA JÚNIOR, Daniel Pinheiro¹; RODRIGUES, Dayane Oliveira¹; CAMELO, Thaysa Renata Lopes¹; MATOS, Thiago de Souza¹; OLIVEIRA NETO, João Batista de¹; REIS, Yeda Maria Batista Teixeira¹. TORRES, Vânia².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

No Brasil o acesso à justiça é um direito fundamental assegurado na Constituição. Entretanto, o acesso à justiça tornou-se um problema social que aflige grande parte da população brasileira, especialmente, os vulneráveis economicamente, devido às deficiências apresentadas pelo poder estatal na efetivação desse direito fundamental. Nesse contexto, outros mecanismos propiciadores de acesso à justiça gratuita e integral se tornam relevantes na contribuição à garantia desse direito. Objetivou-se verificar a contribuição do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) das Faculdades Integradas Pitágoras- FIPMoc para a promoção do acesso à justiça dos cidadãos montes-clarenses economicamente carentes. Realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios Anuais de atividades Jurídicas do NPJ/ FIPMoc do ano 2013 e de entrevista estruturada à coordenadora desse órgão. A análise de dados foi feita através da estatística descritiva, bem como relacionando os dados obtidos à literatura acerca do tema. A pesquisa revela que no ano de 2013, estavam em andamento NPJ/ FIPMoc 1017 ações, sendo que 73% delas se referem a ações na área cível, 18% família, 2,4% penal, 0,5% previdenciário e 6,1% outros. Nesse período, esse Núcleo contava com X acadêmicos que prestavam assistência jurídica aos cidadãos, funcionava das 8h às 20h, de segundas às sextas-feiras. O NPJ localiza-se no centro da cidade, próximo a uma praça com pontos de ônibus que dá acesso aos bairros periféricos da cidade. Sua estrutura física conta com uma sala de espera, recepção, banheiros e bebedouros, rampa de acessibilidade aos deficientes físicos, X escritórios que garantem o atendimento adequado ao cidadão, sala de coordenação, biblioteca e salas de orientação ao acadêmico estagiário. O NPJ das FIPMoc vem contribuindo com a promoção de acesso à justiça aos cidadãos montes-clarenses vulneráveis economicamente, na medida em que conta com um grande número de acadêmicos estagiários, o que permite elevar o número de atendimentos; possui um grande número de ações judiciais ajuizadas, predominantemente ações de família, ou seja, possibilitam aos mais carentes economicamente resolverem seus conflitos familiares que são fundamentais para uma vida digna; tem uma estrutura adequada, localização privilegiada e horários de funcionamento que faculta ao cidadão usufruir da prestação de seus serviços. Sugere-se que o NPJ das FIPMoc, além de prestar assistência jurídica integral e gratuita, também atue como um órgão de conscientização dos direitos dos cidadãos, bem como desenvolva um projeto de Núcleo Itinerante que propicie aproximar o judiciário do cidadão que reside nos bairros mais distantes de sua sede, bem como para aqueles que não têm recursos para arcar com despesas de transportes urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleo de Práticas Jurídicas. Acesso à justiça. Cidadão.

O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL FACE À CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

GARCIA, Ana Amélia Paulino¹; SANTOS, Ketherin Hillary Oliveira¹; DURÃES, Pedro Emílio¹; DUARTE, Sueli Oliveira¹; SANTANA, Víctor Freire¹; COSTA, Daniel Arthur Quaresma da²; TORRES, Vânia²;

1Discentes do curso de Direito das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Mesmo possuindo uma Constituição fundamentada em princípios e garantias instituidores não só de normas organizacionais estatais, mas principalmente de direitos e liberdades individuais, sem distinção de qualquer natureza, o Brasil ainda está longe de assegurar a seus cidadãos o acesso à justiça. O presente estudo propôs analisar o acesso à justiça no Brasil face à institucionalização dos direitos fundamentais. Trata-se de pesquisa bibliográfica, exploratória de natureza qualitativa. Revistas jurídicas, doutrinas e artigos da Internet do Google Acadêmico e Scielo foram selecionados para coleta de dados. Posteriormente, os dados foram analisados e interpretados a partir da literatura atinente ao assunto. Verificou-se que no Brasil é grande a disparidade entre o que está positivado na Constituição e o que se observa no cotidiano no que diz respeito ao acesso à justiça. Constata-se a existência de dois Estados: o Democrático de Direito, com todas as garantias constitucionais para a classe mais favorecida e elitizada, e, o Policialesco e autoritário, que se dirige aos cidadãos menos favorecidos economicamente e desprovidos das principais garantias e direitos basilares de uma vida digna. Isso contribui para aumento

da disparidade de acesso igualitário à Justiça. As desigualdades econômicas discrepantes, as desigualdades materiais das partes, os entraves processuais, o desconhecimento por parte dos cidadãos de seus direitos básicos e dos instrumentos disponíveis para reivindicá-los frente ao judiciário obstam o acesso à justiça por uma parte expressiva da população. Nem os mecanismos de acesso à justiça aos vulneráveis economicamente como: a Assistência Jurídica Integral e Gratuita, a Defensoria Pública, os Juizados Especiais, os Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de Direito, a Justiça Comunitária e a Justiça Itinerante, bem como as novas alternativas de solução de conflitos restritas ao judiciário têm assegurado a superação dos obstáculos de acesso à justiça. Conclui-se que apesar dos esforços dos governantes na criação de mecanismos jurídicos que viabilizem a efetivação dos direitos e liberdades individuais a todos os brasileiros de forma isonômica, especialmente, aos cidadãos vulneráveis economicamente, o Brasil ainda está longe de resolver essa questão. A falta de informação dos cidadãos pode ser um aspecto que merece maior investimento para tentar dirimir o problema de acesso à justiça e, principalmente, de acesso aos princípios básicos que permitam ao cidadão o exercício da cidadania. Além disso, estimular a criação de Núcleos de Prática Jurídica Itinerante, bem como desenvolver políticas para conscientizar o cidadão da importância da Justiça Comunitária pode ser uma estratégia eficaz para diminuir a distância entre o cidadão e a justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição. Acesso à justiça. Brasil. Cidadão.

O DIREITO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO

MESQUITA, Andréa Giovanna Braz ¹; SANTOS, Bárbara Ramos ¹; SOUZA, Renata Caroline Soares ¹; SALT, Stephanie Elizabeth Frazer ¹; TORRES, Vânia ²; FREITAS, Andressa Mendes ².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O direito é uma ordem normativa da conduta humana, um sistema de normas que regulam o comportamento social. Já o estado é uma organização destinada a manter, pela aplicação do direito, as condições universais de ordem social, ou seja, os direitos só são válidos se sua procedência for o próprio estado (KELSEN, 2009). A pesquisa propôs verificar a relação entre Estado e direito. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi feita através de doutrinas e artigos de Internet. Após a coleta de dados, estes foram analisados e interpretados à luz dos conhecimentos acerca do tema. Verificou-se que a relação entre o Estado e o direito exige cada vez mais um planejamento comunitário das diversas nações, de modo que não haja a quebra da soberania, que é o principal marco da liberdade dos estados. Existem três concepções básicas do nível de relacionamento entre o Direito e o Estado, que são: a dualística, a monística e o paralelismo. A teoria dualística parte do pressuposto de que o Direito e o Estado tratam-se de dois entes distintos, enquanto para a concepção monística, cujo exponencial revela-se em Hans Kelsen, Direito e Estado correspondem a mesma coisa. Na concepção do paralelismo, Direito e Estado são entidades distintas, embora interdependentes. Podemos dizer então que sem o estado não há a efetividade dos direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Direito. Relação de Estado e Direito.

REFERÊNCIA:

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

O ESTATUTO DE ROMA E OS CONFLITOS APARENTES COM A CRFB/1988

DAMASCENO, Gabriel Pedro Moreira¹; SILVA, Leandro Luciano²

1Discente das FIPMoc; 2 Doutorando FAE/UFMG - Procuradoria/ UNIMONTES – Docente Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc

A Comunidade Internacional vem enfrentando um sério problema em relação à produção de efeitos da proteção internacional dos direitos humanos, quando se trata da ocorrência de determinados crimes contra o Direito Internacional. O Tribunal Penal Internacional, criado por meio do Estatuto de Roma de 1998, representou um incitamento à teoria da responsabilidade internacional dos indivíduos, visto que o Estatuto prevê a punição dos indivíduos que praticarem os atos ilícitos previstos neste. O Brasil aderiu ao Tribunal Penal Internacional pela Emenda 45/2004. O TPI tem caráter excepcional complementar ao exercício da jurisdição penal dos Estados e sua jurisdição está limitada aos crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de agressão. O TPI possui relacionamento conturbado com a comunidade internacional, considerando-se que certos procedimentos e sanções presentes no Estatuto de Roma, em panorama superficial, têm sua aplicação condenada pelas constituições de alguns Estados,

como é o caso da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988- CRFB/88, configurando-se a necessidade de análise do referido instituto. O objetivo deste trabalho foi analisar os precedentes históricos que possibilitaram a concepção de um tribunal penal internacional de jurisdição permanente, os institutos previstos pelo referido Tribunal e averiguar a existência de conflitos entre o Estatuto de Roma e a CRFB/88. Como opção metodológica utilizou-se pela revisão bibliográfica de doutrinas e artigos dos principais autores brasileiros que tratam de Direito Constitucional, Direito Internacional Público (material e processual), Direito Penal e Direitos Humanos, e da análise sistemática da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do Estatuto de Roma, da Carta das Organizações das Nações Unidas e do Pacto de São José da Costa Rica, além de outros documentos de pertinência temática. Concluiu-se que, figuras presentes no Estatuto de Roma, os supostos conflitos existentes entre a CRFB/88 e o Tribunal Penal Internacional não se materializam. Na análise dos resultados, nota-se que o referido Tribunal transporta como carga o objetivo de superação dos antigos tribunais de exceção, que violaram explicitamente diversos princípios jurídicos do direito penal e foram encontradas discussões sobre a soberania do Estado brasileiro, o instituto da entrega de nacional, o eventual desrespeito a coisa julgada, conflito de competência, pena de prisão perpétua e o princípio da complementaridade. Concluiu-se que, no que se diz respeito às críticas sobre a incompatibilidade de certos procedimentos e penas presentes no Estatuto de Roma em relação à CRFB/88, salienta-se, tratem-se de meros conflitos aparentes, tendo em vista que os princípios da CRFB/88 não só ressalvam, mas também protegem os direitos da pessoa humana. A Justiça Penal Internacional chega ao mundo em boa hora, pois passa a reprimir os crimes contra os Direitos Humanos, sendo esta a responsável por uma sociedade internacional justa e digna, com fundamento na tutela dos Direitos Humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Jurisdição penal internacional. Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma. Constituição da República Federativa do Brasil.

O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O ADMINISTRADOR DE EMPRESAS

FONSECA, André Felipe Andrade¹; SILVA, Alexsandra Mendes¹; SOUZA, Renata Rodrigues de¹; ANDRADE, Simônica Souza¹; COSTA, Ariadna Rejane Pereira¹; SOUZA, Bianca Reslley Pessoa¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Discentes do curso de Administração das FIPMoc; ²Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc.

"O trabalho para o Administrador de Empresas é mais do que emprego, é o ato de atribuir significado ao meio, portanto a si mesmo e ao outro". (DAVEL, 1997, p. 165). Este estudo tem como objetivo analisar o significado do trabalho para o Administrador de Empresas. Utilizou-se uma pesquisa quantitativa com abordagem descritiva. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário aplicado a 15 bacharéis de Administração de Empresas, escolhidos intencionalmente. Constatou-se na pesquisa que, 93% dos respondentes concordaram que o principal significado do trabalho para o administrador, vai além do fator remuneração, tendo como foco principal o seu reconhecimento como profissional competente no meio em que vive. Houve também um pequeno número, 7%, que consideram o trabalho apenas como fonte de remuneração. Concluiu-se com o estudo, que o trabalho é mais que uma simples atividade laboral é algo que contribui para o fortalecimento da auto-estima do profissional, fazendo-o sentir-se necessário à sociedade em que está inserido.

PALAVRAS-CHAVE: Significado do Trabalho. Administrador de Empresas. Reconhecimento Profissional.

REFERÊNCIA:

DAVEL, Eduardo. **Recursos humanos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA EM MONTES CLAROS-MG: ESTUDO DE CASO DA BACIA DO CÓRREGO CINTRA

SANTOS JÚNIOR, Valdevino José dos¹

¹Discente das FIPMoc

São inúmeros os problemas relacionados à drenagem urbana que nos últimos anos vêm surgindo em muitas das cidades brasileiras provenientes de aspectos ambientais, políticos, sociais, culturais e econômicos (OLIVEIRA e COSTA, 2013). A existência de problemas como assoreamento, inundações, alagamentos, enchentes, retificação de canais e a ausência ou baixa presença das Faixas Marginais de Proteção (FMP) pelos usos e ocupação inadequados do solo, além do lançamento de efluentes

domésticos, foram os fatores que acarretaram a escolha e o desenvolvimento deste estudo. Este estudo tem por objetivo apontar a importância do sistema de drenagem urbana e apresentar os fatores que proporcionam a ineficiência no sistema de drenagem na bacia hidrográfica do córrego Cintra. A bacia hidrográfica do córrego Cintra é uma unidade inserida no perímetro urbano de Montes Claros-MG, sob as coordenadas geográficas 16° 47' 51" e 16° 40' 59" de latitude Sul e 43° 51' 53" e 43° 48' 40" de longitude Oeste. Possui densidade demográfica de 101,41 hab/km² (IBGE, 2010). Apresenta clima tropical úmido de cerrado com estação seca no inverno e as maiores precipitações e temperaturas médias concentram-se entre os meses de outubro e março. Esta bacia engloba os seguintes bairros de Montes Claros: Santa Rita I e II, Cintra, Lourdes, Carmelo, Santa Lúcia, Delfino Magalhães, Alcides Rabelo, Planalto, JK, entre outros. Este estudo baseou-se em Oliveira e Costa (2013) que utilizam pesquisas em arquivos públicos, visitas *in loco* e registros fotográficos e Steiner (2011) e Silva *et al.* (2004) que aplicaram indicadores de fragilidade do sistema para obterem os fatores que proporcionam a ineficiência em sistemas de drenagem. Estes indicadores são classificados em naturezas: ambientais, tecnológicas e institucionais. Foram identificados diversos fatores de naturezas ambientais, tecnológicas e institucionais que interferem na drenagem urbana na bacia do córrego Cintra, a citar: a ocorrência de alagamentos, erosão de terrenos na bacia, assoreamento, interações inadequadas com lixo e esgoto; escoamento ineficiente nas vias públicas, transporte hidráulico ineficiente; elevação de gastos com manutenção e conservação, encarecimento das soluções técnicas, entre outros. São inúmeros a quantidade de benefícios provenientes de um adequado sistema de drenagem, sobretudo em áreas baixas e sujeitas a inundação. Os fatores encontrados na bacia em questão revelam que está possui um sistema de drenagem bastante ineficiente, devido à falta de FMP, assoreamento e deposição de resíduos sólidos em suas margens.

PALAVRAS-CHAVE: Drenagem pluvial. Indicadores de drenagem. Bacia hidrográfica urbana.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010:** sinopse – Minas Gerais, 2010.

OLIVEIRA, N. F. de; COSTA, E. C. SISTEMA DE DRENAGEM URBANA EM ARAGUARI-MG. In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. **Anais...** Salvador, 2013.

SILVA, B. J. da. *et al.* **O componente drenagem urbana no plano municipal de saneamento de Alagoinhas, Bahia.** 2004. Disponível em: <www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/35Assemae126.pdf>. Data de acesso: 07 maio 2013.

STEINER, L. **Avaliação do sistema de drenagem pluvial urbana com aplicação do índice de fragilidade. Estudo de caso:** microbacia do Rio Criciúma, SC. 2011. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2011.

O USO DE BIOSSÓLIDOS EM SOLOS AGRÍCOLAS: REVISÃO DE LITERATURA

GONÇALVES, Thalita Emanuella Cordeiro¹; SANTOS JÚNIOR, Valdevino José dos²; OLIVEIRA, Plínio Santos de³

¹Engenheira Ambiental; ²Engenheiro Ambiental e pós-graduando das FIPMoc; ³Engenheiro Ambiental e pós-graduando em Saneamento e Meio Ambiente.

A preocupação com a água tornou-se um fenômeno mundial em função da proteção e defesa dos recursos hídricos. Desta forma, surgiu a necessidade de tratar as águas residuárias com a instalação das Estações de Tratamento de Efluente - ETE's como parte de políticas de incentivo ao saneamento básico para preservar os corpos d'água (ZEITOUNI, 2005). No entanto, durante o processo de tratamento das águas residuárias é gerado o lodo de esgoto, resíduo esse que se disponibilizado de forma inadequada no meio ambiente acarreta graves impactos ambientais (SOUZA, 2010 e ZEITOUNI, 2005). A finalidade deste trabalho foi avaliar a utilização de biossólidos na recuperação de solos agrícolas através de aspectos químicos, físicos e biológicos do solo, visando uma melhor produtividade. Foi realizada uma revisão de literatura com levantamento de cinquenta referências tanto de aspecto literário como de aspecto legal. Com a aplicação do biossólido como biofertilizante, observou-se que o consumo de fertilizantes fosfatados reduziu em 60% (SABBEY, 1974). O biofertilizante, além do fósforo, oferece o nitrogênio e outros nutrientes para as plantas, contribuindo para o desenvolvimento delas (FERNANDES E SILVA, 2013). Foi notado que os solos agrícolas para que recebam aplicações de biossólidos, devem se adequar

às legislações vigentes, levando-se em consideração a facilidade de acesso durante a deposição do material e respeitar outras limitações, tais como: a proximidade a áreas residenciais, a direção predominante de ventos e a declividade mínima (TSUTIYA, 2001). Ressalta-se ainda que mesmo com os benefícios do biofertilizante sob o solo agrícola, ele pode acarretar a proliferação de patógenos e vetores, caso não se tratado de forma adequada. Através dos estudos e pesquisas pode-se concluir que os biofertilizantes podem ser utilizados como fertilizantes em áreas agrícolas, desde que sejam respeitadas as legislações vigentes e tratados adequadamente.

PALAVRAS-CHAVE: Biofertilizante. Aplicação de biofertilizantes. Solos agrícolas. Lodo de esgoto tratado.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F.; SILVA, S. M. C. P. da. **Manual prático para a compostagem de biofertilizantes.**

PROSAB- Programa de pesquisa em saneamento Básico. Disponível em:

<www.finep.gov.br/Prosab/livros/Livro%20Compostagem.pdf>. Data de acesso: 05 abr. 2013.

SOUZA, W. A. **Aspectos econômicos e ambientais pelo uso de biofertilizante de esgotos domésticos em áreas agrícolas- Revisão de literatura.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) - Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas Santo Agostinho - FACET, Montes Claros, 2010.

TSUTIYA, M. T. Alternativas de disposição final de biofertilizantes. In: TSUTIYA, M.T.; COMPARINI, J.B.; ALEM SOBRINHO, P.; HESPANHOL, I.; CARVALHO, P. de C. T. de; MELFI, A. J.; MELO, W. J. de; MARQUES, M.O. (Ed.). **Biofertilizantes na Agricultura.** São Paulo: SABESP, 2001.

ZEITOUNI, R. F. **Análise crítica da Norma CETESB P 4.230- Aplicação de lodos de sistemas de tratamento biológico em áreas agrícolas- Critérios para projeto e operação.** 2005. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Agrônomo de Campinas, Campinas, 2005.

O USO DO HIDROGÊNIO COMO FONTE DE ENERGIA LIMPA UTILIZADO COMO COMBUSTÍVEL EM VEÍCULOS AUTOMOTORES

QUEIROZ, Rubens Leonardo Maciel¹; MARQUES, Graciela Aparecida²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Nos dias atuais, em face dos problemas de aquecimento global, busca-se cada vez mais o desenvolvimento de técnicas de produção de energia limpa. Desenvolver fontes de energia mais limpas para o transporte é um dos problemas mais complicados na questão energética. Uma das formas de solucionar este problema é substituir a queima de combustível fóssil por combustível mais limpo. O objetivo dessa pesquisa foi investigar o ciclo de vida do hidrogênio, envolvendo as etapas de sua produção, purificação, compressão, armazenamento, controle de qualidade, transporte e uso final do hidrogênio em células a combustível como vetor energético de emissão zero. O hidrogênio é um excelente substituto, pois ele é facilmente produzido com água entre outras misturas. A queima de hidrogênio produz muito menos poluentes atmosféricos que os combustíveis fósseis e biocombustíveis que são grandes geradores de poluição. O estudo propôs também a produção de hidrogênio como fonte de energia renovável, em alternativa aos combustíveis fósseis, a partir da água. Para saber a melhor forma e os melhores equipamentos e produtos para efetuar a eletrólise foram efetuados testes, pesquisas bibliográficas e testes em um veículo automotor. Com os resultados obtidos está sendo possível o desenvolvimento e aplicação de um sistema de hidrogênio em um veículo que consome combustíveis poluentes.

PALAVRAS-CHAVE: Energia Limpa. Hidrogênio. Economia.

O JUS CORRIGENDI E A LEI DA PALMADA: REPERCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PÊGO, Hortencia Aguilar¹; SILVA, Leandro Luciano da²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A pesquisa tem como tema delimitado a violência doméstica contra crianças e adolescentes, que pode ser conceituada como todo ato ou omissão praticado por pais, parente ou responsável, causando-lhes danos físicos, morais e psicológicos. Em muitos episódios, a violência doméstica é causada pelo excesso do *jus*

corrigendi, atribuído aos pais ou responsáveis, inerentes ao poder familiar. O objetivo do presente trabalho foi analisar se as alterações a serem promovidas pelo Projeto Lei nº 7.672/10, (Lei da Palmada), sob Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuiriam, em tese, para a diminuição dos efeitos do uso imoderado do *jus corrigendi*. Para atender ao propósito do presente trabalho adotou-se como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, por meios de doutrinas, artigos, legislação brasileira e internacional. Verificou-se que a aprovação do Projeto Lei nº 7.672/10, poderá incidir não apenas na diminuição dos episódios de violência doméstica pelo excesso do *jus corrigendi*, vez que estabelece, de forma objetiva, a proibição da utilização dos métodos de correção e disciplina abusivos e excessivos contra a criança e o adolescente, mas, sobretudo, porque representa mais um instrumento que materializa a preocupação do Estado com o respeito à dignidade da criança e do adolescente, corroborando com os demais institutos normativos protecionistas em vigor no ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica. Criança e adolescente. ECA. Lei da palmada.

OBTENÇÃO DE BIODIESEL UTILIZANDO ÓLEO DE FRITURAS

SILVEIRA JÚNIOR, Agostinho¹; BARROS, Armando Marden Carvalho¹; SANTOS, Naiara Joice¹; BRUGGER, Dayanne Carvalho¹; FAGUNDES, Elvis Alexandre Costa¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves²; AGUIAR, Maria Clara Santana³.

¹ Discente do curso de Engenharia de Energias Renováveis das FIPMoc. ² Docente das FIPMoc. ³ Monitora de Química Geral das FIPMoc.

O biodiesel, combustível composto, pode ser obtido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais, sendo, assim, renovável e ecologicamente sustentável. Pode ser produzido a partir de reação de transesterificação dos triglicerídeos, reação que não somente produz os ésteres metílicos dos ácidos graxos como também glicerina. O processo global de transesterificação de óleos vegetais e gorduras é uma sequência de três reações reversíveis e consecutivas, em que os monoglicerídeos e diglicerídeos são os intermediários e, para deslocar o equilíbrio, no sentido de obter o biodiesel, adiciona-se um excesso de álcool. Dessa forma, com este trabalho, objetivou-se verificar o aproveitamento de óleos residuais provenientes de frituras para obtenção de biodiesel, visando minimizar a deposição desses resíduos no meio ambiente. Foi realizada, em laboratório, a síntese do biodiesel a partir de 100 ml de óleo de frituras filtrado, 35 ml de álcool metílico e 1,5 gramas de hidróxido de sódio. Utilizou-se também uma fonte de calor e papel indicador de pH. Os produtos formados foram identificados através de cromatografia e confirmados com a realização de testes de combustão. Apurou-se a partir dos métodos utilizados que o volume de biodiesel produzido é quase duas vezes maior que o volume da matriz utilizada. Concluiu-se, portanto, que o óleo de frituras constitui-se substância propícia para a produção de biodiesel.

PALAVRAS-CHAVE: Biocombustível. Biodiesel. Transesterificação.

OFICINAS TERAPÊUTICAS EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

AMARAL, Lillian Ramos Veloso¹; REIS, Renilda Soares da Silva¹; ALCÂNTARA, Tatiane Araújo Ferreira¹; BENJAMIM, Fábio Júnior Soares¹; GUI SOLI, Andréa²

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O presente artigo visa investigar os discursos que sustentam as práticas das oficinas terapêuticas como modelo diferenciado na atenção psicossocial no campo da saúde mental. Busca fazer um resgate das orientações que nortearam o uso do trabalho e da atividade no tratamento da loucura, analisando os avanços destas práticas, sobretudo a partir do movimento antimanicomial, evidenciando os aspectos que insistem em emergir nos serviços substitutivos caracterizando uma lógica manicomial. Pensar na atuação do profissional neste campo de trabalho é pensar numa postura permanente de investigação como um articulador entre a dinâmica institucional e a necessidade do sujeito. As oficinas terapêuticas constituem uma modalidade de atendimento ao portador de transtorno mental nos chamados serviços substitutivos de assistência psicossocial que visa oferecer um espaço privilegiado para o trabalho e atividades de modo a possibilitar o enlace do sujeito com o fazer nas oficinas favorecendo a escuta da singularidade. O objetivo desta pesquisa visa investigar os discursos que sustentam as oficinas de saúde mental. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada a pesquisa qualitativa do tipo participante, tendo como recurso para coleta de dados a observação participante com produção de diário de campo para registro das análises feitas durante as oficinas. O público alvo foram os pacientes do Centro de Atenção Psicossocial Doutor Hélio Sales de Montes Claros (CAPS II). As práticas das oficinas terapêuticas e a escuta clínica possibilitaram, portanto mais uma via de atendimento para que os paciente encontrem um espaço para

articular suas histórias de vida de modo a ser possível reconhecer o arranjo que o sujeito dá como solução para os impasses que sua condição lhes possam atribuir, sendo estes quase sempre desatrelados das idealizações pretendidas pelos discursos da atenção psicossocial e da psiquiatria biológica. Diante desse novo enfoque, faz-se necessário aos profissionais da saúde mental que se coloquem em constante processo reflexivo nas suas práticas de modo a não cair no discurso institucional, pedagógico e biologicista que vez por hora insiste em emergir. Portanto, a postura ética aliada a uma ação teórica devem se fazer presentes no contexto da saúde mental. Percebemos a necessidade de articular a dinâmica dos serviços em prol de uma socialização do louco permitindo que ele circule pelas cidades e podendo construir assim, novas possibilidades de inserção social.

PALAVRAS-CHAVE: Oficinas terapêuticas. Saúde Mental. Atenção psicossocial

PAPÉIS DESEMPENHADOS PELOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS NAS ORGANIZAÇÕES

TOLENTINO, Adriana¹; OLIVEIRA, Ane Caroline Guedes¹; ADRIANO, Carla Mayra¹; MONTALVÃO, Caroline Gasparino¹; OLIVEIRA, Edna Madalena Lopes de¹; FERREIRA, Rodrigo Lima¹; 2DIAS, Cledinaldo Aparecido; 2REGO, Thaís Cristina Figueiredo
¹Discentes do curso de Administração de Empresas das FIPMoc; ²Docentes FIPMoc

O administrador é um profissional cuja formação é ampla e variada, precisa lidar constantemente com pessoas, estar atento aos acontecimentos passados e presentes para planejar o futuro, pois ele é o responsável por gerir empresas de pequeno, médio ou grande porte (CHIAVENATO, 2004). Esta investigação buscou identificar o papel desempenhado pelo administrador de empresas nas organizações. Realizou-se uma pesquisa quantitativa e descritiva através da aplicação de um questionário estruturado a 15 bacharéis em administração de empresas, escolhidos intencionalmente. Foi solicitado aos respondentes que atribuíssem notas em uma escala de 01 (menos importante) a 05 (mais importante) para 10 papéis exercidos pelos administradores de empresas. 66,67% dos respondentes consideraram com principal papel do administrador nas empresas o chamado COLETOR (aquele que procura informações para entender o que se passa em sua organização e no meio ambiente); seguido pelo LÍDER (aquele que age como motivador e direcionador), 60%; e pelo EMPREENDEDOR (o que inicia e planeja a maior parte das mudanças na organização), 53,33%. O papel do administrador considerado menos importante foi o PORTA-VOZ: (responsável por transmitir informações da empresa para o seu meio externo), com 26,67%. Conclui-se, que os papéis exercidos pelos administradores de empresas nas organizações fazem parte de categorias denominadas informacional (coletor e porta-voz), interpessoal (líder), decisória (empreendedores), isso demonstra o quanto o administrador de empresas é um profissional multifacetado.

PALAVRAS-CHAVE: Administrador de empresa. Papéis exercidos.

REFERÊNCIA:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Campus, 2004.

PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA QUÍMICA NO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS

SANTANA, Andréia Ribeiro¹; ALONSO, Daniel¹; LAGES, Gabriela Lemos¹; MURÇA, Fellip Gustavo Rodrigues¹; LEÃO, Lorena Maria Farias¹; JASCOLKA, Thiago Lages¹; REGO, Thaís²

¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc. ²Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc

A química está associada à resolução de problemas práticos, por isso é considerada uma disciplina de caráter aplicado. Quando aliada à várias outras ciências, como à Engenharia, por exemplo ajuda na descoberta de novos materiais. Os engenheiros de minas, com o auxílio química, estudam e procuram caracterizar os minerais por seus elementos químicos. Objetivou-se verificar o conhecimento de concluintes do Ensino Médio de escolas da cidade de Montes Claros acerca da importância da química para o engenheiro de minas. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário estruturado a 263 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de 07 escolas particulares da cidade de Montes Claros que têm intenção de frequentar um curso superior de engenharia, escolhidos intencionalmente. Constatou-se na pesquisa que 88,21% dos alunos declararam que a disciplina química deve estar presente no curso de engenharia de minas, por se tratar de uma disciplina importante para esse profissional. Houve também um pequeno número de alunos, correspondendo 11,79% que responderam como não sendo importante. Quando questionados sobre sua preparação para as disciplinas relacionadas à

química no Ensino Superior, 41,44% consideraram-se parcialmente preparados, enquanto 40,68% dos respondentes consideraram-se preparados e 17,87% julgaram-se não preparados. Após o estudo conclui-se que, uma grande parcela dos alunos concluintes do ensino médio souberam identificar e relacionar a importância da química na formação do engenheiro de minas.

PALAVRAS-CHAVE: Concluintes do ensino médio. Química. Engenharia de Minas

PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ACERCA DE DISCIPLINAS DO PRIMEIRO PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS

LIMA, Valdeson Rodrigues¹; COSTA, Ray Henrique¹; MAYMART, Matheus Neves¹; GAMA, Marcos Filipe Porto Silva Ribeiro¹; RODRIGUES, Luis Arlen¹; BARBOSA, Victor Pessoa¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc. ²Doutoranda em Educação pela UFU e docente das FIPMoc

As matrizes curriculares dos cursos de engenharia são compostas por conhecimentos básicos, específicos e profissionais. Nos primeiros períodos predominam os primeiros, cujas disciplinas não são totalmente desconhecidas dos alunos do Ensino Médio. Objetivou-se verificar o conhecimento de concluintes do ensino médio da cidade de Montes Claros a cerca de disciplinas do curso de Engenharia de Minas. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário estruturado a 263 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de 07 escolas particulares da cidade de Montes Claros que têm intenção de frequentar um curso superior de engenharia, escolhidos intencionalmente. Quando questionados sobre a importância de disciplinas como Geometria Analítica, Álgebra Linear, Química e Cálculo os percentuais que as consideraram importantes foram altos: a primeira, 85,55%; a segunda, 84,41%; a terceira, 88,21% e a última 94,30%. Na questão sobre a relevância das disciplinas de Sociologia e Filosofia para a Engenharia de Minas esse percentual caiu consideravelmente, 55,13% consideram-nas importantes. A questão sobre conhecimento geral do curso que seria de responsabilidade de uma disciplina de Introdução à Engenharia de Minas, mostrou que os alunos não conhecem bem esse curso uma vez que responderam sobre as atribuições dessa profissão: 42,59% “exploração, tratamento e comercialização de minérios”; e apenas 25,86%, marcaram a alternativa correta “pesquisa, lavra e beneficiamento de minérios”. Concluiu-se com essa pesquisa que as disciplinas mais ligadas à área de exatas são consideradas muito importantes para a formação de um engenheiro, enquanto as da área de humanas nem tanto. Além disso, percebe-se ainda pouco conhecimento acerca das atribuições desse profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Engenheiro de Minas. Matriz curricular.

PERCEPÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DAS FIPMOC EM RELAÇÃO À GRIPE INFLUENZA

DIAS, Kamilla Freitas¹; XAVIER, Joicymara Magaly Mendes¹; ALCÂNTARA, Hortênsia Vitória Pereira¹; BERNARDO, Katarine Maria da Cruz¹; CALDEIRA, Roseane Duraes²; MOURA, Paula Maria Silveira Soares²

¹ Acadêmicas de Fisioterapia das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

A influenza (gripe) é doença infecciosa aguda de origem viral causada pelo vírus influenza, de distribuição universal, e que há séculos cursam com epidemias entre os seres humanos. Embora na maioria das vezes tenha evolução benigna, em idosos, crianças pequenas e portadores de doenças crônicas, essa infecção pode levar a um expressivo número de óbitos. Em países de clima temperado, com inverno bem definido, o índice de mortalidade por gripe pode chegar a 10% dos indivíduos acometidos. O influenza é um RNA vírus que, em função do seu material genético, pode ser subdividido nos tipos A, B e C, sendo que apenas os do tipo A e B apresentam relevância clínica em humanos (MARTINEZ, 2009). Objetivou-se Analisar a percepção do conhecimento dos acadêmicos das FIPMoc em relação à gripe influenza.: Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva de abordagem quantitativa onde foram avaliados 163 acadêmicos dos cursos de Fisioterapia, Farmácia, Biomedicina e Enfermagem das FIPMoc na qual foram submetidos a responder um questionário estruturado baseado na literatura. O presente estudo nos mostra que dos 163 acadêmicos entrevistados, 65% apresentaram algum episódio de gripe nos últimos 12 meses e os sintomas mais presentes foram a coriza, a dor de cabeça e a tosse. 88 (54%) dos entrevistados tem conhecimento de como o sistema imune realiza a defesa do organismo contra o vírus da influenza. 73,6% fazem automedicação e 99% consideram a higienização das mãos importante. Quanto a prática de exercícios físico 60,1% mostraram não ter o conhecimento da importância de atividades na

prevenção da gripe *influenza*. Pode-se concluir que os acadêmicos realizam a automedicação quando episódio de gripe por *influenza* e poucos acadêmicos consideram que a prática de exercício físico previne a gripe.

PALAVRAS-CHAVE: Vírus. Influenza. Gripe

REFERÊNCIA:

MARTINEZ, J.A.B. Influenza e publicações científicas. **J.bras.pneumol.** v.35, n.5, p. 349-400. 2009.

PERCEPÇÃO DOS DIREITOS DE CIDADANIA DA POPULAÇÃO MONTES-CLARENSE

MOTA, Alessandro Miranda¹; CATRINCK, Caio Boaventura¹; PRIIMO, Carla Gabriella Souza¹; FROIS, Igor Carvalho Oliveira¹; MAGALHÃES FILHO, Josué Pereira ¹; MEDEIROS, Thiago Souza; TORRES, Vânia²; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes².
¹Discentes do curso de Direito das FIPMoc; ²Docentes das FIPMoc

O Direito é o conjunto de normas que regem uma sociedade, com o objetivo de atingir a justiça e a paz. A presente pesquisa propôs verificar a percepção da população da cidade de Montes Claros-MG quanto aos direitos de cidadania. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, a amostra foi composta por 681 cidadãos montes-clarense, apresentando amostragem não probabilística, o critério de inclusão usado foi: cidadão com 18 anos ou mais, abordados na Praça Doutor Carlos, Centro. Um formulário foi aplicado como instrumento de coleta de dados. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados. A maioria da população (72%) conhece seus direitos; 28% não conhecem seus direitos. A maioria da população (97%) considera importante conhecer seus direitos; 2% da população não consideram importante conhecer seus direitos e 3% não soube responder à pergunta proposta. Conclui-se através desse estudo que a população montes-clarense está atualizada acerca dos seus direitos, objetivando uma sociedade melhor, uma vez que a maioria dos entrevistados considera importante conhecer seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos. Cidadão. Montes Claros.

PERFIL DOS PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL ATENDIDOS EM CLÍNICAS DE MONTES CLAROS

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²
¹Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; ²Docente das FIPMoc

A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio que ocasiona lesões encefálicas, atingindo principalmente o desenvolvimento motor. Os pacientes com PC recebem atendimento fisioterapêutico, através de exercícios que contribuam para a reabilitação (CAMPOS & SANTOS, 2009). Conforme um levantamento realizado em catorze países europeus, foi detectado um número maior de meninos com PC (GUERREIRO & GARCIA, 2009). Segundo estudo realizado na Escola de Educação Especial Albert Sabim, no Paraná, dos 28 portadores de PC a maioria (61%) encontrava-se entre 1 e 3 anos e as demais, entre 3 e 5 anos (SARI & MARCON, 2008). Objetivou-se conhecer o perfil dos portadores de PC atendidos em clínicas de Montes Claros. Caracterizou-se como uma pesquisa descritiva e transversal, realizada com portadores de PC atendidos em clínicas de fisioterapia de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliadas 13 crianças. A coleta de dados foi realizada com fisioterapeutas através de um questionário. Das 13 crianças, 8 eram do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Quanto a faixa etária das crianças, 6 fisioterapeutas atenderam na faixa entre 2 e 3 anos, seguido de 4 que atenderam crianças acima de 10 anos e 3 fisioterapeutas atenderam crianças entre 3 e 4 anos. Ao analisarmos o perfil dos pacientes com PC, identificamos que este perfil se aproxima da população definida nos estudos relatados na literatura. O fisioterapeuta tem um importante papel no tratamento desses pacientes, assim, é necessário conhecer o perfil da população atendida, vislumbrando um melhor conhecimento do indivíduo, das suas necessidades, limitações e acima de tudo, do que pode ser feito para dar o máximo de independência para este.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil. Paralisia cerebral. Clínicas.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. C., SANTOS, M. G. Sentimentos vivenciados por fisioterapeutas no atendimento a pessoas com paralisia cerebral. **Psico-USF.** v.14, n.2, 2009.

GUERREIRO, P.O., GARCIA, G.L. Diagnóstico das condições de saúde bucal em portadores de paralisia cerebral do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. v.14, n.5, p.1939-1946, 2009.

SARI, F. L., MARCON, S. S. Participação da família no trabalho fisioterapêutico em crianças com paralisia cerebral. **Rev. bras. Crescimento desenvolv. hum.** v.18, n.3, 2008.

PERSPECTIVA DO IDOSO ACERCA DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

SANTOS, Daniely Bruna Rodrigues¹; BRITO, Geová Philipe Leão¹; FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; OLIVEIRA, Isabela Marangoni; SANTOS, Elinéia Ferreira¹; SANTOS, Gabriela Argôlo¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².

A velhice é um processo gradativo, composto por uma série de modificações tanto morfológicas como funcionais, biológicas, psicológicas e sociais que determinam a perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos. Diante a percepção do idoso sobre o processo de envelhecimento, existem percepções distintas entre as pessoas o qual algumas percebem a velhice como um período vazio, sem valor, no qual existe inutilidade e falta de sentido, enquanto que, para outros, pode ser um período de aproveitamento, prazeroso, crescimento, realização pessoal, oportunidade para fazer aquilo que não fez quando jovem, porque o tempo foi todo ocupado na criação dos filhos, na busca de estabilidade, entre outras coisas (CÓTICA, 2011; SCHIMIDT, 2012). Objetivou-se Analisar a percepção dos idosos sobre o processo de envelhecimento. Trata-se de uma pesquisa descritiva e transversal, realizada com 130 idosos que frequentam academias de praças, SESI – Minas, Asilo e SESC - Minas na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, no período de março a abril de 2014. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi aplicado um questionário com perguntas sobre a perspectiva do idoso acerca do processo de envelhecimento. Dentre a amostra 130 idosos na abordagem da perspectiva do envelhecimento, observamos que a grande maioria 123 (95%) considera-o como um processo natural, e 7 (5%) possui uma concepção negativa do envelhecimento. Conclui-se que a perspectiva do envelhecer, varia de acordo a particularidade do indivíduo. Sabendo-se que a grande maioria dos idosos tem uma boa aceitação em relação a este processo, mesmo tendo que enfrentar as limitações que este os proporciona.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso. Envelhecimento. Percepção.

REFERÊNCIAS

CÓTICA, C. S. Percepção de envelhecimento e finitude no final da vida adulta tardia. **Revista Geriatria & Gerontologia**. 5(4): 201-213, 2011.

SCHIMIDT, T. C. G.; SILVA, M. J. P. Percepção e compreensão de profissionais e graduandos de saúde sobre o idoso e o envelhecimento humano. **Revista da Escola de Enfermagem USP**. 46 (3): 612-617, 2012.

POSIÇÃO DOUTRINÁRIA ACERCA DA NOMENCLATURA USADA PARA REFERIR-SE À EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

MENDES, Thawana Suyara Silveira¹; MIRANDA, Lara Pereira Matos¹; TORRES, Maria Clara Ferreira¹; NUNES, Maria Silveira¹; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira¹; RODRIGUES, Mariana Miranda¹; GUEDES, Maria Isabel Marcondes¹, TORRES, Vânia²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Os direitos fundamentais surgiram em momentos históricos específicos, a partir das novas reivindicações fundamentais do ser humano, resultantes da evolução moral, político, social, econômica e tecnológica da sociedade, em cada época, levando os estudiosos a cunhar as expressões gerações ou dimensões, conforme sua ingerência nos ordenamentos jurídicos. A presente pesquisa propôs analisar a posição doutrinária acerca da terminologia usada para se denominar o evento de evolução histórica dos direitos fundamentais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória com abordagem qualitativa. Utilizou-se para coleta de dados artigos de Internet, revistas jurídicas e doutrinas acerca do tema. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se uma relação entre os dados obtidos e a literatura. Constatou-se que parte da doutrina usa a expressão “gerações” de direitos com uma conotação de sucessão cronológica, objetivando demonstrar a evolução histórica dos direitos fundamentais

construídos em diferentes momentos históricos. Essa concepção induz ao entendimento de que há uma substituição de uma geração por outra conforme os direitos fossem evoluindo. Em oposição a essa ideia, alguns doutrinadores entendem ser o termo “gerações” impróprio para definir essa evolução dos direitos fundamentais, defendendo que o mais adequado seria a expressão “dimensão”, uma vez que os direitos se complementam e não se excluem. Trata-se de uma expansão, cumulação e fortalecimento dos direitos humanos, consoante uma visão integrada de todos os direitos humanos. A ideia é a de que os novos direitos são acrescidos aos demais, havendo um somatório de direitos fundamentais. Outros doutrinadores usam as expressões gerações e dimensões como sinônimas. Conclui-se que a ideia de “geração” está diretamente ligada à de sucessão, substituição, exclusão, enquanto que os direitos fundamentais não se sobrepõem, não são suplantados uns pelos outros. Assim, entende-se que a expressão “dimensões” é a mais pertinente para referir-se à evolução histórica dos direitos fundamentais, devendo-se compreender a distinção entre gerações e dimensões como uma questão meramente acadêmica, servindo apenas para situar os diferentes momentos em que esses grupos de direitos surgem como reivindicações acolhidas pelo direito constitucional interno.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais. Evolução histórica. Terminologia. Posição doutrinária.

POTENCIALIDADES DO EUCALIPTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA

MEDEIROS, Cezar Alexandre Santos de¹; MOTA, Wesley Batista¹; MOURÃO, Sheila Abreu²

¹ Discente do 10º período de Engenharia Civil das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc.

Apesar do avanço tecnológico dentro da construção civil, a utilização de madeira continua sendo amplamente empregada neste segmento. Com a redução das espécies nativas de madeiras e pensando na preservação das florestas, a exploração e valorização de componentes arbóreos oriundos de reflorestamento ganha cada vez mais espaço na construção civil. Objetivou-se descrever as propriedades do eucalipto bem como sua forma de utilização na construção civil. Tratou-se de uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e procedimentos de revisão bibliográfica. Os resultados da pesquisa revelaram que o uso do eucalipto na construção civil tem propiciado a redução da pressão sobre o desmatamento das florestas nativas e, assim, vem beneficiando o meio ambiente. As madeiras oriundas do reflorestamento mais utilizadas na construção civil no Brasil são *eucalypto grandis*, *urophylla*, *camaldulensis*, *cleoziana*, *tereticornis*, *brassiana*, *resinifera*, *robusta*, *pelita*, *corymbia* e *citriodora* que apresentam características que dificilmente são encontradas naturalmente em outros materiais utilizados na construção civil tais como: a condição de serem considerados como reservas renováveis, prerrogativa de reutilização do material, emprego de ferramentas simples, boas condições naturais de isolamento térmico e absorção acústica, baixa massa específica e bom desempenho mecânico. **Conclusão:** Uma vez que o Brasil apresenta alta produtividade para fornecimento de madeira de eucalipto para a construção civil aliado à combinação de todas suas características conclui-se o eucalipto possui grande potencial para ser utilizado na construção civil, especialmente para a produção de forma de sustentação como pilar ou colunas, vigas, na confecção de esquadrias, assoalhos, estacas.

PALAVRAS-CHAVE: Madeira. Edificação. Eucalyptus sp.

PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS EM ADOLESCENTES DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG

NEPOMUCENO, Marcela Oliveira¹; LÉLIS, Fernanda Iully de Oliveira²; FILHO, José Alair da Fonseca²; SILVEIRA, Marise Fagundes³; FREIRE, Rafael Silveira⁴.

¹Discente das FIPMoc; ²Discente da Unimontes; ³Docente da Unimontes; ⁴Docente das FIPMoc

A atividade física foi definida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requer gasto de energia. A prática de atividade física é fundamental em qualquer idade, e na adolescência ela se faz muito importante porque é neste período que ocorre diversas mudanças tais como, corporais, emocionais e comportamentais. Objetivou-se investigar a prática de atividade física e fatores associados entre adolescentes de 15 a 19 anos da cidade de Montes Claros-MG. O tamanho amostral para a faixa etária de 15 a 19 anos, de 761 indivíduos, foi definido considerando a prevalência estimada em 0,50 do evento estudado, nível de confiança (95%) e erro amostral (5,5%). As unidades amostrais foram selecionadas por amostragem probabilística por conglomerados em dois estágios. Profissionais treinados conduziram as entrevistas. As características sociodemográficas, comportamentais e de saúde geral investigadas foram: idade, sexo, cor de pele autodeclarada, estado civil, escolaridade, estuda atualmente, trabalha atualmente, consumo de bebida alcoólica, consumo de tabaco, uso de medicamento, relato de alguma doença crônica e prática de atividade física. A qualidade de vida foi avaliada pelo instrumento 12-

Item Short-Form Health Survey(SF-12) sendo calculados os domínios físico e mental. A associação da variável desfecho prática regular de atividade física com as demais características investigadas foi verificada por meio da razão de prevalência (RP), estimada através do modelo de regressão de Poisson, com variância robusta. Foram realizadas análises bivariadas por meio do teste do Qui-quadrado e as variáveis que apresentaram nível descritivo (valor-p) até 0,20 foram selecionadas para o modelo múltiplo, cujo nível de significância adotado foi de 0,05. Foram entrevistados 759 adolescentes com média de idade de 17,1 anos, sendo que 48,2% eram do sexo masculino e 45,2% declararam praticar atividade física. A prática de atividade física entre adolescentes apresentou associação estatisticamente significativa com: idade, sexo, ser estudante e qualidade de vida/domínio mental. Observaram-se maiores prevalências de adolescentes ativos entre aqueles com menor idade (RP=0,94), do sexo masculino (RP=2,22), que estavam estudando (RP=1,30) e com maiores níveis de qualidade de vida/domínio mental (RP=1,17). No Brasil, estima-se que a obesidade atinge 20% dos adolescentes. Existem fortes evidências de que a obesidade nos adultos é decorrente da sua infância e adolescência, ou seja, muitos dos hábitos adquiridos na juventude podem ser transferidos para a fase adulta. A educação física escolar pode contribuir para a popularização da prática de atividade física e, indiretamente, para a melhoria das condições de saúde. A prática regular de atividade física foi observada em 45,2% dos adolescentes de Montes Claros e apresentou associada à idade, sexo, ser estudante e a qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física. Adolescente. Qualidade de vida.

PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS ENTRE ADULTOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG

NEPOMUCENO, Marcela Oliveira¹; LÉLIS, Fernanda Iully de Oliveira²; FILHO, José Alair da
Fonseca²; SILVEIRA, Marise Fagundes³; FREIRE, Rafael Silveira⁴.

1Discente das FIPMoc; 2Discente da Unimontes; 3Docente da Unimontes; 4Docente das FIPMoc.

A atividade física é qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos, que resulte em gastos energéticos maiores que os níveis de repouso. A prática de atividade física, adequada às condições individuais e com a devida instrução, traz benefícios físicos, psicológicos e sociais na idade adulta, contribuindo para manutenção das funções físicas e cognitivas, e consequentemente promovendo uma maior independência na velhice. Objetivou-se estimar a prevalência da prática regular de atividade física e fatores associados entre adultos residentes no município de Montes Claros-MG. A amostra foi constituída por 841 indivíduos com idade entre 35 e 44 anos. Adotou-se a amostragem probabilística por conglomerado em dois estágios. Foram realizadas entrevistas com profissionais treinados. As seguintes variáveis foram consideradas: prática de atividade física, cor de pele autodeclarada, sexo, idade, estado civil, escolaridade, exerce atividade remunerada trabalha, presença de doença crônica, uso de medicamentos, hábitos tabagistas e etilistas e qualidade de vida. A qualidade de vida foi avaliada por meio do instrumento 12-Item Short-Form Health Survey (SF12), no qual foram calculados os escores de dois domínios, o físico e mental. Todas as variáveis foram descritas pelas frequências simples e relativas e a associação entre o desfecho prática regular de atividade física com as demais variáveis foi estimada pela razão de prevalência (RP), através do modelo de regressão múltipla de Poisson, com variância robusta. Foram realizadas análises bivariadas por meio do teste do Qui-quadrado e as variáveis que apresentaram nível descritivo (valor-p) até 0,20 foram selecionadas para o modelo múltiplo. Na análise múltipla foi adotado nível de significância de 0,05. Todas as análises estatísticas foram realizadas utilizando-se o programa PASW 17.0. A amostra foi constituída por 841 indivíduos com média de idade de 39,5 anos, dos quais 54,8% eram mulheres e 48,4% encontravam-se na faixa etária entre 40 e 44 anos. Apenas 20,7% declararam praticar atividade física regularmente. Verificaram-se as seguintes variáveis associadas à prática de atividade física entre adultos: ser do sexo masculino (RP=1,77), ter maior escolaridade (RP=1,40), ser divorciado/viúvo quando comparados com solteiros (RP=0,51) e casados/união estável (RP=0,56), e apresentar maiores níveis de qualidade de vida relacionada aos aspectos mentais (RP=1,43). Diante da constatação da baixa prevalência de prática regular de atividade física (20,8%) no grupo etário estudado, é fundamental que sejam desenvolvidas ações entre a população adulta de Montes Claros, especialmente entre as mulheres, visando estimular a prática de atividade física e conscientizar essa população sobre os seus benefícios físicos, psicológicos e sociais, que poderão contribuir para maior independência na velhice.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física. Adulto. Qualidade de vida.

PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS ENTRE IDOSOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG

NEPOMUCENO, Marcela Oliveira¹; LÉLIS, Fernanda Iully de Oliveira²; FILHO, José Alair da Fonseca²; SILVEIRA, Marise Fagundes³; FREIRE, Rafael Silveira⁴.

1Discente das FIPMoc; 2Discente da Unimontes; 3Docente da Unimontes; 4Docente das FIPMoc.

O aumento da expectativa de vida, antes restrito aos países desenvolvidos, está ocorrendo nos países em desenvolvimento de modo mais rápido. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), [2] 8,9% da população brasileira é constituída por pessoas com 60 anos de idade ou mais. O aumento da proporção de idosos traz à tona a discussão a respeito de eventos incapacitantes nessa faixa etária. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a prática de atividades físicas leves e moderadas pode retardar os declínios funcionais característicos do processo de envelhecimento. Objetivou-se estimar a prevalência da prática de atividade física e fatores associados entre idosos residentes no município de Montes Claros-MG. A amostra foi constituída de 557 indivíduos com idade entre 64 e 75 anos. Foi adotada a amostragem probabilística por conglomerado em dois estágios e realizadas entrevistas com profissionais treinados. A prática de atividade física foi considerada como desfecho e as variáveis independentes foram: cor de pele autodeclarada, sexo, idade, estado civil, escolaridade, trabalho, presença de alguma doença crônica, uso de medicamento, hábitos tabagistas, consumo de bebida alcoólica e qualidade de vida. A qualidade de vida foi avaliada por meio dos domínios físico e mental do instrumento 12-Item Short-Form Health Survey (SF12). Adotou-se a razão de prevalência (RP) para avaliar a magnitude da associação entre a variável dependente e demais variáveis. Foram realizadas análises bivariadas (teste do qui-quadrado) e as variáveis que apresentaram nível descritivo (valor-p) até 0,20 foram selecionadas para o modelo múltiplo. A razão de prevalência, com intervalo de 95% de confiança, foi estimada através do modelo de regressão múltipla de Poisson, com variância robusta. Adotou-se nível de significância de 0,05 e o software PASW 17.0 foi utilizado para realização das análises, cujo nível de significância adotado foi de 0,05. Foram entrevistados 557 idosos com média de idade de 68,5 anos, dos quais 53,3% eram do sexo feminino e apenas 20,5% praticavam regularmente atividade física. A prática de atividade física entre idosos apresentou associação estatisticamente significativa com: cor de pele, escolaridade, trabalho e a qualidade de vida. Observaram-se maiores frequências de idosos ativos entre os brancos comparados com negros e entre negros quando comparados com pardos; entre aqueles com maior escolaridade, que exerciam atividade trabalhista e que apresentaram maiores níveis de qualidade de vida. Verificou-se baixa prevalência de prática de atividade física entre os idosos de Montes Claros. Essas observações sugerem a necessidade da criação de projetos entre profissionais de saúde e população, além de investimentos por parte da atenção básica, com objetivo de melhor atender a população idosa, para promoção da saúde e prevenção dos declínios físicos e funcionais característicos do processo de envelhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física. Idoso. Qualidade de vida.

PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES NO EXAME DE PAPANICOLAU NAS CAPITAIS DA REGIÃO SUDESTE

NEPOMUCENO, Marcela Oliveira¹; GANDRA, Sarah Francelli Alves¹; ARAÚJO, Aneliza Fernandes de¹; COSTA, Caroline de Almeida¹; MORAIS, Priscila do Couto¹; POPOFF, Daniela Araújo² Veloso².

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O exame de prevenção do câncer do colo uterino, cujos primórdios no Brasil datam da década de 1940, foi implantado na rede pública em 1999 e compõe atualmente a política nacional de atenção oncológica, sob responsabilidade do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Sua finalidade consiste em detectar precocemente a neoplasia invasora e suas lesões precursoras por meio da análise citológica periódica do esfregaço obtido pela coleta, utilizando a técnica de Papanicolaou. Dados estatísticos revelam que o rastreamento efetivo consegue reduzir a incidência de formas invasoras do câncer de colo uterino em até 91%. Objetivou-se conhecer a prevalência das alterações pré-neoplásicas e neoplásicas do colo uterino na região Sudeste entre 2006 e 2012. Foram coletadas informações referentes as alterações pré-neoplásicas e neoplásicas do colo de útero nas Capitais brasileiras da região sudeste, notificados no Sistema de informação do câncer do colo de útero- SISCOLO entre 2006 a 2012. Constatou-se que do total de 7.178.020 pacientes que realizaram exame preventivo (teste de Papanicolaou), 403.984 (5,6%) encontravam-se alterados, sendo que a maior taxa foi observada na cidade de São Paulo e no ano de 2011. A alteração com maior ocorrência foi atipia de significado indeterminado com maior índice no ano de 2011 (42.574) e acometendo principalmente a faixa etária de 25 a 49 anos. HPV e NIC I ocorreram em maior número no ano de 2007 (4.386) e acometeu em especial a faixa de 25 a

49 anos. NIC II e NIC III prevaleceram no mesmo ano (273), ocorrendo preferencialmente em mulheres acima de 50 anos. Lesão Intraepitelial de alto grau não podendo excluir microinvasão também ocorreu em maior quantidade no ano de 2007 (231), acometendo em menor número pacientes com idade inferior a 25 anos. O carcinoma epidermoide prevaleceu no ano de 2008 (480) com menor incidência em mulheres menores de 25 anos. O adenocarcinoma ocorreu em maior quantidade no ano de 2007 (231) e menor acometimento também nessa faixa etária. A Capital com maior percentual de exames alterados foi São Paulo no ano de 2011, a alteração mais prevalente foi atipia de significado indeterminado e a faixa etária com maior acometimento são mulheres acima de 25 anos.

PALAVRAS-CHAVE: epidemiologia, neoplasias do colo do útero, programas de rastreamento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. M. Rastreamento, diagnóstico e tratamento do carcinoma do colo do útero. **Projeto Diretrizes da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina**. 2001.

GOMES, C. H. R. et al. Câncer cervicouterino: correlação entre diagnóstico e realização prévia de exame preventivo em Serviço de Referência no Norte de Minas Gerais. **Rev bras cancerol**. 2012; 58(1): 41-5.

PREVALÊNCIA DE ENTEROPARASIToses NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS.

Sarah Francelli Alves Gandra¹; Thayanne Rachel Cangussu Brito¹, Fábio Ribeiro².
1. Discentes das FIPMoc; 2. Docente das FIPMoc.

A incidência de enteroparasitoses representa sério problema de saúde pública de cunho mundial. No Brasil, estas doenças ocorrem na zona rural ou urbana atingindo diferentes faixas etárias. Tais afecções relacionam-se a níveis socioeconômicos baixos e condições precárias de saneamento básico, representando um flagelo, sobretudo para as populações mais pobres. A elevada frequência em populações humanas é indicador do nível de desenvolvimento local. Este trabalho procurou identificar a situação de prevalência de enteroparasitoses no Vale do Jequitinhonha-MG. Realizou-se levantamento de dados no Sistema de Informações do Programa de Controle da Esquistossomose (SISPCE) entre janeiro de 1995 a setembro de 2011. Foram realizadas análises descritivas dos dados e organização dos resultados em tabelas e gráficos, utilizando-se o programa Microsoft Excel 2007. A população trabalhada foi de 963.150 e o número de exames realizados no total foi de 825.743. Os principais helmintos identificados através de seus ovos pelo método Kato-Katz foram *Schistosoma mansoni*, *Ascaris lumbricoides* e *Ancilostoma duodenale*. A prevalência da esquistossomose nas microrregiões do Vale do Jequitinhonha, representada em termos de porcentagem de positividade parasitológica foi de 8,03% para o Alto Jequitinhonha (AJ), 19,28% para o Médio Jequitinhonha (MJ) e 10,47% para o Baixo Jequitinhonha (BJ). A porcentagem de positividade para a ascaridíase foi de 7,36% para o AJ, 11,06% para o MJ e 13,07% para o BJ. Em relação à ancilostomose temos 12,92% de positividade para o AJ, 12,01% para o MJ e 7,50% para o BJ. Os resultados deste trabalho mostraram as precárias condições de saneamento nas regiões investigadas, que resultam em elevados níveis de parasitismo intestinais. Apesar da alta frequência de enteroparasitoses observadas na população em geral, ressalta-se a escassez de estudos acerca do problema, visando um melhor dimensionamento e elaboração de medidas de combate por parte das autoridades sanitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Enteroparasitoses. Epidemiologia. Prevalência. Sistemas de Informação.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS

SANTOS, Tamires Pereira¹; ROCHA, Larissa Macedo¹; CAMPOS, Maika Juliana Nascimento¹; SANTOS, Daniele Pereira¹; DAMACENO, Roseli Alves¹; QUIRINA, Niliane Santana¹; MOURA, Paula Maria Silveira Soares²

1 Acadêmicas de Fisioterapia das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O aumento da expectativa de vida vem contribuindo de forma crescente para prevalência de doenças cardiovasculares e metade delas tem relação direta com a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) isso devido às mudanças fisiológicas advindas do processo de envelhecimento (REINHARDT, *et al.*, 2012). A HAS é muito frequente em idosos, uma vez que isso se justifica dentre outros fatores, pelo fato da pressão arterial sistólica sofrer elevação contínua até a oitava ou nona década, em torno de 25 a 35 mm Hg, e também pela diminuição da complacência das artérias que se tornam menos elásticas, enquanto a pressão arterial diastólica aumenta 10 a 15 mm Hg até a sexta década, para então se estabilizar ou reduzir

gradativamente (JOBIM, *et al.*, 2008). As evidências também de que o idoso tem maior sensibilidade ao sódio (REINHARDT, *et al.*, 2012). A presente pesquisa teve por intuito identificar a prevalência de HAS em idosos acima de 60 anos de idade da cidade de Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa transversal quantitativa, realizada em vários pontos da cidade, como PSFs e lugares que ofereciam atividades de recreação para idosos; sendo que estes foram submetidos à aferição da pressão arterial e questionados entre outras perguntas se já tinham diagnóstico de HAS; isso tudo mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido entregue no início da pesquisa. Através da pesquisa de campo realizada, pode-se notar que dos 130 idosos participantes do estudo, quando perguntados se já eram diagnosticados com HAS, 99 deles (76%) responderam que sim, e 31 (24%) que não. Através desses resultados notamos que mais da metade da amostra é hipertensa. E levando-se em conta o aumento da população idosa, torna-se necessária atenção maior por parte dos mesmos e de uma equipe multidisciplinar da área da saúde que visem a prevenção do aumento da pressão arterial, bem como um tratamento preventivo e adequado, com mudanças no estilo de vida e medicamentos a fim de diminuir a incidência de HAS, assim como as complicações advindas dela para redução de morbimortalidade cardiovascular.

PALAVRAS-CHAVE: Prevalência. Hipertensão. Idosos.

REFERÊNCIA:

JOBIM, E. F. C. Hipertensão arterial no Idoso Classificação e peculiaridades. *Rev. Bras. Clini. Med.* 6:250-235; 2008.

REINHARDT, *e. al.* Acompanhamento farmacoterapêutico em idosos hipertensos residentes em um lar geriátrico, localizado na Região do vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 15(1): 109-117, 2012.

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DE ANSIEDADE EM UMA UNIDADE PRISIONAL DE MONTES CLAROS-MG/BRASIL

AGUIAR, João Carlos de Andrade¹; FERNANDES, Patrícia de Sousa²; FONSECA, Carlos Eduardo Prates³; GONÇALVES, Flávia Adriana Gomes⁴; QUEIROZ, Fabrício Antunes⁴.

1Docente das FIPMoc; 2Docente do IFNMG; 3Mestre em Saúde Pública da UA; 4Discentes das FIPMoc

O presente artigo faz parte do TFG – Trabalho Final de Graduação desenvolvido pelos alunos do 7º período de Administração das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. Objetivo-se conhecer a prevalência de sintomas de ansiedade acarretados pelo ambiente de trabalho nos Agentes de Segurança Penitenciária - ASP em uma unidade prisional de Montes Claros – MG.: Para tanto, foram feitas entrevistas com os servidores através de entrevista, a pesquisa apresenta um caráter exploratório, descritivo e de natureza quantitativa.: Até o presente momento foram analisadas 42 entrevistas, evidenciando que o nível de ansiedade leve é o que vem predominando com índice de 45,24%, somente 9,52% dos entrevistados tem disposição para ansiedade grave. Dessa forma e mediante as análises pode-se concluir que os sintomas de ansiedade nos agentes penitenciários de um presídio na cidade de Montes Claros assumem importante papel no cotidiano desses servidores, entretanto, é preciso investigar os condicionantes da saúde que levam a prevalência de sintomas de ansiedade a fim de mudar o foco para a promoção da saúde dos trabalhadores e prevenção de agravos. A partir da análise da situação encontrada, percebe-se que há muitos fatores que necessitam de melhorias em relação à Saúde do Trabalhador no presídio de Montes Claros.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade. Saúde do trabalhador. Saúde mental. Esgotamento profissional.

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM UMA UNIDADE PRISIONAL DE MONTES CLAROS-MG/BRASIL

AGUIAR, João Carlos de Andrade¹; FERNANDES, Patrícia de Sousa²; FONSECA, Carlos Eduardo Prates³; GONÇALVES, Flávia Adriana Gomes⁴; QUEIROZ, Fabrício Antunes⁴.

1Docente das FIPMoc; 2Docente do IFNMG; 3Mestre em Saúde Pública da UA; 4Discentes das FIPMoc

O presente artigo faz parte do TFG – Trabalho Final de Graduação desenvolvido pelos alunos do 7º período de Administração das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. Objetivou-se conhecer a prevalência de sintomas depressivos acarretados pelo ambiente de trabalho nos Agentes de Segurança Penitenciária - ASP em uma unidade prisional de Montes Claros – MG. Para tanto, foram feitas entrevistas com os servidores através de entrevista, a pesquisa apresenta um caráter exploratório,

descritivo e de natureza quantitativa. A maioria dos sujeitos em estudo que constituiu o contingente de entrevistados foi do sexo masculino (95,24%), sendo que a média idade varia de 31 a 40 anos (64,29%) - Gráfico 1. Em se tratando de sintomatologia depressiva (Gráfico 2), o BDI evidenciou um escore sugestivo de ausência de depressão na maioria da população estudada (92,86%), seguida de depressão moderada (4,76%) e depressão leve (2,38%). Não foram constatados casos de depressão grave e/ou incapacitante. De forma preliminar, os dados parciais sugerem a reflexão de que, embora o contexto laboral seja constituído de variáveis estressoras e ansiogênicas, geralmente, precedentes ao surgimento do transtorno depressivo, é possível que a maioria dos sujeitos não tenha evoluído com piora de seu estado de humor em decorrência de algum tipo de estratégia de enfrentamento pessoal e/ou mecanismos de defesa apropriados. De qualquer forma, é relevante a implementação de estratégias que coíbam a piora do prognóstico da estrutura mental dos agentes de segurança. Consoante aos resultados parciais encontrados, a ausência da depressão não implica na inexistência de outras psicopatologias e/ou co-morbidades instaladas no repertório clínico-psíquico dos sujeitos avaliados. Deve-se considerar a importância de se proceder com outros estudos junto aos Agentes de Segurança Penitenciária, pois, se inserem em um ambiente laboral caracterizado pela presença de agentes estressores de alta magnitude. O trabalho não pode ser uma negatividade da vida. A saúde enquanto patrimônio do trabalhador é condição essencial e fundamental para o convívio social, indissociável do trabalho, ferramenta primeira no desenvolvimento das relações de produção. Pessoas com depressão apresentam grande probabilidade de faltar ao trabalho. É necessário entender o processo de adoecimento mental, de saber como se dá a expressão através das atividades.

PALAVRAS-CHAVE Depressão. Saúde do trabalhador. Saúde mental. Esgotamento profissional.

PRINCIPAIS CARDIOPATIAS ENCONTRADAS NOS PACIENTES ATENDIDOS EM HOSPITAIS DE MONTES CLAROS

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; ²Docente das FIPMoc

As doenças cardiovasculares representam uma grande preocupação em nível mundial, pois é uma das principais causas de morbimortalidade e seu auto crescimento nos países em desenvolvimento representa um alerta para o potencial impacto nas classes menos favorecidas (BORGES *et al.*, 2012). Objetivou-se Identificar as principais cardiopatias nos pacientes em hospitais de Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa descritiva e transversal, realizada com pacientes cardiopatas internados em hospitais de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliados 61 pacientes. A coleta de dados foi realizada através de um questionário. Constatou-se que 62% dos pacientes tinha idade acima de 60 anos, seguido de 17% entre 51 a 60 anos, 11% de 41 a 50 anos e 10% com idade de 31 a 40 anos. Dos 61 entrevistados, 58% são do sexo masculino e 42% do sexo feminino. Quando perguntado aos pacientes quais sinais e/ou sintomas apresentados antes da internação, 53% relataram apresentar angina e dispnéia. Com relação ao tipo de cardiopatia apresentada, 48% apresentaram insuficiência cardíaca, seguida de 42% com infarto agudo do miocárdio, 7% apresentaram estenose, 1% comunicação interatrial, 1% comunicação interventricular e 1% persistência do canal arterial. Faz-se necessário a conscientização da população em relação à prevenção e ao tratamento das cardiopatias. A implantação de programas voltados à prevenção e ao tratamento é indispensável, pois possibilitará uma melhor qualidade de vida e bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Cardiopatias. Hospitais. Montes Claros.

REFERÊNCIA

BORGES, J. B. C. *et al.* Avaliação da intensidade de dor e da funcionalidade no pós-operatório recente de cirurgia. **Rev. Bras. Cir. Cardiovasc.** v.21, n.4, 2006.

PRINCIPAIS MÍDIAS UTILIZADAS POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE's) MONTES-CLARENSES PARA DIVULGAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS

VIEIRA, Rogério Leite¹; VIEIRA, Filipe Santos¹; PEREIRA, Junio Guilherme¹; GUSMAO, Valdeir Rodrigues¹; PEREIRA, Welington Avelino¹; MARQUES, Heraclides Veloso²; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Discentes do curso de Administração de Empresas das FIPMoc; ²Docentes FIPMoc

As mídias são utilizadas na divulgação ou promoção de um produto, serviço, marca ou empresa e quando bem utilizadas geram resultados satisfatórios aos interessados, por isso são muito utilizadas pelo setor de marketing das empresas. Este estudo teve como objetivo identificar as principais mídias utilizadas pelas micro e pequenas empresas para divulgação dos seus produtos. Foi realizada uma pesquisa quantitativa/descritiva, utilizando-se de um questionário estruturado aplicado a 28 gestores de MPE's, escolhidos intencionalmente. Constatou-se que 64,29% divulgam seu produto em alguma mídia. O próprio gestor é o responsável por essa divulgação em 40,43% das respostas. As mídias mais utilizadas são a internet, 25%; rádio, 20,83%; panfletagem, 18,75%; e a TV, 12,50%. Também apareceram nas respostas: Painel LED, cardápio, boca a boca e degustação, 8,32%; cliente por cliente, 6,25%; outdoor, 4,17% e brancos, 4,17%. Concluiu-se que a internet é um ótimo recurso de marketing para divulgação da empresa e/ou produtos, pois além de ter uma custo baixo consegue alcançar um grande número de pessoas que estão sempre conectadas ao mundo digital.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing. Mídias. MPE's.

QUAL A RELAÇÃO DO ESTADO COM O DIREITO?

SILVA, Nayara Cristina Vieira¹; TORRES, Vânia²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

O Estado desempenha papel importante na aplicação do direito à sociedade, uma vez que através da soberania que ele detém é possível fazer com que as regras sejam obedecidas por meio da coação. No contexto dos direitos de primeira geração está o Estado Liberal, este que era neutro. Já os direitos de segunda geração conta com a presença de um Estado interventor, o Estado Social, e por fim na terceira geração o Estado é responsável pela garantia dos direitos difusos e coletivos. (BOBBIO, 1992, p.15-24). A presente pesquisa propôs conhecer as gerações ou dimensões de direito e sua relação com o Estado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Depois de observado, o conteúdo da pesquisa foi analisado de acordo com o que fora recomendado. Há uma discordância entre autores quanto à utilização do termo geração para designar os direitos de um determinado tempo histórico sem que os direitos de última geração sobreponham o restante. Parte da doutrina utiliza o termo geração, e outra parte propõe que a melhor terminologia seria dimensão. Contudo é possível afirmar que ambos os termos se equivalem.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Direito. Geração. Dimensão.

REFERENCIAS:

BOBBIO, Noberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P. 15-24.

QUALIDADE DA ÁGUA MINERAL COMERCIALIZADA EM MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO DA ALCALINIDADE

LAGES, Gabriela Lemos¹; FERRO, Lucas¹; LEÃO, Lorena Maria¹; CORREIA, Gabriel Dias¹; BAHIA, Hubert Beni Cespedez¹; AGUIAR, Maria Clara Santana³; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves².

¹Discente em Engenharia de Minas, FIPMoc; ²Mestre em Química Analítica, Professora das FIPMoc;

³Monitora de Química Analítica das FIPMoc

O termo água mineral expressa a água proveniente de aquíferos subterrâneos que contêm minerais como cálcio, potássio, sulfato de sódio, dentre outros. Várias empresas competem no mercado comercializando essas águas envazadas em vários tipos (que variam de acordo com a fonte, pelo fato da presença de diferentes minerais entre uma e outra) e tamanhos de embalagens de acordo a necessidade do público. Dessa forma, faz-se necessário o controle e a fiscalização sanitária dessas águas, que estão sob a responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Dessa forma, com o presente trabalho objetivou-se analisar a alcalinidade de amostras de água mineral do estado de Minas Gerais. Foram utilizados 10 lotes de água mineral proveniente de Itaúna e sete lotes provenientes da Serra da

Conquista. Para determinação da alcalinidade, realizou-se titulação com solução de ácido sulfúrico 0,01 mol L⁻¹ até pH 4,5. Para as amostras de Itaúna obtiveram-se teores de alcalinidade entre 0,68 % e 3,05 %. Já para as amostras de Serra da Conquista, observaram-se teores de alcalinidade entre 0,03 e 0,04 %. Estes resultados indicam que nenhuma amostra de água mineral está de acordo ao valor máximo recomendável pela ANVISA (< 0,00001 %). Pode-se concluir que os resultados obtidos contribuem para o melhor esclarecimento do consumidor, pois os dados fornecidos nas embalagens das marcas de água mineral na região não estão coerentes com os valores reais, sendo necessária maior fiscalização dos órgãos para a garantia do consumo de uma água de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Água mineral. Alcalinidade. Qualidade.

RELAÇÃO DOS DIREITOS DE 2ª GERAÇÃO COM A ECONOMIA

MATOS, Amanda Guedes de¹; REIS, Amanda Rodrigues¹; BICALHO, Ana Clara Ferreira¹; SARMENTO, Cinara Ferreira¹; CANABRAVA Hélica Kamila Mota¹; PEREIRA, Tadeu Sidney Almeida¹; SILVA, Lindon Jonhson Dias da²; TORRES, Vânia².
1Discente das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Entende-se sobre economia o estudo da produção e distribuição de bens, acumulação e serviços, também compreende sobre as formas de comportamento humano resultante da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazê-lo, podendo assim se relacionar a segunda geração de direito que perfaz os direitos sociais, econômicos e culturais. A presente pesquisa tem como objetivo analisar e compreender a relação entre a segunda geração de direitos com a Economia. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, quanto à coleta de dados foi necessário recorrer à pesquisa bibliográfica, foi de proveito às doutrinas, revistas jurídicas e artigos. Os dados foram analisados e interpretados a luz dos conhecimentos acerca do tema. A partir de toda pesquisa feita sobre o tema, cabe então explicar qual a relação existente entre esses dois campos. A segunda geração de direito foi fruto da Revolução industrial, pois a mesma agravou inúmeros problemas à sociedade, como o desemprego e consequentemente o maior índice de desigualdades sociais. Em virtude dos problemas que a sociedade passou a enfrentar, o homem começou a reivindicar seus direitos, mas não apenas os direitos individuais, assim como os direitos coletivos, como o direito a saúde, ao trabalho, a segurança e lazer. A economia do país dita o respeito ou não desses direitos. Se um país vai mal economicamente, logo não dispõe de recursos para garantir qualidade de vida aos seus cidadãos, como no transporte, saúde e demais recursos que ajudam no bem-estar coletivo. Em virtude de todo assunto, conclui-se que esses dois campos estão relacionados principalmente pelo fato de que um é de suma importância para o outro. A segunda geração diz quais são esses direitos, e também assegura na carta magna do país, a economia vai disponibilizar esses direitos a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Geração. Garantia. Economia. Capital. Bem-Estar.

RELAÇÃO ENTRE O PERFIL CLÍNICO E QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES PÓS-MENOPASADAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/M.G

SOUZA, Juliana Cristina de¹; AGAPITO, Nayara Caetano²; MAGALHÃES, Thiago Araújo³; PEREIRA, Nathália Rebouças⁴; SANTOS, Carolina Ruas Feire⁵; ROCHA, Josiane Santos Brant⁶.
1,2,3,4,5Discentes das FIPMoc; 6Docente das FIPMoc

Com o aumento da expectativa de vida, muitas mulheres tem passado um terço da sua vida na pós-menopausa ficando expostas às alterações oriundas do envelhecimento ovariano, que associado a outros fatores como hábitos de vida inadequados e condições de saúde prévias desfavoráveis respondem pelo declínio do bem-estar das mulheres nesta fase (MARTINS *et al.*, 2009). Objetivou-se identificar a relação do perfil clínico com a qualidade de vida das mulheres pós-menopausadas entrevistadas nas Estratégias de Saúde da Família em Montes Claros, M.G. Caracterizou-se como estudo quantitativo, transversal e analítico, realizado no período de abril e maio de 2013. Foram entrevistadas 340 mulheres com idade de 40 a 65 anos. O questionário da qualidade de vida foi o Menopause Rating Scale. Para análise estatística dos dados utilizou-se Programa SPSS e para comparação os testes não paramétricos Mann-Whitney e Kruskal-Wallis. Adotou-se como nível de significância estatística o valor de p menor que 0,05. Entre as mulheres tabagistas foram significativas as variáveis irritabilidade (p=0.02) e ansiedade (p=0.03). Entre as hipertensas: mal-estar (p=0.002). Entre as que apresentavam comorbidades prévias foram significativas: problemas de sono (p=0.001), estado de ânimo depressivo (p=0.008), esgotamento físico e mental (p=0.03) e problemas de bexiga (p=0.01). Entre aquelas que não praticavam atividade física foi significativa a variável: suores e calores (p=0.04). Após a menopausa surgem sintomas como noctúria,

quadros depressivos, alterações vasomotoras (ondas de calor e sudorese) e qualidade do sono ruim (PEREIRA, 2009), sendo intensificados por história de comorbidades clínicas prévias, prática de automedicação, estresse, tabagismo e sedentarismo (DE LORENZI *et al.*, 2009). A depender da intensidade e da frequência desses sintomas pode haver interferência no bem-estar e na qualidade de vida (MARTINS *et al.*, 2009). O estudo revelou a importância de incentivar medidas contra o tabagismo, do tratamento das comorbidades e o incentivo à atividade física regular para melhorar a qualidade de vida da mulher na pós-menopausa.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-menopausa. Qualidade de Vida. Sintomas.

REFERÊNCIAS:

DE LORENZI, D.R.S.; SACIOTO, B.; ÁRTICO, G.R.; FONTANA, S.K.R. Qualidade de vida e fatores associados em mulheres climatéricas residentes na região sul do Brasil. *Acta Médica Portuguesa*, v.22, p. 51-58, 2009.

MARTINS, M.A.D.; NAHAS, E.A.P.; NAHAS-NETO, J.; UEMURA, G.; BUTTROS, D.A.B.; TRAIMAN, P. Qualidade de vida em mulheres na pós-menopausa, usuárias e não usuárias de terapia hormonal. *Rev Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v.31, n.4, p. 196-202, 2009.

PEREIRA, L.C.A. **Fatores associados à qualidade do sono em mulheres na transição menopausal e pós-menopausal**. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Saúde Pública, São Paulo.

RELEVÂNCIA DA FÍSICA E DA QUÍMICA NA ENGENHARIA MECÂNICA

FARIA, Rafael Rodrigues de¹; SILVA, Alessandro Evair Oliveira¹; SANTOS, Michael Bruno Leite dos¹; SOUZA-SILVA, Herbert¹²; AGUIAR, João Carlos de Andrade²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A Engenharia Mecânica é a área que aplica conhecimentos físicos e matemáticos aos sistemas mecânicos, ou seja, relaciona-se com tudo que está em movimento. A Física explica que movimento e repouso são concepções que não possuem uma definição exata; elas sempre dependem para suas existências de um referencial comprovando-as. Enfim, baseando-se nesta premissa chega-se à conclusão de que tudo envolve mecânica. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo identificar, através de uma revisão bibliográfica, a importância e o uso da Física e da Química na rotina do Engenheiro Mecânico. Segundo PERFOLL & REZENDE JR (2006), a física é de extrema importância para os cursos de graduação em engenharia, pois prepara o profissional dessa área para ampliar seus conhecimentos científicos ao desenvolver estruturas, tecnologias, dispositivos e processos que atendam às necessidades humanas, contribuindo para o desenvolvimento do país e o avanço tecnológico e científico. No entanto os alunos que optam por cursos de física ou engenharia são raros aqueles que recebem no seu período de escolaridade o aprofundamento sobre a Física moderna e Contemporânea que é essencial para a compreensão do mundo moderno. Para MORA & SIHVENGER (2006) “A Química é a ciência que estuda a natureza, a composição, as propriedades e as transformações da matéria...”. O principal objetivo do engenheiro é fornecer à obra um projeto adequado com respeito à função, fabricação e resistência mecânica. Segundo PANNONI (2007) muitas construções estarão localizadas em regiões onde o ambiente é mais agressivo, o que significa necessidade de atenção às medidas de proteção. Saber qual material é mais adequado para certa aplicação é o dever do engenheiro mecânico. Contudo, o mesmo cuidado deve ser dado a proteção desse material. Assim, esses métodos de proteção nos mostra a importância da química no trabalho do engenheiro mecânico, pois é necessária a proteção dos materiais contra agentes corrosivos, já que o profissional da engenharia mecânica trabalha com metais todo o tempo. De forma geral, é possível notar como a Física e a Química são de extrema importância para o engenheiro mecânico desde o início da graduação até a atuação como profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia Mecânica. Química. Física.

REFERÊNCIAS

MORA, N.D.; SIHVENGER, J.C., in Apostila de Química Geral (UNIOESTE/LaMat, Foz do Iguaçu, 2006), p. 61-97, disponível em <http://www.foz.unioeste.br/lamat/downquimica.html>.

PANNONI, F. D. Princípios da proteção de estruturas metálicas em situação de corrosão e incêndio. Coletânea do uso do aço. 4ª Edição. 2007.

PERFOLL, A.P.; REZENDE Jr. M.F. A física moderna e contemporânea e o ensino de Engenharia: Contexto e Perspectivas. In: Atas do XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, Passo Fundo: ABANGE, 2006.

SEQUELAS NEUROLÓGICAS APRESENTADAS EM PACIENTES PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

RODRIGUES, Luana Silva; SOUSA, Ana Cláudia; PINTO, Camila Souza; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira

Após a ocorrência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), diversas deficiências são possíveis, incluindo danos às funções motoras, sensitivas, mentais, perceptivas e de linguagem. As sequelas motoras mais comuns nesses pacientes são as alterações da força, do tônus e do equilíbrio. A perda da força pode ser classificada em hemiplegia, onde há paralisia total da musculatura de um lado do corpo ou em hemiparesia, paralisia parcial da força, tipicamente no lado do corpo oposto ao local da lesão. O tônus muscular pode variar em hipotonia (também denominada flacidez), cuja tensão muscular está diminuída, e em espasticidade, que se caracteriza pela dificuldade de movimentar passivamente uma articulação, devido à intensa contração dos músculos. O equilíbrio costuma estar comprometido após o AVC. Em pacientes pós AVC, a limitação da mobilidade do tronco ocasiona um desequilíbrio corporal, levando-o a concentrar sua atenção ao tronco, fixando-o para obter maior estabilidade, acarretando com isso, aumento da espasticidade dos músculos e déficits no seu controle motor. Objetivou-se identificar as sequelas neurológicas motoras mais apresentadas pelos pacientes pós AVC. Foi realizada uma pesquisa com 25 pacientes que sofreram AVC, atendidos em diversas clínicas de Fisioterapia em Montes Claros/MG. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os pacientes responderam a uma questão contendo alternativas de sequelas neurológicas nas quais eles apresentavam naquele momento. Dos 25 pacientes entrevistados, 17 apresentavam hemiparesia, 7 hemiplegia, 8 espasticidade, 4 hipotonia e 11 alterações do equilíbrio. Este estudo evidenciou que as sequelas neurológicas de maior prevalência nos pacientes foram a hemiparesia e as alterações do equilíbrio. Assim sendo, é necessário traçar uma intervenção fisioterapêutica eficaz para essas sequelas, a fim de minimizar as complicações decorrentes delas.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente Vascular Cerebral, Hemiplegia, Tônus muscular e Equilíbrio.

SIGNIFICADO DE GERAÇÕES DE DIREITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

FERREIRA, Matheus Santos¹; PRADO, Anthony Sérgio Guilhoto do¹; CAVALCANTI, Amanda Viana¹; CARVALHO, Ayeska Gabrielly Almeida¹; TORRES, Vânia²; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas²

¹Discentes do curso de Direito das FIPMoc; ²Docentes das FIPMoc

As gerações de direito ou direitos emergentes segundo Bonavides (1997), são aqueles direitos que vêm sendo acolhidos pelo direito para atender aos anseios do homem capazes de provocar, por si, mudanças sociais. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa. Tendo como principal procedimento a pesquisa bibliográfica. As gerações dos direitos representam um conjunto de direitos que não surgiram simultaneamente, mas aos poucos, de acordo com as necessidades de cada época, assim os estudiosos costumam dividi-los em gerações (ou dimensões). Esta divisão está amparada no surgimento histórico dos direitos fundamentais. Contudo, parte da doutrina especializada tem evitado o termo “geração”, trocando-o por “dimensão”, sob o argumento de que a idéia de “geração” estaria diretamente ligada à de sucessão, substituição, enquanto que os direitos fundamentais não são substituídos uns pelos outros. A classificação dos Direitos em gerações situa os diferentes momentos em que esses grupos de direitos surgem. Assim existem direitos de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração. Conclui-se que a pesquisa proporcionou a aproximação com as gerações/dimensões de direito possibilitando inferir que estes direitos representam uma evolução decorrente das transformações que a sociedade sofre, tendo como objetivo garantir os direitos dos indivíduos, visando além de tudo uma sociedade harmônica.

PALAVRAS-CHAVE: Gerações de direito. Evolução. Direitos.

REFERENCIA:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Medeiros, 1997. p. 514-518.

TRABALHO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL

AMARAL, Lillian Ramos Veloso¹; REIS, Renilda Soares da Silva¹; ALCÂNTARA, Tatiane Araújo Ferreira¹; SOUZA, Vilmar Alencar de; MORI, Fabiana²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Este trabalho fundamenta-se pelos pressupostos teóricos que discutem os temas prementes no contexto do trabalho infantil a partir de uma compreensão sócio-histórica sobre esta temática, considerando o que Vigotski aponta como constituição da noção de infância e adolescência, destacando principalmente a importância da infância para a vida do sujeito, na perspectiva do desenvolvimento biopsicossocial que perpassa sua formação e fomenta a sua condição de vida, no que tange a disponibilidade da criança em vivenciar as etapas do seu desenvolvimento. Neste sentido Rizzini (2007), destaca que a exploração da mão-de-obra infantil no Brasil perpassa uma longa história, cujo cenário é composto pelas crianças pobres que se submetem a diversos tipos de trabalhos como forma de sustento para si e suas famílias. Partindo das necessidades geradas pela pobreza, as crianças são facilmente manipuladas para produzirem por longas jornadas de trabalho insalubre o crescimento capitalista que despreza os valores imbuídos na infância e na adolescência. O presente artigo tem como objetivo compreender os significados da inserção no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para um grupo de crianças e adolescentes. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada a pesquisa qualitativa do tipo participante, tendo como recurso para coleta de dados a observação participante com produção de diário de campo para registro das análises feitas durante as oficinas lúdicas. O público alvo foram as crianças e adolescentes inseridos no PETI. Neste sentido, foi importante destacar a percepção das vivências e experiências com as crianças e adolescentes do PETI a partir de uma proposta de oficinas lúdicas com uso de jogos e brincadeiras com o intuito de resgatar o sentido da infância das crianças e adolescentes. Conforme as observações percebem-se, a partir das representações dialogadas com as crianças e adolescentes em discorrer sobre suas experiências familiares e sociais que estas se encontram em estado de risco e vulnerabilidade diante das condições de vida que experimentam em seu cotidiano. Assim os adolescentes atribuem significado positivo ao processo de inserção ao PETI, sendo uma maneira de ocupação e de receber auxílio em face da realidade sócio-econômica vivenciada por eles. Entende-se, portando que as atividades do PETI, estão funcionando como forma de preservar o sentido de infância para essas crianças e adolescentes e como medida preventiva na erradicação do trabalho infantil. A experiência com o grupo de adolescentes nos possibilitou compreender a responsabilidade do Estado no campo das políticas públicas e seu seguimento no sistema de proteção social brasileiro em garantir os direitos socioassistenciais dessa população no que tange a qualidade de serviços oferecidos aos adolescentes como meio de promoção social que os possibilitem um estilo de vida mais digno.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil. Políticas públicas. Infância. Adolescência.

REFERÊNCIA:

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. IN: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil** 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.376 - 406.

TRATAMENTOS UTILIZADOS EM PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL ATENDIDOS EM CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA DE MONTES CLAROS

FIGUEIREDO, Ariane Medeiros¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

1Discente de Fisioterapia das FIPMoc. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG; 2Docente das FIPMoc

A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio que ocasiona lesões encefálicas e que atinge principalmente o desenvolvimento motor (CAMPOS & SANTOS, 2009). Atualmente há diversas técnicas fisioterapêuticas para reabilitação de indivíduos com PC, entretanto, nenhuma técnica se destaca na literatura como mais eficaz. Dessa forma, vários estudos têm sido feitos com o propósito de verificar o atendimento convencional e técnicas específicas (JACQUES *et al.*, 2010). Objetivou-se identificar os tratamentos utilizados em portadores de paralisia cerebral atendidos nas clínicas de Fisioterapia de Montes Claros. Caracterizou-se como uma Pesquisa descritiva e transversal, realizada com portadores de paralisia cerebral atendidos em clínicas de fisioterapia de Montes Claros/MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram avaliadas 13 crianças. A coleta de dados foi realizada com fisioterapeutas através de um questionário. Dos 13 fisioterapeutas entrevistados, 8 utilizam o método Bobath, 6 o método Kabat, 4 usam a hidroterapia, 3 usam outros métodos, 1 utiliza a equoterapia e 1 usa a acupuntura (destacando-se que alguns entrevistados responderam mais de uma alternativa). Concluímos que o tratamento mais utilizado em portadores de paralisia cerebral nas clínicas de fisioterapia de Montes

Claros foi o Bobath. O acompanhamento dos portadores de paralisia cerebral por um fisioterapeuta é de fundamental importância. Através do conhecimento do indivíduo, das suas necessidades e limitações, o fisioterapeuta escolherá os melhores métodos, buscando oferecer bem-estar e uma melhor qualidade de vida ao paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Tratamentos. Paralisia cerebral. Clínicas de fisioterapia.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. C., SANTOS, M. G. Sentimentos vivenciados por fisioterapeutas no atendimento a pessoas com paralisia cerebral. **Psico-USF**. v.14, n.2, 2009.

JACQUES, K.C., *et al.* Eficácia da hidroterapia em crianças com encefalopatia crônica não progressiva da infância: revisão sistemática. **Fisioter. mov.** v.23, n.1, p.53-61, 2010.

TUBERCULOSE RELACIONADA AO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG

DANTAS, Ivan Kleber Cardoso¹; , PRINCE, Karina Andrade de

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A tuberculose é uma doença infecciosa crônica causada pelo bacilo aeróbico *Mycobacterium tuberculosis* (PANDOLFI et al, 2009). Pessoas que possuem contato com indivíduos infectados são passíveis de contaminação, principalmente profissionais de saúde, devido a exposição ocupacional (LORENZI; OLIVEIRA, 2008). Objetivo-se descrever o número de notificações em que ocorreram transmissão de tuberculose em ambiente de trabalho, no período de 2002 a 2011, bem como as principais características epidemiológicas. Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo e de delineamento quantitativo. Os dados foram obtidos através do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-WEB), fornecidos pelo setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde do município. As variáveis foram tabuladas e analisadas. Os dados foram agrupados e estruturados em um banco de dados utilizando os programas, Microsoft Office Excel 2007, *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para Windows, versão 15.0 e Origin 7.1. Este estudo tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, processo nº 1881. Nesse período ocorreram 1603 notificações de casos de tuberculose, 62,57% correspondiam ao sexo masculino e 37, 43% do sexo feminino. A maioria dos pacientes era de baixa escolaridade possuindo ensino fundamental incompleto (31,13 %) e houve predomínio da etnia parda (43,48%). 53,03% dos pacientes obtiveram cura da doença e 0,81% evoluíram para óbito. Os casos de tuberculose relacionados ao trabalho foram 10 notificações o que representa 0,62%, com o pico máximo em 2005 (3 notificações). Apesar de baixas taxas de casos notificados como doenças de trabalho, é importante ressaltar que medidas de biossegurança devem ser fazer parte da rotina frente pacientes acometidos por essa doença infecciosa e também o rastreamento em profissionais de saúde que estiverem em risco de transmissão pode ser uma medida para evitar a disseminação da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Tuberculose. Transmissão de doença infecciosa. Exposição ocupacional.

REFERÊNCIAS

LORENZI, Ricardo Luiz; OLIVEIRA, I. M. Tuberculose em trabalhadores de Enfermagem: uma abordagem epidemiológica de base populacional. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 33, n. 117, p. 6-14, 2008.

PANDOLFI, J. R. et al. Tuberculose eo estudo molecular da sua epidemiologia. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 28, n. 3, p. 251-257, 2009.

USO DOS JARDINS RESIDENCIAS NA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

VELOSO, Tatiane Cristine Meireles¹; DA COSTA, Leidiane Pereira²; CALIXTO, Vinícius³; ARAÚJO, Pedro Henrique⁴; FIGUEIREDO, Gleyvisson⁵; DOS SANTOS, Joselle⁶; MOTTA, Livia Turano⁷.
1-6 Alunos do Curso Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; 7 Tutora do Projeto Multidisciplinar do Curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc.

Durante muito tempo o homem usufruiu do ambiente sem se preocupar com os impactos causados por estas interferências. De alguns anos pra cá, tem-se tido maior preocupação em conciliar o desenvolvimento com o mínimo de impacto possível no meio ambiente. O presente trabalho tem por

objetivo analisar a importância dos pequenos jardins residenciais para a concepção dos projetos arquitetônicos, bem como sua função na qualidade de vida e bem estar das pessoas que utilizam o espaço. A presente pesquisa caracteriza-se por ser de natureza qualitativa de cunho bibliográfico, tendo como material teórico os artigos indicados pelos professores. Como complemento do trabalho, a pesquisa de campo com análises quantitativas também foi adotada. Esta etapa constituiu-se de visitas em residências de Montes Claros com e sem a presença de jardins e aplicação de um questionário elaborado em sala. Os dados obtidos com o questionário serviram de base para a formulação dos gráficos. De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com os moradores de um condomínio de Montes Claros, 100% dos entrevistados estão satisfeitos com o jardim existente em sua residência e manteriam o espaço caso a casa fosse construída hoje, bem como possuem conhecimento das espécies que compõem seus jardins. A partir das ponderações apresentadas neste estudo, conclui-se que os jardins residenciais se fazem extremamente importantes no contexto em que são inseridos, já que proporcionam diversos benefícios ao meio e à população que deles usufruem. Sugere, então, conscientização da população quanto aos diversos meios possíveis para se existir tais espaços em casa e dos benefícios por eles proporcionados.

PALAVRAS-CHAVE: Jardins Residenciais. Concepção Arquitetônica. Paisagismo.

UTILIZAÇÃO DA ÁGUA EM UMA INDÚSTRIA DO RAMO VIDREIRO DE MONTES CLAROS

MARCONDES, Leandro Oliveira¹; FARIAS, Pedro Lucas Durães¹; NETO MOREIRA, Antonio Guedes¹; PIMENTA, Marcelo Renato Silva¹; BRITO, Luiz Henrique Silva¹; ANTONIO, Marcos¹; SILVA, Layrton Ferreira da²; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²
¹Discentes do curso de Engenharia de Produção das FIPMoc. Docentes das FIPMoc.

A água é muito utilizada dentro da indústria e pode ter varias aplicações, sejam elas para consumo humano ou nos processos industriais. Dessa forma carece estar atento aos meios disponíveis para utilizar de forma eficiente esse recurso natural. Este estudo teve como objetivo analisar a utilização da água em uma indústria do ramo vidreiro de Montes Claros. Realizou-se um estudo de caso em uma indústria da cidade de Montes Claros desse segmento. Constatou-se que a maior parte da água utilizada é para modelagem, esculpimento e lavagem do vidro. A empresa utiliza 278.500 litros de água mensalmente, aproximadamente 447 litros de água por hora (24 horas/dia). O maior consumo de água está situado entre os meses de setembro e dezembro variando de acordo com a demanda da produção. Toda água utilizada na empresa antes de ser destinada a rede de esgoto, passa por um sistema de decantação para separar o pó de vidro da água. Não existe nenhum tratamento ou reutilização da água consumida na indústria. Após o estudo concluímos que pode ser implantado dentro da empresa um processo de reutilização da água, tratada ou não, para o mesmo ou outro fim. Essa reutilização pode ser direta ou indireta, decorrente de ações planejadas ou não, pois existe uma grande vantagem nessa reutilização, principalmente para poder preservar a água potável destinado-a apenas para atender necessidades de consumo humano. Faz-se necessária desenvolver novas técnicas produtivas visando melhorias no consumo de água na empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo de água. Reutilização da água. Indústria do ramo vidreiro.

VERIFICAR A PREVALÊNCIA DE LOMBALGIAS OCUPACIONAIS DAS FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS DE MONTES CLAROS/FIPMOC

¹ BRITO, Sabrina de Jesus; ² MOURA, Paula M.S S.

¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

A lombalgia é uma condição clínica caracterizada pela ocorrência de dores ao nível da região torácica baixa, lombar e sacro acompanhada ou não de irradiação para membros inferiores. A etiologia da dor lombar é multifatorial, destacando-se causas biomecânicas, características individuais e fatores ocupacionais. Objetivou-se identificar a prevalência das lombalgias ocupacionais nos funcionários de acordo com a faixa etária. Caracterizou-se como um estudo descritivo e transversal sendo a população composta por funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros FiP-Moc. Após assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido o participante respondeu a um questionário sobre lombalgia ocupacional. A análise estatística dos dados foi realizada através do programa SPSS, onde as variáveis quantitativas foram apresentadas por meio de frequências relativas (percentuais). Dos 39 indivíduos entrevistados, 20 relataram ter sofrido algum episódio de lombalgia nos últimos 12 meses e últimos 3 anos como consequência de alteração no local de trabalho com idade média de 32,55 anos, com desvio padrão de 8,34. A lombalgia ocupacional é uma realidade nas empresas sendo que a fisioterapia é

capaz de prestar uma assistência para a população acometida e como também trabalhar na prevenção e promoção de saúde do trabalhador desenvolvendo estratégias para adequá-los a uma postura correta durante o trabalho, e consequentemente diminuindo a prevalência da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Lombalgia Ocupacional. Faixa etária. Trabalho.

VISÃO DOS FISIOTERAPEUTAS EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS DA PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS

RODRIGUES, Luana Silva; SANTOS, Neria Nogueira; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira

Com o avançar da idade aumentam os riscos para as doenças cardiovasculares, dessa forma são responsáveis por impacto importante na mortalidade da população brasileira. Os distúrbios cardíacos degenerativos mais frequentes incluem aterosclerose, miocardiopatias, insuficiência cardíaca, hipertensão arterial, trombose venosa profunda (TVP), acidente vascular encefálico, doenças valvares e infarto agudo do miocárdio. A insuficiência cardíaca é o inadequado suprimento sanguíneo para atender necessidades metabólicas tissulares, na presença de retorno venoso normal, ou fazê-lo somente com elevadas pressões de enchimento. No Infarto Agudo do Miocárdio, há um bloqueio total ou parcial do fluxo de sangue para o coração, levando a uma redução da quantidade de oxigênio que chega ao músculo cardíaco. Aterosclerose é a patologia mais encontrada das doenças cardiovasculares, sendo uma disfunção endotelial e inflamatória causada pela formação de ateromas. O AVE isquêmico é o bloqueio do fluxo sanguíneo em uma determinada área do encéfalo. O AVE hemorrágico é a ruptura de um vaso intracraniano, ocorrendo o extravasamento de sangue para o parênquima cerebral ou para o espaço subaracnoideo. A Hipertensão arterial é uma doença complexa, multifatorial, podendo ter fatores tanto ambientais quanto genéticos. A TVP corresponde à formação de trombos em veias do sistema venoso profundo de forma oclusiva total ou parcial. Objetivou-se Analisar a prevalência de doenças cardiovasculares em idosos. Foi realizado um estudo transversal em idosos com doenças cardiovasculares atendidos nas clínicas de Fisioterapia de Montes Claros / MG. Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes, a coleta de dados foi feita através de um questionário. Em relação aos fatores que predispõem as doenças cardiovascular dos 26 pacientes questionados 19 responderam estresse, 10 genética, 9 alterações no colesterol, 7 tabagismo, 5 sedentarismo, 4 alcoolismo, 2 diabetes e 2 obesidade. Enquanto as doenças cardiovasculares 16 apresentaram Hipertensão Arterial, 5 AVE, 3 insuficiência cardíaca, 2 Infarto Agudo do miocárdio, 1 Aneurisma da aorta, 1 arritmias e 1 doença de chagas. Em relação aos sintomas manifestados durante a ocorrência da doença, quando questionados, dos 26 entrevistados, 8 relataram sentir dores de cabeça, 8 vertigem, 5 angina, 4 assintomático, 4 fadiga, 3 dispneia, 3 visão turva, 2 taquicardia, 1 dor na nuca, 1 dor no corpo, 1 desmaio, 1 formigamento nos membros, 1 insônia, 1 mal-estar, 1 sudorese e 1 vômitos. Este estudo evidenciou que os fatores que predispõem as doenças cardiovasculares mais predominantes na amostra foram o estresse, a genética e a alteração do colesterol. E as doenças cardiovasculares mais encontradas foram a Hipertensão Arterial e o AVE, tendo como sintomas mais comuns nessas doenças a dor de cabeça e a vertigem. Neste sentido, é importante desenvolvermos estratégias para que os mesmos realizem tratamentos e prevenção contra as os fatores de risco, a fim de minimizar os riscos de doenças cardiovasculares.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças cardiovasculares. Idosos. Fatores de Risco.